



ESCOLA COM REPETÊNCIA

ANÁLISE DO TEMA NA PAUTA DOS JORNAIS

NATÁLIA GIL
MATEUS SARAIVA
ORGANIZADORES


casalettras

ESCOLA COM REPETÊNCIA

ANÁLISE DO TEMA NA PAUTA DOS JORNAIS

ESCOLA COM REPETÊNCIA

ANÁLISE DO TEMA NA PAUTA DOS JORNAIS

NATÁLIA GIL
MATEUS SARAIVA

ORGANIZADORES



casaletras

Porto Alegre
2023

Copyright ©2023 dos organizadores.

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à EDITORA CASALETAS.



LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0
Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

EXPEDIENTE:

Projeto gráfico, diagramação e capa:
Casaletas

Editor:
Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amurabi Oliveira - UFSC
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes - UFPEL
Prof. Dr. Elio Flores - UFPEL
Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer - UEPG
Prof. Dr. Francisco das Neves Alves - FURG
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - UFPEL
Prof.ª Dr.ª Maria Eunice Moreira - PUCRS
Prof. Dr. Moacyr Flores - IHGRGS
Prof. Dr. Luiz Henrique Torres - FURG

Este livro contou com apoio e recursos de



Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Es18 Escola com repetência: análise do tema na pauta dos jornais / Natália Gil e Mateus Saraiva (Org.).
Porto Alegre: Casaletas, 2023.

136p.
Bibliografia
ISBN: 978-65-86625-73-8

1. Educação - 2. Reprovação escolar - 3. Imprensa (jornais) - 4. Exclusão escolar - I. Gil, Natália - II. Saraiva, Mateus - III. Título

CDU:370.71

CDD-370



EDITORA CASALETAS
R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa
Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103
+55 51 991855926 - contato@casaletas.com
www.casaletas.com

Sumário

Introdução: os jornais demarcando um problema educacional 7

NATÁLIA GIL

MATEUS SARAIVA

A repetência escolar em *O Estado de Minas* (1971-1989): um problema dos bairros pobres que também comparece na escola das elites 20

NATÁLIA GIL

VITÓRIA GABRIELLI DA SILVA

A repetência escolar na *Folha de S. Paulo* (1971-1996): um problema sem grandes soluções..... 39

LUÍSA GRANDO

A repetência escolar no jornal *O Globo* (1970-1999): fatos e posições nas páginas do periódico 60

MARIA VITÓRIA LONGO VIANA

A repetência escolar no *Diário de Pernambuco* (1980-1996): inventário das causas diante de índices que chegam a 50% 77

CARINE IVONE POPIOLEK

A repetência escolar no jornal *Zero Hora* (1977-2000): um fenômeno a ser enfrentado e a correlação com a evasão dos alunos 96

VITÓRIA GABRIELLI DA SILVA

A repetência escolar no *Correio Braziliense* (1960-1991): uma análise das interpretações nas páginas do jornal..... 115

MATEUS SARAIVA

Os autores 135

Introdução: os jornais demarcando um problema educacional

NATÁLIA GIL
MATEUS SARAIVA

Nos anos 1930, Teixeira de Freitas se lamentava da falta de eficiência da escola brasileira. Analisando as estatísticas do ensino primário referentes a 1932, afirmava:

Exprime ainda sensível ineficiência do ensino a alta proporção de repetentes em cada ano, os quais, como vimos, orçam em mais de um quarto do respectivo total no 1º e no 2º anos, quasi atingem a êsse limite no 3º ano, descem apenas a um quinto no 4º e ainda caem quasi a um décimo no 5º (FREITAS, 1937, p. 46)¹.

Tão logo o país passou a ter levantamentos estatísticos de conjunto que permitiam conhecer os padrões do movimento dos alunos, ficou evidente que a reprovação escolar era uma ocorrência muito frequente e que as conclusões no curso primário não chegavam nem de longe a corresponder às matrículas iniciais na 1ª série.

Naquela ocasião, a escola primária seriada era ainda uma novidade. Instalada pela primeira vez no estado de São Paulo, em 1893, os chamados Grupos Escolares representavam o que havia de mais moderno no país em termos de organização escolar (SOUZA, 2006). Rapidamente os demais estados brasileiros seguiram a tendência: Maranhão em 1903, Minas Gerais em 1906, Rio Grande do Sul em 1909 (onde esse modelo de escola recebeu a denominação de Colégio Elementar), Mato Grosso em 1910, Acre em 1915, entre outros (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2012).

A escola primária seriada procedia à separação das séries em salas de aula distintas e o currículo se distribuía pelas séries em níveis progressivos de dificuldade. Assim, o conteúdo curricular previsto para a 1ª série (ou 1ª classe ou, ainda, 1º ano) do ensino primário deveria ser proposto aos recém-chegados à escola, cujas idades podiam variar entre 7 e 9 anos mais comumente (embora fosse possível encontrar alunos de 5 ou 6 anos e,

1 Nas citações deste livro, a ortografia foi mantida conforme o original.

também, de 10 anos ou mais iniciando a 1ª série). As turmas deveriam ser homogêneas – em nível de domínio do conhecimento escolar e/ou em maturidade – de modo que fosse possível dar as mesmas lições simultaneamente a todos os alunos da mesma série. Ao final de um ano letivo, os alunos prestariam os exames para atestar que tinham condições de seguir para a série subsequente. Se ficasse evidenciado que não tinham aprendido o suficiente, eram reprovados, devendo repetir o ano escolar (GIL, 2023).

Uma consequência comum, em caso de reprovação, era que os alunos abandonassem os estudos. Quando continuavam na escola e repetiam a série, frequentavam as aulas junto com colegas mais novos, que tinham sido aprovados na série anterior ou recém-chegados à 1ª série. Assim, o modelo da escola seriada – propagandeada no período como representação máxima da eficiência escolar – produziu paradoxalmente um conjunto de características no movimento dos alunos pela escola que foram descritas como problema ou distorção.

Em 1936, Luiz Gonzaga Fleury (1936) apresentava, em estudo feito a pedido do Diretor do Ensino do estado de São Paulo, a “analyse das causas” e as “medidas contra o mal” das reprovações na escola primária. Segundo ele, as causas eram múltiplas e complexas, compreendendo tanto fatores internos ao funcionamento da escola (pedagógicos e organizacionais) como fatores sociais e supostas debilidades físicas e psicológicas dos alunos. As reprovações eram consideradas um problema por diversas razões. Por um lado, representavam um desperdício de recursos públicos, por outro, desagradavam os pais, produziam descrédito pela escola pública e, em consequência, descrédito pelo professorado. Mais que isso, porém, as reprovações desvirtuavam a finalidade da escola:

As escolas onde são numerosas as reprovações têm, em grande parte, desvirtuada a sua finalidade, pois não somente se poderão classificar de pouco efficientes, mas muito peor que isso, de *contraproducentes*, porque não se limitam neutramente a não educar, o que já seria um grave mal, mas contribuem para *deseducar*, isto é, para determinar a formação de indivíduos de psychologia morbida, mais ou menos inuteis ou mesmo prejudiciaes a si e á sociedade (FLEURY, 1936, p. 10, *itálicos no original*).

Em 1940, Teixeira de Freitas (1940) se dedicou à apresentação minuciosa da análise dos números do ensino primário a fim de evidenciar que a alta incidência de reprovação nas escolas brasileiras imprimia um padrão seletivo ao ensino primário eliminando a cada série escolar uma parcela do corpo discente. Ou seja, ficava comprovado que a evasão escolar tinha forte correlação com a reprovação e, mais do que levar à

repetência, resultava no abandono dos estudos e, portanto, em baixíssimos quantitativos de conclusão de curso na escola primária.

Nos debates em que o foco era a ineficiência da escola primária, não apenas a reprovação, a repetência e a evasão escolar (ou, mais recentemente, o fracasso escolar) aparecem como problema. Muitas vezes, o próprio aluno repetente era indicado como inconveniente. Havia, sem dúvida, a denúncia reiterada acerca do mal funcionamento da escola, da supostamente fraca formação dos professores, da insuficiência de materiais didáticos e da precariedade do prédio escolar. No entanto, frequentemente, esses múltiplos fatores delineavam a possibilidade de entender o aluno reprovado como vítima sem que, em igual medida, sobre ele deixasse de recair um vasto conjunto de desconfianças: talvez faltasse dedicação aos estudos, boa formação moral, alimentação adequada, riqueza vocabular. Um artigo emblemático, nesse sentido, foi publicado em 1949: “O problema da repetência na escola primária”, de autoria de Ofélia Buisson Cardoso (1949). A autora asseverava que

é dos mais graves o problema que os repetentes criam, primeiro no pequeno grupo que é a *escola* e, com o passar dos tempos, naquele mais amplo e complexo, que é a *sociedade*. [...] Maior é a gravidade, quando se considera o problema que a escassez de vagas propõe à administração: escolher entre os repetentes e os novos alunos. O *aluno novo* surge como uma incógnita; oferece, sempre, campo ao desenvolvimento de esperanças: talvez seja forte de trabalho, elemento que se ajuste bem ao grupo, interessado nas atividades escolares, compensando os esforços dispendidos. O repetente é um fracassado – já se revelou, dele nada se espera. Valerá, realmente, a pena mantê-lo na escola, preenchendo uma vaga e impedindo, com sua presença, a admissão de outro aluno? (CARDOSO, 1949, p. 74, itálicos no original).

Nesse artigo, a ênfase recaía na análise estereotipada do aluno repetente, descrito como uma criança pobre tendente à criminalidade. Diante disso, a solução proposta evidenciava uma confusão expressiva do modo como a escola brasileira lidou historicamente com a questão: afinal, seria necessário eliminar a reprovação ou o próprio repetente?

Na segunda metade do século XX, o debate ganhou maior amplitude e, diante da manutenção dos altos índices de reprovação escolar, foi grande o empenho de pesquisadores, especialistas e gestores em explicar e dar solução para as “deficiências do ensino” e a “desordem das matrículas”. Trabalhos tais como os de Moysés Kessel (1954), Maria José Werebe (1970), Lúcia Marques Pinheiro (1971), Zaia Brandão et. al. (1983), José Mario Pires Azanha (1985), Sérgio Costa Ribeiro (1991), Maria Helena Souza Patto (1993), entre outros, dão indícios do tratamento profuso da

temática, das tendências explicativas assumidas e, também, da existência de alguns dissensos. Não cabe aqui, contudo, detalhar os termos assumidos nesse debate², mas é possível afirmar que, em linhas gerais, segue as trilhas já abertas nas décadas precedentes e se aproxima do que localizamos nos artigos publicados nos jornais no final do século XX.

De qualquer modo, entre o debate travado no campo educacional e o modo como a questão tem sido noticiada pela grande imprensa, há deslocamentos de argumentação, assim como diferentes ênfases e algumas ausências. Longe de ser uma transposição automática, nos jornais, a circulação das ideias, dos resultados de pesquisa, das defesas de posição política feitas por pesquisadores ou especialistas em educação produzem modos específicos de conhecer e mostrar o que supostamente acontecia nas escolas. Assim, tais publicações periódicas são espaços importantes no diálogo e na veiculação das representações sobre a escola que vão permear conversas, compreensões e posicionamentos do público leitor. E o que os jornais noticiavam sobre a repetência escolar? Como apresentavam as informações sobre o “drama” da escola pública brasileira? De que modo contribuíram na produção, quanto a esse tema, de uma diferenciação que vem se mostrando duradoura no imaginário brasileiro entre escolas públicas e privadas? Foi em face dessas indagações, desdobradas em outras tantas que se mostraram produtivas ao longo da pesquisa, que organizamos o exame do modo como o tema da repetência escolar compareceu em seis jornais brasileiros da grande imprensa: *O Globo* (Rio de Janeiro), *Folha de S. Paulo* (São Paulo), *Diário de Pernambuco* (Pernambuco), *Correio Braziliense* (Brasília, Distrito Federal), *O Estado de Minas* (Minas Gerais) e *Zero Hora* (Rio Grande do Sul).

Como e por que pesquisar em jornais?

Desde os anos 1990, a pesquisa historiográfica que assume como fonte a grande imprensa já se encontra bastante consolidada no Brasil (LUCA, 2021). Por muito tempo havia prevalecido a desconfiança dos historiadores de que os jornais expressavam ideias viesadas, não sendo, portanto, considerado adequado confiar nas informações por eles veiculadas (MARTINS, 2018; LUCA, 2021). Assim, enquanto prevaleceu a compreensão de que algumas fontes seriam neutras e/ou mais fidedignas para a escrita da história, os jornais tenderam a ser proscritos. No entanto, a renovação historiográfica ocorrida ao longo do século XX (PROST, 2008) vai abalar de modo contundente a expectativa de que qualquer fonte pudesse ser mobilizada como mero repositório de informações fiéis

2 Para o aprofundamento desse aspecto ver Gil (2023).

aos fatos. Em lugar disso, o que se consolidou foi a convicção de que o trabalho do historiador não se restringe a descrever o que encontra na documentação antiga – qualquer que ela seja –, mas abarca o exercício constante de crítica das fontes documentais.

A pesquisa que balizou a escrita dos capítulos que integram este livro partilha, portanto, a compreensão de que os jornais são fontes relevantes para o conhecimento do passado e devem ser assumidos no equilíbrio entre suas possibilidades e seus limites (MARTINS, 2018). Um primeiro limite fundamental diz respeito ao fato de que tanto artigos de opinião quanto reportagens e notícias publicadas expressam ideias e posicionamentos dos grupos sociais que escrevem, financiam e/ou leem tais jornais. Ou seja, ainda que esses veículos de comunicação afirmem expor uma multiplicidade de posicionamentos – e, em alguma medida, isso não deixa de ser verdade –, há predominância de alguns pontos de vista. Com argumenta Luis Carlos dos Passos Martins (2018, p. 61), a renovação dos estudos políticos

trouxe novos olhares sobre a imprensa como fonte e mesmo como objeto da pesquisa histórica, na medida em que este suporte documental se apresenta como um *locus* privilegiado para estudar visões de mundo, representações e imaginários sociais, que têm um enorme peso político-ideológico na organização social. Todavia, a questão não se limita a este aspecto, mas envolve igualmente a própria reavaliação do papel político da imprensa. Esta vem sendo considerada, em pesquisas mais recentes como um ator específico e influente nas mais diversas conjunturas históricas e como um espaço fundamental dos conflitos nas sociedades modernas, no qual interagem e se defrontam interesses os mais diversos (políticos, econômicos, etc.).

Noam Chomsky (2015) é mais crítico sobre as mídias hegemônicas. Ao tratar sobre seu papel na contemporaneidade, questiona “em que tipo de mundo e de sociedade queremos viver e, sobretudo, em que espécie de democracia estamos pensando quanto desejamos que essa sociedade seja democrática? (CHOMSKY, 2015, p. 5)”. Tomando o questionamento para a reflexão, aponta que há

duas concepções diferentes de democracia. Uma delas considera que uma sociedade democrática é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres. Se você consultar no dicionário o verbete “democracia” encontrará uma definição parecida com essa. Outra concepção de democracia é aquela que considera que o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados. Esta pode parecer uma concepção estranha

de democracia, mas é importante entender que ela é a concepção predominante (CHOMSKY, 2015, p. 5).

Nesse sentido, importa reconhecer que os jornais escolhidos para o desenvolvimento dessa pesquisa são grandes veículos de comunicação, de ampla circulação em suas respectivas regiões ou mesmo nacionalmente, e expressam majoritariamente a perspectiva das elites – em especial, as classes médias dos grandes centros urbanos e os grupos com maior poder econômico e político. No entanto, tais jornais dividem espaço com outros veículos de comunicação em suas regiões podendo, desse modo, assumir posições divergentes no âmbito das próprias elites. Estamos conscientes disso e não tomamos tais jornais como representativos de ideias homogêneas em cada região – para isso teríamos que ter seguido procedimentos metodológicos diferentes dos assumidos. O que nos interessou, efetivamente, foi a busca pela recorrência no debate sobre repetência em jornais de ampla circulação publicados em diferentes lugares. Também buscamos identificar o que se apresentava como específico nos debates em cada periódico – sem assumir tais debates como representativos, mas como ocorrências efetivas num espaço simbólico de possíveis. Como destaca Paul Veyne (2008, p. 66), o historiador se interessa em descrever “o que teve lugar pela única razão de que teve lugar”. Assim, a pesquisa histórica busca ampliar o conhecimento do passado não porque isso permitiria generalizar conclusões ou servir de lição para o futuro e sim por uma curiosidade inesgotável acerca dos acontecimentos no que há neles de específico e diferente: “[...] se essa especificidade varia no tempo, escrevemos a história dessas variações, dessas diferenças” (VEYNE, 2008, p. 72).

Cabe admitir, contudo, que o conhecimento do passado favorece uma melhor compreensão das tensões do nosso tempo. Assim, se do ponto de vista metodológico a pesquisa histórica não se organiza em torno de uma suposta utilidade pragmática, o detalhamento dos acontecimentos históricos amplia a percepção que temos acerca de lógicas e argumentos que persistem nos debates atuais ainda que, em muitos casos, não se apresentem explicitamente. Pierre Bourdieu (2014) sugere que o exame dos debates ocorridos em outros períodos nos permite acompanhar a argumentação em defesa de diferentes possibilidades de decisão e ação política, nos mais variados espaços sociais, no momento em que estão em disputa explícita. Apenas algumas dessas possibilidades tornaram-se efetivas e outras foram, com o passar do tempo, descartadas como argumentos defensáveis ou como alternativas institucionalizadas e/ou

realizadas, mas se mantêm na subjetividade das estruturas mentais. O autor afirma que

é importante voltar aos debates iniciais que levam a perceber que, ali onde nos restou um único possível, havia vários possíveis [...] A história destrói os possíveis: o espaço dos possíveis não para de se fechar, a todo instante [...] a história de uma instituição exitosa implica a amnésia da gênese da instituição, que a história elimina possíveis e os faz esquecer como possíveis, e que ela até mesmo torna impensáveis os possíveis (BOURDIEU, 2014, p. 167-168).

Nesse sentido, as contribuições teóricas de Reinhart Koselleck foram também muito úteis para a pesquisa que realizamos, em especial as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Segundo ele, a noção de espaço de experiência põe em destaque o fato de que “muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes” (KOSELLECK, 2006, p. 311) e o horizonte de expectativa, portanto, apresenta aos contemporâneos de um período um conjunto de anseios, temores, hipóteses de futuro que se articulam às camadas de experiência daquele momento. Nosso espaço de experiência atual é diferente daquele de outro tempo, dado que incorporamos como experiência o que era ainda apenas expectativa e conhecemos o que se realizou e o que saiu de cena nesse meio-tempo. Isso nos alertou para os riscos de ler os jornais como se tivessem sido publicados atualmente. Risco ainda maior em função de sua materialidade e textualidade se assemelharem muito aos jornais que circulam hoje em dia.

Aqui cabe ainda argumentar em defesa do período selecionado para análise. Inicialmente, há o fato de que o arco temporal não coincide completamente em cada um dos jornais examinados. Isso decorre de questões específicas que dizem respeito à disponibilidade de volumes e às condições de consulta aos acervos. Apesar disso, assumimos que, embora de modo imperfeito, tentaríamos cobrir o período de 1971 e 1996. A primeira data se refere à promulgação da Lei 5.692 (BRASIL, 1971) que estabeleceu oito anos de escolaridade obrigatória em todo o Brasil. Isso teve impacto nos índices de reprovação escolar e nos termos do debate – já que, além do conhecido gargalo na passagem da 1ª para a 2ª série do primário, passou a ser quantitativamente expressiva a reprovação na 5ª série do 1º Grau. O ano de 1996, por sua vez, corresponde à promulgação da Lei 9.394 (BRASIL, 1996) que, no artigo Art. 23, estabelece a possibilidade de diversos modos de progressão escolar:

[...] séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em

outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

O texto da lei traz os ecos de um acirrado e longo debate sobre a adequação da seriação escolar como modo de organizar a progressão dos alunos na escola obrigatória. Conhecer como tal debate se expressou nos jornais contribui para o conhecimento mais acurado dos argumentos evocados em torno de um tema que ainda hoje suscita discussões controversas.

A busca pelas notícias que tratavam do tema repetência exigiu alguns ajustes, no que se refere à periodização e aos procedimentos de pesquisa. Primeiro pelo tamanho do acervo disponível. O *Correio Braziliense* (DF), por exemplo, está disponibilizado on-line apenas até 1991, enquanto a *Zero Hora* (RS), pesquisada em meio físico, apresentou exemplares em boas condições só a partir de 1977. Essas definições e suas motivações estão detalhadas em cada um dos textos e ilustram o processo de autoria de cada pesquisador(a) do grupo. Um segundo ponto foi o ambiente para a realização das buscas. Algumas foram realizadas em repositórios digitais - *Diário de Pernambuco* (PE), *Correio Braziliense* (DF), *Folha de S. Paulo* (SP) e *O Globo* (RJ); outras, em arquivos físicos, *O Estado de Minas* (MG) e *Zero Hora* (RS).

Nos repositórios digitais, foram utilizadas, nos campos de busca, palavras variadas que se relacionam com a exclusão escolar. Partimos de termos como fracasso escolar, reprovação, promoção automática e progressão continuada. Algumas dessas palavras remeteram a menções que não eram relacionadas à educação, outras tiveram poucos registros. Devido a aproximações possíveis e à delimitação do escopo, acabamos por encontrar mais resultados de interesse com a palavra repetência. Diferentemente de *reprovação*, utilizada em outras situações, *repetência* nos jornais tratou de forma quase exclusiva de assuntos que envolvem educação. Nos arquivos físicos, optou-se por examinar o tema de forma mais ampla, buscando artigos sobre educação em geral, mas circunscrevendo a consulta aos números publicados no mês de outubro de cada ano dada a inviabilidade, pelo pouco tempo disponível para consulta ao acervo, de examinarmos a completude das edições do período.

O livro como registro da pesquisa em grupo

Esta publicação é resultado do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa HISTEB – História da Escolarização no Brasil: políticas e discursos especializados, no âmbito do projeto “Exclusão escolar na

história brasileira: persistências e resistências (1920-2020)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse grupo congrega pesquisadores(as) Doutores(as) e, também, estudantes em nível de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Durante 2021 e 2022, parte dos integrantes dedicou-se ao exame específico da grande imprensa. O trabalho realizado em conjunto e de forma contínua resultou na escrita deste livro: *Educação com repetência: análise do tema na pauta dos jornais*.

Considerando o modo como nos organizamos ao longo do percurso, assumimos a opção de apresentar nos capítulos os registros da pesquisa realizada nos seis jornais que estabelecemos como fonte. O livro permite, assim, ao mesmo tempo, conhecer a diversidade do *corpus* documental e a unidade do foco investigativo proposto. Na unidade do trabalho coletivo, produziu-se, para além das análises cuidadosas de cada jornal, que os capítulos apresentam, também ocasião para o fortalecimento da formação acadêmica, especialmente para as integrantes mais jovens do grupo, em espaços de diálogo que se mostraram muito potentes. A cada etapa de investigação, fazíamos reuniões para conhecer as dificuldades encontradas nos contextos específicos de pesquisa, partilhar soluções e tomar decisões conjuntamente. Esse procedimento imprimiu grande coesão analítica ao livro. Eventualmente, no entanto, resultou também em algumas redundâncias. Não é, portanto, por acaso que artigos de Tania de Luca aparecem nas referências bibliográficas de diferentes capítulos que compõem o livro. Afinal, eles foram objetos de estudo em nossas reuniões.

Essa organização coletiva para o estudo e a pesquisa foi, portanto, nosso modo de fazer. Levando em conta os diferentes níveis de formação do(as) integrantes do grupo, aprofundamos a leitura de autores que permitiram bases a problematizações, assim como discutimos e revisamos nossos escritos a fim de qualificar as análises. Com isso, reconhecemos que este livro expressa o resultado de um processo que permitiu o aprofundamento da formação para a pesquisa em práticas colaborativas ao mesmo tempo em que traz sólidas contribuições ao campo de pesquisa. Assumimos, portanto, a existência de alguma assimetria entre os capítulos que, contudo, não comprometem a qualidade do resultado final.

As análises apresentadas em cada capítulo se aproximaram em diversos pontos. O primeiro deles foi a **recorrência do tema**: o debate sobre a reprovação, a evasão e a repetência escolar esteve na pauta dos jornais em todo o período analisado. Ainda que com algumas exceções, o(as) autor(as) apontam um viés claro: as notícias são voltadas às elites, ao que elas compreendiam como problema e como soluções para o ensino.

Ao público, os jornais destacam soluções em uma **perspectiva classista**. A diferenciação é explicitada por Maria Vitória Longo Viana, na leitura de *O Globo*, que traz uma reportagem ressaltando problemas emocionais como motivo para o mau desempenho escolar das classes médias. Natália Gil e Vitória Gabrielli da Silva, em *O Estado de Minas*, destacam que há recomendações sobre o modo como se “deve conduzir a educação dos filhos, educados em escolas privadas e atendidos, quando necessário, por psicólogos e psicopedagogos na busca de tratamento para solucionar os problemas de aprendizagem que traziam o risco da repetência igualmente para os lares abastados” (p. 35).

Os jornais não ignoraram as classes populares e a escola pública, mas nestas se descreve, em ampla maioria, um *status* de **falência geral** que, ao implicarem em muitas mudanças, imobilizam a ação. Nesse sentido, Luísa Grando, na leitura da *Folha de S. Paulo*, destaca a compreensão de que o problema estava no meio social, caracterizado como culturalmente carente. Natália Gil e Vitória Gabrielli da Silva apontam que o

“problema da escola brasileira” é apresentado predominantemente como decorrente da pobreza e da subnutrição das crianças nascidas nos meios populares. Assim, se constrói uma explicação baseada em suposta relação causal: as crianças pobres seriam afetadas pela fome; subnutridas na infância, teriam o desenvolvimento da inteligência prejudicado e, pela menor capacidade intelectual, seriam mais recorrentemente atingidas pela repetência escolar (p. 35).

A **necessidade de políticas sociais** que compreendam a educação como parte de um estado geral de negação de direitos foi recorrente. Essa, porém, não foi a única explicação encontrada. Há uma impressão partilhada entre Luísa Grando, Maria Vitória Longo Viana, Mateus Saraiva e Vitória Gabrielli da Silva (na *Folha de S. Paulo*, em *O Globo*, no *Correio Braziliense* e na *Zero Hora*) da existência de outras camadas do que seria motivo à repetência. A centralidade do meio social passa a ter como explicação, em paralelo, a inadequação da escola, dos métodos e dos próprios professores. Consonante a esta ideia, ao analisar o *Diário de Pernambuco*, Carine Popiolek aponta que:

Em diferentes partes do periódico, as principais causas são apresentadas: desnutrição e problemas de saúde, pobreza e problemas sociais, falta de investimento público em infraestrutura e formação/valorização dos professores e trabalhadores da educação (p. 94).

No terreno das soluções há uma **lógica privatista e homogeneizadora**. No reconhecimento de que há diferenças, como as existentes entre a escola

rural e a urbana, destacadas por Vitória Gabrielli da Silva no jornal *Zero Hora*, encontra-se a mesma perspectiva de aferição da qualidade como “visão única e estereotipada da escola pública”, conforme destacado por Natália Gil e Vitória Gabrielli da Silva em *O Estado de Minas*. Na leitura dos jornais, aproximando os textos, há uma perspectiva que tende a caracterizar todas as instituições públicas de igual maneira, geralmente “como distante e precária, convenientemente distinta da escola privada frequentada pelas famílias do público leitor” (p. 35).

Foi também possível verificar uma **mudança do que seriam os problemas da educação**. Como observado pelos(as) autores(as), houve a incorporação de políticas, como a de alimentação na área educacional, e um maior volume de informações, em decorrência da ampliação do Censo Escolar, em especial com a redemocratização do país, e da produção de conhecimento acadêmico sobre educação. As taxas de rendimento escolar, ao serem assumidas como elemento necessário para a construção das políticas, igualmente apresentaram melhora. Ou seja, em paralelo, observamos textos que assumem modificações na conjuntura em que pese certa manutenção dos discursos.

Muitos dos argumentos mobilizados nos jornais, conforme ressaltamos aqui nesta introdução, se repetem – um estado de falência geral sob uma perspectiva classista e fetichizante do outro e, na proposição de novas políticas, soluções privatistas – assumindo, assim, uma concepção “estreita e rigidamente controlada” (CHOMSKY, 2015) de democracia e limitando as perspectivas da escola pública no enquadramento dado ao tema nesses periódicos. Ainda assim, em tais jornais existe espaço para o contraditório. Na diversidade deste livro, com a minúcia de cada análise, se vislumbram também os “possíveis” que não foram efetivados (BOURDIEU, 2014). Para essa descoberta, fica o nosso convite à leitura.

Referências

ARAUJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de Souza; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). **Escola primária na primeira república (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2012.

AZANHA, José Mario Pires. Situação atual do ensino de 1º grau: pequeno exemplário de desacertos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 52, p. 109-111, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANDÃO, Zaia et. al. **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRASIL. **Lei 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 01 de mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 23 de fev. 2023.

CARDOSO, Ofélia Boisson. O problema da repetência na escola primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 13, n. 35, p. 74-88, 1949.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FLEURY, Luiz Gonzaga. **As reprovações na escola primária (O phenomeno das reprovações – Análise das causas – Medidas contra o mal – Dados estatísticos)**. São Paulo: Secretaria da Educação e da Saúde Pública, 1936.

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. **O que dizem os números sobre o ensino primário**. São Paulo: Melhoramentos, 1937.

FREITAS, Mario Augusto Teixeira de. Dispersão demográfica e escolaridade. **Revista Brasileira de Estatística**, n. 3, p. 497-527, 1940.

GIL, Natália. **Exclusionary Rationalities in Brazilian Schooling: decolonizing historical studies**. Nova York/Abingdon: Routledge, 2023.

KESSEL, Moysés. A evasão escolar no ensino primário (com nota preliminar de Anísio Teixeira e estudo introdutório de Otávio Martins). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 56, p. 53-72, 1954.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2006.

LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2021.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Orgs.). **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 53-74.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

PINHEIRO, Lúcia Marques. Por que tanta repetência na 1ª série? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 55, n. 122, p. 242-253, 1971.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 5, p. 7-20, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, D et. al.. **O legado educacional do século XIX**. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 33-84.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

A repetência escolar em *O Estado de Minas* (1971-1989): um problema dos bairros pobres que também comparece na escola das elites

NATÁLIA GIL
VITÓRIA GABRIELLI DA SILVA

Hoje, se bem que ainda permaneçam resíduos de privilégios, verifica-se que a classe média e os assalariados em geral, vencendo as dificuldades naturais, forçam as portas das escolas. Daí a situação de quase desespero, de frustração mesmo, que se nota entre milhões de crianças, jovens e adolescentes, que não conseguem ver cumpridos os dispositivos constitucionais, mais que constitucionais, humanos, do direito à educação e ao aperfeiçoamento intelectual [...]

Sobretudo, como reformar o ensino se a fome, a desnutrição e a subnutrição são responsáveis pela quantidade impressionante de repetentes - quase 50% - ocorrente no ensino primário? (ROTA..., 1971, p. 4)

O Estado de Minas: uma breve descrição do periódico e sua história

A história d'*O Estado de Minas* teve início no final da década de 1920, momento em que a imprensa mineira passava por um processo de modernização (CASTRO, 1995). Fundado originalmente em 1927, com o nome de *Diário da Manhã*, remodelou a forma de fazer jornalismo na cidade de Belo Horizonte, buscando diálogo com o grande público, utilizando uma linguagem mais objetiva e manifestando interesse por assuntos do cotidiano da cidade. Com uma linha de produção moderna para os moldes da época, o diário tornou-se uma referência para os intelectuais e profissionais da área de comunicação na região. Apesar de sua relevância como periódico, encerrou sua circulação no ano seguinte, quando a partir da aquisição do *Diário da Manhã* foi fundado *O Estado de Minas* (LAGE; COUTO, 2016). Em 1929, esse periódico passou a integrar

os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand e adentrou os anos 1930 com uma produção mais sofisticada e tiragens diárias, fixando-se no mercado como o “Grande Jornal dos Mineiros”, como é conhecido até os dias atuais.

Para a análise d’*O Estado de Minas*, foram consultadas as edições impressas disponíveis na Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Optamos por examinar o tema da repetência escolar entre 1971 e 1989, mas dada a inviabilidade pelo pouco tempo para a consulta em acervo, a busca foi circunscrita a outubro. O início em 1971 se deve à publicação da Lei n. 5.692 que alterou a organização do ensino no Brasil e o marco final diz respeito ao fato de que o acervo não contém publicações desse periódico para além dessa data. Escolher analisar apenas os meses de outubro foi um recurso metodológico que permitiu abranger vários anos de circulação do mesmo, de modo a observar as alterações do debate em educação ao longo do tempo. Outubro é um mês estratégico para a pesquisa sobre educação na grande imprensa, já que contém o dia dos professores e, portanto, sempre pauta a questão educacional.

Ao longo das décadas, *O Estado de Minas* passou por algumas mudanças internas, administrativas e de circulação. Desde a sua fundação, teve influência em todo o estado de Minas Gerais. Após o final da década de 1990, com a criação do *Portal Uai*, o conteúdo passou a ser publicado também na página da internet e, no início dos anos 2000, ao passar por mudanças na direção de redação, tornou-se um veículo de informação relevante em todo o Brasil (FUKS, 2010).

Em 2011, um artigo publicado no próprio jornal afirmava que *O Estado de Minas* era um periódico completo que agradava ao gosto de todos: “São mais de 20 cadernos, suplementos e revistas. Produtos diversificados, para satisfazer plenamente o interesse de cada um” (ESTADO..., 2011). De acordo com esse artigo, uma importante seção do diário era o Primeiro Caderno, em que o leitor encontrava “a cobertura dos principais acontecimentos políticos e econômicos do estado, do país e do mundo, com reportagens, análises e seus impactos cotidianos; a opinião do jornal, reflexões de especialistas, charges, cartas dos leitores e páginas de ciência” (ESTADO..., 2011). O Primeiro Caderno trazia, portanto, a pauta diária do periódico, com uma grande quantidade de páginas devido à diversa abrangência de assuntos abordados, sendo assim, era um caderno que se destacava durante toda a semana. Outro caderno importante a ser mencionado é o Caderno Feminino. Esse caderno específico das edições de domingo já teve outras denominações:

Em 1º de junho de 1929, o Estado de Minas começou a publicar uma página semanal dedicada ao público feminino com o nome Seção Feminina que, em dezembro de 1939, passou a se chamar Suplemento Feminino. Durante alguns meses do ano de 1949, seu nome foi mudado para Página Feminina, retornando para Suplemento Feminino em 12 de março de 1950. Em 1969 ganhou o caráter de um caderno publicado aos domingos, com em média oito páginas, passando a se chamar Caderno Feminino. Em 2001, passou a ser denominado Caderno Feminino & Masculino, a partir de uma pesquisa que detectou uma reivindicação dos leitores masculinos do jornal, que diziam ter interesse em diversos assuntos abordados pela editoria e se sentirem discriminados. Trata de temas como moda, decoração, gastronomia, comportamento, psicologia, sexo, família, etc. (SANTO, 2007, p. 20).

Patrícia Espírito Santo (2007) realizou uma pesquisa sobre as preferências das leitoras d’*O Estado de Minas* e o Caderno Feminino aparecia em 5º lugar no ranking de preferência das entrevistadas. A educação e a cultura figuravam como os temas que despertavam maior interesse das leitoras, concentrando 29,9% da preferência. Além disso, cabe observar que outros cadernos também tinham expressividade no periódico, tais como: Turismo, Veículos, Agropecuária, Economia, Negócios, Gerais e Bem Viver. Os classificados eram publicados em diversos dias da semana ofertando diferentes categorias de produtos e serviços a cada dia, com um grande volume de páginas, variando entre veículos, imóveis residenciais e comerciais, empregos etc.

No que se refere à repetência escolar, foco específico da pesquisa que nos levou a consultar *O Estado de Minas*, alguns temas tiveram maior destaque. De modo geral, a análise do conjunto documental evidenciou o predomínio de algumas temáticas educacionais no período definido para consulta: a saber, a escassez de vagas para as escolas de 1º Grau, o exame vestibular para a Universidade Federal de Minas Gerais e o problema dos excedentes, as reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho para o magistério, uma crescente preocupação com a educação pré-escolar (em especial pela necessidade de as mulheres de classe média trabalharem fora de casa), a questão da fome e da subnutrição infantil em contextos de pobreza, o que se associa à proposição da merenda escolar como necessária à melhoria dos resultados escolares de crianças pobres e a menção à repetência escolar como um problema a ser enfrentado. Dado o escopo estabelecido no grupo de pesquisa, neste capítulo centraremos atenção na análise dos debates que se referem à repetência escolar.

Reprovação, repetência e evasão escolar

No período analisado, reprovação, repetência e evasão escolar são temas que aparecem articulados. Repetência é referida como sinônimo de reprovação escolar e o abandono dos estudos – ou seja, a evasão escolar – seria sua consequência direta. Além disso, a escola pública é descrita no jornal quase sempre como um ambiente precário.

Uma pesquisa produzida no início da década de 1970 pela Fundação João Pinheiro, Diagnóstico Completo da Educação em Minas, deu ensejo a vários artigos publicados naquele período em que a escola pública é o alvo de atenção. Uma matéria de capa, em outubro de 1971, intitulada “A realidade sobre o ensino em Minas” (1971), listava “apenas alguns” dos problemas do ensino primário no estado a partir de informações obtidas pela referida pesquisa:

Milhares de crianças abandonam as escolas primárias de Minas; as professoras se transferem para outros setores; as normalistas não se interessam mais pela profissão; grupos escolares funcionam em barracões semi-abandonados; as verbas não são suficientes para a merenda escolar; a repetência cresce de ano para ano (A REALIDADE..., 1971, p. 1).

A menção era acompanhada da denúncia de que, ao contrário do que afirmavam os gestores públicos, o estado não vinha gastando em excesso com a educação. A matéria mencionava os baixos salários das professoras e listava uma série de doenças que seriam decorrentes das más condições no ambiente de trabalho. Ilustrando a matéria do jornal havia uma foto de crianças em movimentos aparentemente espontâneos e animados em uma rua de chão de terra, supostamente em frente ao prédio escolar. A legenda é expressiva da representação que predominava no periódico tanto em relação à escola pública quanto no que se refere ao trabalho docente: “A alegre cirandinha da criança não teme a escola pobre, onde a dedicação da professora supera todos os dramas” (A REALIDADE..., 1971, p.1). O jornal trazia o aprofundamento das informações no interior do volume, dedicando uma página inteira ao tema. Assim, sob o título “Metade dos alunos sai da escola” (1971), o jornal noticiava que a pesquisa realizada por técnicos da Fundação João Pinheiro tinha apontado que “a repetência entre os alunos matriculados na primeira série primária gira em torno de 50%”. Na segunda série, de cada 100 alunos, 26 repetiam de ano; na terceira série, 24, e na quarta série, 16 em cada 100 alunos matriculados.

A escola de periferia e a criança pobre eram descritas no jornal para que o leitor pudesse conhecer uma realidade distante de seus modos de vida. Assim, por exemplo, na matéria intitulada “Berenice, como tantas,

professora dos distantes bairros pobres” (1973), o “menino de periferia” era referido como aquele que “madruga de verdade”, filho de pai pedreiro ou jardineiro e mãe que planta flores para vender nas regiões centrais de Belo Horizonte. Segundo o texto, “descalços, muitos sem uniformes, são crianças que já amadureceram”. No depoimento da professora (que também serve de legenda à foto ilustrativa da matéria) o que se ressalta é a diferença de tipo de trabalho educativo a ser realizado em uma 3ª série nesses bairros pobres: “[...] o nosso trabalho aqui é; mais de civilizar do que de dar aula, como se faz nos grupos da cidade. Ensinaamos higiene e os orientamos na sua vida familiar. Embora crianças, quase todos já trabalham e são muito sofridos” (BERENICE..., 1973, p. 10).

Em artigo publicado em 15 de outubro de 1974, as precárias condições de trabalho enfrentadas pelo magistério eram o destaque. Intitulado “Realidade: mais que alegria professor tem queixas hoje” (1974), o texto iniciava apontando a situação difícil enfrentada nas escolas, especialmente nas escolas mais pobres:

Reclamando contra a falta de apoio das autoridades para a criação de melhores condições de trabalho e de remuneração e ainda contra a falta de currículos melhor elaborados que possibilitem ao aluno adquirir maior cultura e que possa ser aplicado, plenamente, nas escolas mais pobres, o professor comemora hoje o seu dia, sem muito entusiasmo (REALIDADE..., 1974, p. 5).

No que se refere à repetência escolar, essa era frequentemente apresentada no jornal como um “drama” da escola brasileira. Em 1970, delegados regionais do ensino de Minas Gerais teriam chegado à conclusão de que “era ‘realmente alarmante a situação da repetência no ensino primário” (FOME..., 1971, p. 5). O problema era apontado como sendo muito mais grave na passagem da 1ª para a 2ª série do ensino primário. As causas da repetência, segundo pesquisa da Fundação João Pinheiro, já referida, eram resumidas nos seguintes pontos: falta de assistência ao aluno; excesso de alunos nas classes; baixos salários, desvio de professoras para outras tarefas e grande número de docentes substituídas ou afastadas para tratar de assuntos particulares; falta de material de ensino e mobiliário escolar (METADE..., 1971, p. 5). Em editorial do dia 9 de outubro de 1971, o que se destacava era o repúdio à afirmação que teria sido feita pelo Secretário da Fazenda de que haveria “gastos excessivos no setor educacional”. Por outro lado, o editorial concordava que a repetência escolar era um “problema seríssimo” que precisava ser mais bem discutido, cujas causas, no entanto, não estariam circunscritas à “má qualidade dos serviços prestados”, envolvendo também outras questões –

“sociais, administrativas, econômicas, até mesmo de ‘habitat’” (MINAS..., 1971, p. 4). Também o problema da evasão escolar era mencionado:

Que dizer, então, do problema, ainda mais sério, da evasão escolar que, segundo dados da Fundação João Pinheiro, atinge, em Minas, o espantoso índice de 83%? Como se sabe, a evasão escolar é o abandono, em meio ao curso ou ao ano letivo, dos bancos escolares – provocado, quase sempre, pela pobreza, pelo empobrecimento, pela necessidade de sobrevivência orgânica (MINAS..., 1971, p. 4).

A situação era considerada mais grave na zona rural. No estado de Minas Gerais em 1968, a zona urbana contava com 43.679 professoras e 1.066.130 alunos, já na zona rural, eram apenas 21.026 professoras para 641.476 alunos (AQUI..., 1971, p. 5). Nas escolas rurais, a evasão de alunos chegava a 60% devido, de acordo com a matéria jornalística, ao fato de que 70% das professoras eram leigas e muitas estavam “despreparadas” para exercer a “missão” da docência. Entre as soluções propostas para a crise educacional estavam: formação de professoras exclusivamente por escolas de nível colegial, treinamento para aquelas que têm o Curso Normal incompleto e para as professoras leigas e rurais que devem atender apenas a classes e séries especiais, racionalização do material e dos prédios escolares, salários maiores, lotação dos docentes em locais próximos à sua residência e contratação exclusivamente mediante concursos, que deveriam ser realizados com periodicidade.

No jornal, a repetência, primeiro grande problema, “é apontada como causadora do segundo grande problema do ensino primário mineiro, que é a evasão dos alunos, especialmente na zona rural, em que a bomba serve de desestímulo” (FOME..., 1971, p. 5). A vinculação entre reprovação e evasão escolar é constantemente evocada nos artigos sobre o tema. Especialmente alta, a reprovação na 1ª série é identificada como principal razão para o abandono dos estudos, mesmo já no final da década de 1980: “Cinquenta por cento dos alunos da primeira série primária repetem o ano e depois deixam a escola” – acentuou [Walfrido Mares Guia, presidente da Comissão de Educação da Associação Comercial]” (BRASIL..., 1988, p. 10).

No artigo “Metade dos alunos sai da escola” (1971), a informação é que haveria, em 1968, no estado, 11,52% de “alunos desertores” e que somente 17% dos alunos que entravam no ensino primário completavam o 4º ano. Além do inadequado preparo profissional dos docentes, o jornal destacava também as questões relacionadas à fome como causas do problema. A alimentação seria responsável por 80% dos casos de reprovação, repetência e evasão escolar, segundo os técnicos da Campanha Nacional

da Alimentação Escolar. Em Belo Horizonte, a cada 100 alunos, 80 iriam à escola por causa da comida, o que justificava a sugestão de que a sopa dada na escola fosse substituída por um almoço, ao menos nas vilas e bairros mais afastados do centro urbano e na zona rural.

A fome e a subnutrição foram muitas vezes evocadas no debate sobre a repetência. O jornal mencionava que uma pesquisa feita pela Secretaria de Educação de Minas Gerais e pelo Departamento de Ensino da Prefeitura de Belo Horizonte, acrescida de informações obtidas pela Associação das Professôras Primárias, teria constatado que, “em Belo Horizonte, milhares de ‘crianças só vão à escola pelo prato de sopa que ganham’. Outro problema mencionado é que ‘muitos alunos procuram, inclusive, tomar bomba, para ter alimentos por mais um ano’” (FOME..., 1971, p. 5).

Havia um discurso preconceituoso com relação à criança pobre que se apresentava de modo sutil. A criança pobre estaria sujeita à fome que a levaria à subnutrição e, por isso, ao mal desempenho escolar resultante de sua baixa capacidade intelectual pela condição de pobreza. Se, por um lado, não se afirmava que a criança pobre seria hereditariamente desprovida de inteligência, por outro, as condições do meio em que vivia justificavam a afirmação de sua pouca capacidade para o estudo. Nesse sentido, era com status de evidência empírica recolhida por um órgão público que a afirmação da baixa inteligência das crianças mal alimentadas era feita: “[...] a própria Secretaria da Educação, através de pesquisa realizada, demonstrou que o ‘baixo quociente de inteligência é a principal causa da baixa produtividade. A inteligência curta vem de deficiência de alimentação’” (FOME..., 1971, p. 5). Também a referência a doenças endêmicas no meio em que viviam as crianças pobres comparece nesses discursos. Segundo o jornal, “ao mesmo tempo que a subnutrição, principalmente nas zonas mais pobres e no meio rural, as pesquisas demonstravam também que uma das causas da repetência era as doenças endêmicas” (FOME..., 1971, p. 5). Não há menção sobre como foram realizadas tais pesquisas.

A pressuposição da baixa capacidade de aprendizagem de parte dos alunos levava à sugestão de uma adaptação dos programas de ensino para que não excedessem o que supostamente cada aluno era capaz de aprender. Desse modo, o jornal reproduzia as indicações do Conselho Federal de Educação em que constava que os currículos deveriam ser organizados tendo como propósito “determinar, objetivamente, o que os escolares são capazes de aprender em cada etapa, antes de determinar o que devem saber, como padrão único” (FOME..., 1971, p. 5). Essa sugestão estava

ao lado da proposta de que a avaliação focalizasse aspectos qualitativos¹, mas nem por isso o foco parecia estar em compreender o ensino como processo a ser conduzido de acordo com as especificidades culturais de cada grupo social (em termos de diferença e não de incapacidade). A prevalência era dada às noções de atraso, de falta, de menor capacidade. Se a sugestão era para que não se assumisse um padrão único isso se devia menos à defesa de um processo educativo pautado na diversidade e mais à convicção de que alguns não tinham nível para acompanhar o padrão estabelecido.

Com relação às causas da repetência, o jornal expressava a dificuldade em apontar todas elas: “[...] habituamo-nos a atribuí-la somente à escola, sem pormos em linha de conta a capacidade dos alunos e [...] a cooperação da família” (A SOLUÇÃO..., 1971, p. 5). Ainda que a ênfase no texto fosse dada à necessidade de que a família tomasse consciência do valor do ensino, já que sua influência era considerada fundamental para o desempenho escolar das crianças, está evidente a compreensão de que haveria que se considerar também o fato de que havia alunos com baixa capacidade intelectual.

De modo geral, as causas da repetência citadas nas páginas do jornal remetiam aos contextos de pobreza e faziam crer, portanto, que esse seria um problema restrito aos grupos sociais mais vulneráveis. No entanto, no próprio jornal aparecem fissuras nessa interpretação.

Não eram apenas as escolas públicas que enfrentavam o problema dos “alunos fracos”. Conforme noticiado em 1971, as escolas particulares de Minas Gerais, diante da necessidade de realizarem as modificações determinadas pela nova LDB, previam a realização de cursos de recuperação:

[...] os estudantes fracos poderão frequentar os cursos de recuperação, no primeiro mês do ano. Depois, haverá provas para eles, no início de fevereiro. Os recessos serão usados pelos professores para avaliação dos conhecimentos dos alunos e correção em possíveis falhas no desenvolvimento do programa (COLÉGIOS..., 1971, p. 5).

Em 1982, há nova menção ao fato de que a reprovação não acontecia apenas nas escolas frequentadas por crianças pobres:

1 “Insistir na avaliação contínua do trabalho escolar, para acompanhar o desenvolvimento do aluno e da classe, dar ênfase ao aspecto qualitativo e retificar falhas relativas ao processo ensino-aprendizagem” (FOME..., 1971, p. 5).

Segundo pesquisa do INEP, órgão do MEC de brilhante tradição, sobre a quase 80% o índice de reprovação da primeira para a segunda série do ensino primário, em todo o país. Uma das causas de tal resultado está nas deficiências alimentares, que ocorrem nos meios carentes. A transformação dessa tendência em bode expiatório apresenta vantagens: atenua os efeitos da miséria e favorece a valorização do pré-primário. Mas, cifrar nisso toda a problemática equivale a simplificar, ingenuamente, a evidente complexidade. Basta lembrar que as reprovações assustadoras também se verificam entre os alunos procedentes de meios mais favorecidos da fortuna (MELHOR..., 1982, p. 4).

Em 1987 temos mais uma evidência de que a questão atingia também as classes médias, no artigo “Distúrbio de aprendizagem, um problema infantil quase sempre tratável”, assinado por Heloísa Aline Oliveira (1987) e publicado no suplemento feminino da edição de domingo. Direcionado às mães, a matéria jornalística descreve uma situação que vinha preocupando profissionais pela sua recorrência:

De repente, você percebe que o seu filho não consegue dominar o processo da linguagem trocando determinadas letras ao falar; ou, então, a mesma coisa acontece, na fase escolar, quando ele começa a aprender a escrever. Um fato que se torna freqüente nas salas de aula são determinados meninos que se tornam o “horror” das professoras e dos colegas: hiperativos, eles molestem todo mundo, não ficam quietos um instante, e, desta forma, não conseguem aprender direito. Outros têm problemas de memorização (OLIVEIRA, 1987, p. 5).

Segundo o jornal, esse comportamento se apresentava em crianças “mentalmente normais” que, no entanto, precisavam de ajuda especializada, através de terapia, para tratar suas dificuldades e estarem “aptas para viverem integralmente em seu ambiente”. De acordo com a especialista chamada a falar sobre o tema no jornal, Ieda Fadia Cambraia, a situação atingia a “criança dos dias atuais, que vive confinada dentro dos apartamentos, não tem espaço para brincar, não troca brinquedos e não tem amigos” (OLIVEIRA, 1987, p. 5). Segundo ela, o quadro ficava

cada dia pior porque a sociedade tem valorizado sobremaneira a área intelectual. As escolas estão voltadas para este ângulo ignorando completamente que existem dois níveis de inteligência: o concreto e o abstrato. Se o lado concreto que é o prático não estiver bem resolvido, a criança provavelmente terá problemas mais tarde. Daí o alto índice de repetência que ocorre na 5ª série do primeiro grau, quando o ensino vai se tornando cada vez mais abstrato (OLIVEIRA, 1987, p. 5).

Algumas vezes o jornal apresentava comparações entre a situação mineira e a de outros lugares. Assim, em 1971, após mencionar que a

evasão escolar é um problema permanente no Brasil e em outros países, afirmava que São Paulo tinha uma situação mais favorável, sendo o mais bem colocado no país nesse confronto (a cada 1000 alunos paulistas, 483 terminavam o primário). No Ceará, que, segundo o jornal, tinha a pior colocação na época, apenas 128 a cada mil estudantes finalizavam o ensino primário. Em Minas Gerais, somente 170 alunos a cada 1000 matriculados no primeiro ano primário concluíam esta etapa da escolarização (FOME..., 1971, p. 5).

A reprovação escolar era também referida como desperdício de dinheiro. Em 1971, a Secretária de Educação estimava que os prejuízos advindos da repetência eram de 50 milhões de cruzeiros e, como solução, propunha a criação dos cursos de verão para os reprovados no primeiro ano. Em Belo Horizonte, os primeiros cursos de verão tinham sido realizados em janeiro daquele ano e, segundo notícia o jornal, ajudaram a recuperar 20 mil crianças. No entanto, ressaltava-se que, apesar de os objetivos do curso terem sido alcançados, as causas da evasão continuaram a existir (FOME..., 1971, p. 5).

Bastante debatido no início dos anos 1970, como reação à pesquisa da Fundação João Pinheiro, o tema da repetência deixa de ser mencionado nos anos seguintes, em que o que predomina é a denúncia das más condições de trabalho do magistério e dos baixos salários, bem como a preocupação com a ampliação de vagas no ensino de 1º grau (seja pela construção de escolas, seja recorrendo às escolas particulares). Um dos problemas apontados era a transição da 4ª para a 5ª série do 1º grau. Em 1977, o jornal noticiava a situação de uma escola da região metropolitana de Belo Horizonte que não apresentava muitos problemas de funcionamento até que, com a reforma do ensino de 1971, essa realidade mudou. Isso porque os alunos eram promovidos à 5ª série no final do ano, mas não podiam dar continuidade aos seus estudos na mesma escola devido a problemas estruturais e falta de espaço. O jornal criticava que

a reforma do ensino, que resumiu os antigos cursos primário, ginásial e colegial em primeiro e segundo grau, com raras exceções, não criou condições aos escolares de cursarem as oito primeiras séries em um mesmo estabelecimento e, principalmente, no mesmo prédio. Assim, a maioria deles, chegados ao quarto ano, passam-se a outras escolas, que por sua vez só mantêm classes da quinta série para cima (ESCOLA..., 1977, p. 5).

Interessante notar que, segundo a matéria, o principal objetivo da reforma teria sido permitir que os alunos frequentassem os oito anos de escolaridade na mesma escola (e, nessa perspectiva, o que se evidenciava

era o malogro da proposta). Não constava na discussão a questão da ampliação do direito à educação para todos.

Notícias sobre inauguração de escolas e concessão de bolsas em instituições particulares apareciam de tempos em tempos no jornal. É o caso, por exemplo, da edição de 14 de outubro de 1978 em que constavam, na mesma página, publicadas as seguintes matérias: “Governador inaugura 37 escolas segunda-feira” (1978) e “Bolsas para 57 colégios” (1978). A falta de vagas continuava sendo apontada como problema, como no caso de matéria intitulada “Sistema de ensino tem que criar 30 mil vagas” (1979), publicada em 1979. O jornal informava que o cadastramento escolar tinha indicado a necessidade de criação de 29.646 novas vagas em Belo Horizonte para o ensino de 1º Grau para que nenhuma criança ficasse sem escola em 1980 e noticiava que havia oito novas escolas municipais sendo construídas para atender, especialmente, as “crianças da classe de baixa renda” (SISTEMA..., 1979, p. 6). Em outubro de 1980, o jornal voltava a noticiar o problema informando que “a coordenadoria do cadastro de Belo Horizonte afirmava que ‘Estado e Prefeitura devem tomar medidas urgentes para atender demanda de alunos. Do contrário, não haverá vagas para todos’” (NÚMEROS..., 1980, p. 7). Em 1981, a notícia era a criação de novas vagas para a 5ª série:

Segundo o secretário municipal de Educação, Newton Paiva Ferreira Filho, todos os alunos que concluírem a 4ª série em 1981 terão a continuidade de seus estudos garantida. Para que tal fato ocorra, foi realizado um amplo estudo racional com a criação de pólos de 5ª a 8ª séries, regionalizados com o levantamento de vagas ociosas na rede particular, de tal maneira que todos os equipamentos escolares da capital estejam envolvidos no programa de aproveitamento e continuidade dos estudos destes alunos egressos da 4ª série do primeiro grau (EDUCAÇÃO..., 1981, p. 16).

A falta de vagas é tema que se estende por toda a década de 1980. Nas páginas do jornal, as crianças sem escola eram um problema percebido como de consequências nefastas:

A situação calamitosa do ensino no País, apontada hoje pelo próprio governo federal, transparece em dados estatísticos talvez mais impressionantemente. Sete milhões de crianças, dos sete aos doze anos, estão fora do ensino. E ainda querem que a meninada, sem o que fazer nem aprender, deixe de perder-se na ociosidade, ainda sempre mãe de todos os vícios (ENSINO..., 1982, p. 4).

Em alguns momentos é possível identificar que se estabelecia uma relação entre a ampliação da escolarização obrigatória e a queda da

qualidade do ensino. Em artigo publicado em 1978, intitulado “Precisa ser favorecida no Brasil a escola particular”, essa questão é mencionada explicitamente na transcrição da fala proferida pelo professor Roberto Dornas, presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, na abertura do XVI Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino:

É preciso dizer, por exemplo, que a expansão do atendimento quantitativo, sem melhoria das condições de infra-estrutura, está prejudicando o aspecto qualitativo, e confessar que há generalizada queda da qualidade de ensino, não por culpa da escola, mas por conta das injunções de natureza econômico-social.

É preciso dizer que o ensino obrigatório e gratuito de oito anos, quando o poder público não tinha condições de propiciar a todos a gratuidade nas quatro primeiras séries, tornou o primeiro grau de oito anos um simples esticamento do antigo primário.

É preciso dizer também que a necessidade de evitar a repetência – espantoso que só será afastado quando se obtiver condição de arredar totalmente a carência alimentar e de saúde – se tornou desculpa, rodeada de enfeites pedagógicos, para forçar a aprovação em massa (PRECISA..., 1978, p. 6).

Em 1985, por sua vez, a escola pública aparece mencionada como precisando ser restaurada, como no caso da notícia sobre as proposições feitas pelo candidato à eleição municipal em Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, que afirmava pretender trabalhar no sentido “da continuidade do restabelecimento da dignidade da escola pública” (FERRARA..., 1985, p. 2). Segundo ele, “prosseguir na tarefa de recuperar a qualidade do ensino da escola pública e construir sua identidade, através de uma proposta construída coletivamente, é ponto de honra para um governo municipal democrático” (FERRARA..., 1985, p. 2). Em 1988, o jornal noticiava que o Ministro da Educação, Hugo Napoleão, tinha assinado convênio com os estados para “realização de projeto de avaliação do rendimento escolar em estabelecimentos de 1º grau da rede pública” (MEC..., 1988a, p. 17). Executado pelo Inep e contando com a participação da Fundação Carlos Chagas, o estudo tinha como finalidade “verificar a qualidade do ensino ministrado nos estabelecimentos” (MEC..., 1988a, p. 17). A questão da qualidade do ensino polarizava escolas públicas e particulares na construção discursiva observada no jornal. Assim, por exemplo, ao denunciar as dificuldades de manutenção financeira dos estabelecimentos particulares, Roberto Dornas, presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, reafirmava a representação de superioridade da qualidade do ensino dessas escolas: “a qualidade do ensino, ponto de distinção da escola particular, jamais poderá ser atingida por qualquer

política econômica” (O FIM..., 1986, p. 13). Não há, contudo, qualquer evidência apresentada quanto à melhor qualidade das escolas particulares. Trata-se de um pressuposto assumido como autoevidente. O mesmo movimento discursivo é observado em “MEC estuda aumento das mensalidades” (1988b, p. 5) em que a escola particular é apresentada como sendo a única opção para a classe média, dada a suposta falta de qualidade das escolas públicas: “[...] os dirigentes dessas associações pretendem discutir também novas estratégias para o fortalecimento do ensino público em todo o País e a transformação do ensino particular em opção ‘é não como uma obrigação como é atualmente’” (MEC..., 1988b, p. 5).

A busca de soluções que ampliassem a aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, reduzissem os índices de reprovação escolar era mencionada em uma variedade de novas propostas. Em 1978, uma matéria que ocupava 1/3 superior da página, anunciava a publicação de regulamentação do Conselho Estadual de Educação que instituiu a recuperação contínua nas escolas. Intitulado “Para descobrir e acabar com as deficiências nas escolas” (1978), o texto apresentava a preocupação com a rápida identificação das dificuldades de aprendizagem que permitisse agir “no momento em que surge a deficiência individual do aluno e não somente no final dos períodos letivos” (PARA..., 1978, p. 18). O artigo trazia mais detalhes sobre o processo pedagógico proposto:

Assim, durante todo o ano, a recuperação deve ser inerente ao trabalho normal da escola, isto é, quando surgir a deficiência do aluno, naquele exato momento, o professor tentará solucioná-la, utilizando vários recursos de ensino, como por exemplo, o trabalho em grupo, com monitoria, com exercícios individuais. O professor, porém, não precisará mais de um período fora da aula para recuperar o seu aluno deficiente. “A recuperação – explica o DE-1 – está ligada à avaliação formativa constante no processo de ensino, sem visar notas” (PARA..., 1978, p. 18).

Dois anos depois, o jornal noticiava outra iniciativa com o intuito de resolver os problemas escolares. Intitulada “Educação anuncia plano para diminuir a repetência” (1980), a matéria apresentava uma proposta elaborada pelo secretário municipal de educação de Belo Horizonte, Newton de Paiva Ferreira Filho, a ser implementada no ano seguinte. O plano, elaborado a partir de uma consulta com 642 funcionários que atuavam nas séries iniciais do 1º Grau, como professores, bibliotecários, supervisores, diretores e setores administrativos, visava combater a repetência através de uma seleção dos alunos que iriam começar a 1ª série:

A repetência será combatida agora através de uma seleção dos alunos que vão entrar na primeira série. Antes de a criança iniciar-se na escola, será submetida ao teste psicológico ABC que verifica a sua aptidão para a alfabetização. Os alunos serão divididos, assim, entre prontos e não preparados para alfabetização. Os não preparados terão atendimento especial, fazendo a primeira série em dois anos. Os considerados de todo inaptos para início dos estudos irão para dez Centros regionais, onde terão um tratamento especial com alimentação, medicamentos e acompanhamento pedagógico, até que, provavelmente em dois anos, estejam em condições de se alfabetizar. Os centros estarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Saúde. Ali, as crianças terão tratamento neurológico, psicológico e pedagógico (EDUCAÇÃO..., 1980, p. 7).

A matéria valorizava o fato de que o plano tinha sido elaborado a partir do que consideravam ser a “primeira pesquisa feita no Brasil para ouvir o pessoal que trabalha diretamente nas escolas”, ou seja, ouvindo diretamente aqueles que vivenciavam os “problemas e dificuldades” das escolas. A matéria não trazia maiores informações especificamente sobre as respostas dadas, mas apontava as impressões dos profissionais quanto à relação entre a Secretaria e a comunidade escolar, tais como a insatisfação com a falta de orientação advinda da SME sobre questões jurídicas, falta de auxílio para os problemas escolares e a insatisfação com seus salários.

Observe-se que a dificuldade que a escola encontrava em conseguir alfabetizar todas as crianças era, no caso descrito acima, atribuída a questões de saúde. Mas também merece atenção o fato de que a abordagem do problema recorria à noção de aptidão. Aptidão e talento estiveram frequentemente presentes no debate sobre educação ao longo do século XX e balizaram compreensões e decisões quanto às capacidades de aprendizado das crianças e às possibilidades de continuidade dos estudos. A menção ao talento como critério definidor da seleção dos alunos era explícita na Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971) e o jornal também se referia a esse aspecto. Em outubro de 1971 foi publicado um artigo intitulado “Reforma do ensino dá atenção aos talentos” (1971) em que se noticiava que um dos pontos a ser obedecido em todo o país era a “atenção especial dos professores aos alunos talentosos, dando-lhes oportunidade de avançar de acordo com a sua inteligência” (REFORMA..., 1971, p. 10). Segundo Valnir Chagas, um dos idealizadores da reforma do ensino, “o País precisa cuidar muito bem dos talentos, pois são eles peças muito importantes no processo de desenvolvimento” (REFORMA..., 1971, p. 10).

Em 1984, o jornal anunciava mais uma proposta de solução para a repetência, a saber, que a partir do ano seguinte seria implantado nas escolas públicas estaduais o ciclo básico: “Com duração de dois anos, o ciclo básico, segundo o secretário, é um dos meios mais indicados para

‘combatermos os dois terríveis males da nossa escola, que são a evasão e repetência’” (PROFESSORES..., 1984, p. 6). A medida que integrava a 1ª e a 2ª série, franqueando um período de dois anos de trabalho escolar dedicado à alfabetização, assentava-se na seguinte compreensão, segundo as palavras do secretário da Educação, Octávio Elísio Alves de Brito: “O tempo de alfabetização de uma criança de um nível social bom é muito diferente daquela mais desprotegida da sorte. A escola precisa, então, de partir da realidade” (PROFESSORES..., 1984, p. 6). Previa-se um programa renovador de alfabetização e a formação de equipes de professores alfabetizadores.

Mas também é possível, vez por outra, localizar no jornal vozes dissonantes, circunstâncias em que as explicações se deslocam dos eixos interpretativos recorrentes. É o caso do artigo intitulado “Professor acha que as escolas estão rompidas com o povo e a cultura” (1981), publicado em 8 de outubro de 1981, por ocasião da realização, em Belo Horizonte, do II Congresso Nacional de Educação Pré-Escolar. O jornal mencionava a opinião de Raimundo Nonato Fernando, ex-diretor do Instituto de Educação:

[...] a escola está isolada. Há uma ruptura da instituição com o Estado. Uma ruptura com a sociedade, que não tem qualquer alcance das transformações que nela se originam. Uma ruptura com a cultura: o saber do discurso toma o lugar do saber que vem do fazer. Nossa escola só faz a escolarização. Não há nela espaço para a cultura e para a educação. O que há é uma educação escriturária, estéril e repetitiva (PROFESSOR..., 1981, p. 7).

As dificuldades enfrentadas pelas escolas e expressas em termos do “drama” da repetência apareciam constantemente relacionadas à pobreza, como foi possível ver nos muitos exemplos trazidos ao longo deste texto. Mais raro, contudo, é que o enfoque permitisse ver a matriz estrutural dessa situação. Nesse sentido, o texto “Educação e desigualdade” (1985), assinado pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel, também parece dissonante. Segundo ele, o desafio da educação brasileira implicava em observar a realidade do país e os obstáculos a superar. Apesar de toda grandeza, o Brasil precisava aprimorar as relações sociais:

Um país com o grau de massificação que atingimos só se estabilizará política, social, econômica e institucionalmente à medida que formos capazes de dar estabilidade ou consistência às relações entre as classes e às relações entre as regiões que compõem a distribuição espacial de nossa região. Enquanto os 40% mais pobres dispuserem de menos de 10% de toda a renda do País e os 3% mais ricos desfrutarem de mais de 20% dela, não poderemos ter justiça social (EDUCAÇÃO..., 1985, p. 2).

O Ministro afirmava que o maior desafio estava nas “desigualdades abissais entre os que tudo têm e os que nada possuem” e argumentava que a busca por uma sociedade igualitária e o exercício da cidadania passava pelo processo educativo.

Considerações Finais

A discussão em torno do estatuto do que se publica na imprensa periódica já foi – e continua sendo – objeto de acirrada polêmica. Há objetividade e neutralidade? É possível distinguir notícia e interpretação? [...] Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público (LUCA, 2021, p. 139).

A análise do jornal *O Estado de Minas* permitiu observar o modo como as elites, grupo social que produzia esse periódico e também ao qual a leitura se destinava, representava a escola e o que destacava como sendo os problemas do ensino. Um primeiro aspecto importante, nesse sentido, diz respeito à diferenciação que se constrói discursivamente entre a escola pública e a escola privada. Da forma como a escola aparece nas páginas do jornal, vai se consolidando uma visão única e estereotipada da escola pública, como se fosse possível caracterizar de uma só maneira todas as instituições públicas de ensino distribuídas por um território tão vasto e diferenciado como é o caso do estado de Minas Gerais. Para além dessa insustentável generalização, também chama a atenção o modo pelo qual a escola pública é apresentada ao público leitor como distante e precária, convenientemente distinta da escola privada frequentada pelas famílias do público leitor. Essa diferenciação fica mais evidente quando se analisam as recomendações feitas às mães leitoras sobre como devem conduzir a educação de seus filhos, educados em escolas privadas e atendidos, quando necessário, por psicólogos e psicopedagogos na busca de tratamento para solucionar os problemas de aprendizagem que traziam o risco da repetência igualmente para os lares abastados.

Embora a reprovação ocorresse também entre alunos das classes médias e altas, nas análises apresentadas pelo jornal, esse “problema da escola brasileira” é apresentado predominantemente como decorrente da pobreza e da subnutrição das crianças nascidas nos meios populares. Assim, se constrói uma explicação baseada em suposta relação causal: as crianças pobres seriam afetadas pela fome; subnutridas na infância, teriam o desenvolvimento da inteligência prejudicado e, pela menor capacidade intelectual, seriam mais recorrentemente atingidas pela

repetência escolar. Tal explicação mobilizava preconceitos antigos acerca da condição de pobreza e, ao mesmo tempo em que colocava a criança como vítima do meio em que vivia, assumia caráter natural e fatalista. Mesmo que se mencionasse com frequência a estrutura precária das escolas destinadas aos bairros pobres, o que prevalecia era a composição de um retrato harmonizando o insuficiente gasto público com educação com um certo conformismo.

Outro ponto que se destaca na análise dos debates presentes no jornal no período examinado é a ênfase dada, mesmo bem depois do estabelecimento em lei da escola obrigatória de oito anos, na insuficiência da oferta de vagas nas escolas. A passagem da 4ª para a 5ª série aparece como um grave problema ainda por longo período; são recorrentes as denúncias de falta de escolas e/ou vagas para a continuidade dos estudos além das quatro séries iniciais (que, antes de 1971, correspondiam ao curso primário). No que se refere à repetência, o gargalo estava na passagem da 1ª para a 2ª série. Quando essas questões começam a ter algumas soluções delineadas e tem-se progressivamente a garantia da permanência de todas as classes sociais na escola obrigatória – caminhando-se, assim, no sentido da consolidação do direito de todos à educação – é sintomático que os artigos sobre educação publicados no jornal comecem a discutir o “problema da queda da qualidade”. Nesse caso, de acordo com o periódico, a qualidade da educação teria caído com a chegada da população pobre na escola pública, não deixando outra opção às classes economicamente favorecidas que não fosse matricular seus filhos nas instituições de ensino privadas, reputadas pelos articulistas como de boa qualidade. É de se notar, contudo, que com relação à qualidade da escola particular nenhuma evidência é apresentada no jornal. A preocupação que se esboça no final dos anos 1980 é com a quantificação da qualidade da escola pública que, a crer no que comparece em *O Estado de Minas*, seria reconhecidamente baixa.

Referências

- A REALIDADE sôbre o ensino em Minas. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 1, 07 out. 1971.
- A SOLUÇÃO heróica. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 08 out. 1971.
- AQUI, um retrato completo da crise. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 07 out. 1971.
- BERENICE, como tantas, professora dos distantes bairros pobres. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 10, 14 out. 1973.

BOLSAS para 57 colégios. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 6, 14 out. 1978.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 16 jun. 22.

BRASIL: sete milhões sem escola. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 10, 14 dez. 1988.

CASTRO, Maria. Efêmeros e permanentes: o ardis da memória da imprensa de Belo Horizonte. In: LINHARES, Joaquim. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte 1895-1954**. Belo Horizonte: UFMG, 1995. p. 13-40. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=48728&codUsuario=0>. Acesso em: 16 jun. 22.

COLÉGIOS começam Reforma. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 02 out. 1971.

OLIVEIRA, Heloísa Aline. Distúrbio de aprendizagem um problema infantil quase sempre tratável. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 18 out. 1987.

EDUCAÇÃO anuncia plano para diminuir a repetência. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 7, 04 out. 1980.

EDUCAÇÃO cria novas vagas para 5ª série do 1º grau. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 16, 04 out. 1981.

EDUCAÇÃO e desigualdade. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2, 18 out. 1985.

ENSINO básico. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 4, 20 out. 1982.

ESCOLA. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 14 out. 1977.

ESTADO de Minas é veículo completo que agrada a todos os gostos. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, 27 março 2011.

FERRARA promete restaurar a dignidade da escola pública. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2, 31 out. 1985.

FOME, repetência e evasão. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 08 out. 1971.

FUKS, Mário. Más notícias: a cobertura do jornal Estado de Minas e a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1999-2003). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 257-276, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/9LwLRZ38BJNym3QRtQfHTXv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 22.

GOVERNADOR inaugura 37 escolas segunda-feira. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 6, 14 out. 1978.

LAGE, Marcus Vinícius Costa; COUTO, Euclides de Freitas. Representações do nacionalismo em tempos de copa do mundo: um estudo sobre a “grande imprensa” mineira (1949-1950). **Recordre: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jun.

2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/3291/2561> . Acesso em: 16 jun. 22.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2021. p. 111-153.

MEC avalia rendimento escolar no 1º grau. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 17, 21 out. 1988a.

MEC estuda aumento das mensalidades. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 26 out. 1988b.

MELHOR ensino. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 4, 30 out. 1982.

METADE dos alunos sai da escola. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 07 out. 1971.

MINAS e o ensino. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 4, 09 out. 1971.

NÚMEROS já preocupam a educação. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 7, 01 out. 1980.

O FIM da escola particular é denunciada. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 13, 26 out. 1986.

PARA descobrir e acabar com as deficiências nas escolas. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 18, 07 out. 1978.

PRECISA ser favorecida no Brasil a escola particular. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 6, 01 out. 1978.

PROFESSOR acha que as escolas estão rompidas com o povo e a cultura. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 7, 08 out. 1981.

PROFESSORES resolvem implantar ciclo básico na rede estadual. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 6, 24 out. 1984.

REALIDADE: mais que alegria professor tem queixas hoje. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 5, 15 out. 1974.

REFORMA do ensino dá atenção aos talentos. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 10, 02 out. 1971.

ROTA Educacional. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 4. 10 out. 1971

SANTO, Patrícia Espírito. **Leitura e interatividade feminina nos jornais impressos: a postura da leitora do estado de minas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SISTEMA de ensino tem que criar 30 mil vagas. **O Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 6, 03 out. 1979.

A repetência escolar na *Folha de S. Paulo* (1971-1996): um problema sem grandes soluções

LUÍSA GRANDO

O Brasil chega ao final do século 20 em um impasse. Não há mais tempo para “descobrir” os culpados pela crise atual ou para adotar soluções simplistas ou heroicas. As exigências de uma economia aberta internacionalizada impõem à educação uma urgência nova e encerram o tempo das soluções românticas para o problema (EDUCAÇÃO..., 1991, p. 12).

Introdução

A epígrafe de abertura do texto remonta a uma chamada publicada na *Folha de S. Paulo*, no ano de 1991, que remetia, entre outros problemas, aos altos índices de repetência, reprovação e evasão da escola brasileira. Nota-se que havia uma insatisfação e, até mesmo, uma espécie de revolta por parte do jornal com as alternativas apontadas até então para melhoria da educação brasileira. Essa insatisfação parece ser ainda maior com a finalização do século XX, que prometia grandes avanços em todos os âmbitos da sociedade, mas que acabou por continuar entregando índices problemáticos e altas taxas de repetência e analfabetismo.

Pesquisadores e pesquisadoras do campo da educação já vêm demonstrando interesse nos discursos sobre a repetência e suas repercussões, não apenas na escola, mas em toda a sociedade, sendo essa temática foco de vários estudos no Brasil, como Maria Helena Souza Patto (1990), Sérgio Costa Ribeiro (1991) e Natália Gil (2018). Tratando especificamente sobre a discussão educacional no jornal *Folha de S. Paulo*, autores como Frattini (2011) e Saraiva (2017) se debruçaram em estudar algumas temáticas recorrentes nas páginas do periódico, como a implementação da reforma do Ensino de 1º e 2º Graus e os significados atribuídos ao conceito de fracasso escolar.

As enunciações discursivas sobre o fenômeno da repetência na *Folha de S. Paulo* foram muitas. O objetivo deste capítulo é discutir quais eram os principais argumentos utilizados pelo jornal para discutir essa problemática, quais soluções eram apontadas e como o problema da repetência era visto globalmente tanto pelo jornal, como por parte da sociedade através dos recortes feitos nas notícias publicadas.

Assumindo a potencialidade de trabalhar com jornais como fonte para a pesquisa histórica¹, a *Folha de S. Paulo* foi escolhida por ser um dos jornais mais antigos e influentes do país com uma circulação ampla em contexto nacional. Ademais, é importante ressaltar que pesou na decisão, evidentemente, a sua disponibilidade *online*, uma vez que estão acessíveis várias edições do jornal de maneira integral e gratuita no site do acervo do periódico².

Como este capítulo se propõe a fazer uma análise de um período de mais de vinte anos, é certo que com o passar das décadas o periódico passou por modificações, tanto administrativas quanto políticas, que serão brevemente consideradas a seguir. Buscando trazer um pouco da materialidade do jornal, é importante explicitar sua organização e funcionamento tanto na perspectiva dos dias de hoje quanto nos anos considerados para análise.

Com o slogan “Um jornal a serviço da democracia”, a *Folha de S. Paulo* circula diariamente, tanto no formato físico quanto no formato digital, com notícias de todo o país e de todo o mundo. De acordo com o site oficial do periódico, sua perspectiva é “liberal diante da economia, da política e dos costumes” (JORNALISMO..., 2019). Ademais, reitera que “procura praticar um jornalismo crítico, apertado e pluralista. E salienta sua dimensão analítica, interpretativa e opinativa capaz de iluminar os fatos” (JORNALISMO..., 2019). Suas notícias são divididas em cinco cadernos denominados: Primeiro Caderno, Cotidiano Esporte, Ilustrada, Publicidade Legal e Folha Mais. Em relação ao número de páginas, tanto as edições de dias da semana quanto as dos finais de semana contêm entre quarenta e cinco e cinquenta páginas e os cadernos são os mesmos durante todos os sete dias em que o jornal circula.

Nem sempre sua organização foi assim, como exemplo, a edição dominical de 27 de novembro de 1988 estava dividida em oito cadernos: Primeiro Caderno, Economia, Esporte, Ilustrada, Televisão, Casa e

1 No capítulo de introdução deste livro há maior detalhamento quanto a essa questão.

2 A *Folha de S. Paulo* oferece um acervo digital com amplo número de edições anteriores. Até o momento da realização desta pesquisa o acervo digital era gratuito e ilimitado. Para mais informações ver em: <https://acervo.folha.com.br/index.do> Acesso em: 13 de junho de 2022.

Companhia, Folhinha e Classifolha. Essa edição tinha quarenta páginas, sendo o caderno mais longo o Primeiro Caderno, que continha artigos de opinião, painel dos leitores, notícias de política e do exterior. As edições de dias da semana variavam muito em tamanho, em número de cadernos e em assuntos dos cadernos, como no caso da edição do dia 24 de novembro de 1988, quinta-feira, que continha oitenta páginas e os seguintes cadernos: Primeiro Caderno, Economia, Cidades, Caderno Esporte, Ilustrada, Negócios, Turismo, PortoFolha e Classifolha. Já a edição de quarta-feira, dia 23 de novembro de 1988, tinha sessenta e duas páginas e ao invés dos caderno Turismo, PortoFolha e ClassiFolha, continha o Caderno de Informática. Essa variação³ de cadernos e temáticas publicadas se repete em outras edições, de diferentes semanas e de diferentes anos.

“Um jornal a serviço do Brasil”: pequeno apanhado histórico da *Folha de S. Paulo*

A *Folha de S. Paulo* foi fundada na cidade de São Paulo por Olival Costa e Pedro Cunha em fevereiro de 1921, sendo seu nome original *Folha da Noite*. Era um jornal vespertino que buscava atrair leitores das classes médias urbanas e das classes operárias. Conforme cresceu e obteve sucesso comercial, foi lançada, em 1925, a *Folha da Manhã*. Todavia, para melhor compreensão do funcionamento da imprensa jornalística, é necessário fazer uma diferenciação entre os órgãos de imprensa até o século XIX e, posteriormente, no século XX.

De acordo com Tania de Luca (2008), entre o último quartel do século XIX e o início do seguinte, a imprensa brasileira teve um período de inflexão. Naquele momento, a então produção artesanal dos impressos começou a ser substituída por processos de caráter industrial, marcados pela divisão do trabalho. Ainda, “se por várias décadas no século XIX a luta política se constituiu no moto fundamental do jornal-tribuna, razão mesma da sua existência, os horizontes alteraram-se e a posse de folhas diárias começou a se transformar em negócio” (LUCA, 2008, p. 70). Dessa forma, é nesse modelo de imprensa do século XX que a *Folha da Noite* nasceu, pensada dentro dos métodos racionais de distribuição e

3 De acordo com Frattini (2011), em 1971, a Folha não dividia todas as suas notícias em cadernos. Isso acontecia apenas aos domingos, quando sinalizava o número do caderno, mas não sua denominação, ou seja, as notícias apareciam dispersas pelas páginas do impresso. Os únicos cadernos que surgiram nesse início de década foram: Folha Ilustrada, Turismo, Folha Feminina e Vida Social. Em 1972, de acordo com a autora, despontam alguns cadernos como: Exterior, Nacional, Local e Educação; após a criação deste último, nota-se um crescente número de notícias sobre o assunto.

gerenciamento, dando atenção às inovações que permitiam aumentar as tiragens e baratear seus exemplares.

Conforme Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato (1981), essa primeira fase da *Folha* acaba por se confundir com a figura de Olival Costa, porque ele “ajudou a conceber um novo tipo de jornal, em que tudo é notícia, não mais ‘assuntos literários,’ distantes e tratados em linguagem sofisticada para um ciclo fechado” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 23). Dessa forma, a *Folha* procurou ser a ponte entre o “povo”, tal como sua linha editorial concebia, e o governo. De acordo com Mota e Capelato (1981, p. 24), “o traço fundamental do jornal, que o marcará indelevelmente, será o de fiscal do Governo [...] nessa medida, a verdade eleitoral desponta como base na purificação dos costumes políticos e fator de estabilidade dos regimes”.

Todavia, Gisela Taschner (1992, p. 41) ressalta que essa postura que visava agradar tanto as classes médias quanto os trabalhadores, acabava por ter um certo caráter “oportunista”, “entendendo por esse termo o direito de mudar de opinião sempre que novos fatos o exigissem”. Optar pela condução do jornal dessa forma abria espaço para uma flexibilidade na linha editorial ou mesmo para ausência de uma linha definida o que seria um ótimo caminho para a “constituição de uma empresa de indústria cultural: a mensagem-mercadoria segue à lógica e aos espaços do mercado e não necessariamente as opiniões dos donos do jornal” (TASCHNER, 1992, p. 42).

Apesar disso, a *Folha* não era um jornal completamente despolitizado. Conforme argumenta Rita Minozzi Frattini (2011, p. 29), “o diário apresentava alguns toques antioligárquicos, o que explicaria a sua simpatia pelos movimentos de 1922 e 1924 e mesmo a maneira amistosa pela qual saudou o Partido Democrático em 1926, criado em oposição ao Partido Republicano Paulista”. Porém, em 1930, o jornal apoiou a eleição de Júlio Prestes à presidência da República o que culminaria, após críticas à Aliança Liberal de Getúlio Vargas, na depreciação e no fechamento da *Folha* durante mais de um ano.

A *Folha* voltou a funcionar em 1931 com novos donos e uma nova linha editorial. Frattini (2011) destaca que a nova linha editorial defendia fortemente os interesses dos agricultores paulistas, da divisão internacional do trabalho e do projeto de desenvolvimento capitalista para o campo, ressaltando a agricultura como a principal fonte de riqueza do país. Além disso, o jornal se posicionou contrário à crescente regulação econômica pelo Estado, reprovando a centralização do poder e se tornando favorável a um Estado mais liberal.

Em 1945, o jornalista José Nabantino Ramos assumiu o controle acionário da empresa que passou a se chamar *Folha da Manhã S/A*. Durante essa década foi fundado um terceiro diário, em 1949, denominado *Folha da Tarde*. Nesse período, os diários da empresa passaram a defender os interesses das classes médias urbanas, uma vez que “no período Nabantino houve a preocupação com a imparcialidade, sugerindo objetividade e neutralidade, com emergência da defesa do regime democrático” (FRATTINI, 2011, p. 29). Ainda, Mota e Capelato (1981) afirmam que nesse período a *Folha* assumiu uma postura liberal democrática e com fortes traços pós-liberais.

Conforme a análise de Taschner (1992) sobre a *Folha de S. Paulo*, nessa nova fase, as *Folhas* deixavam de ser porta-vozes de um setor de uma classe específica para se tornarem porta-vozes da classe dominante em seu conjunto. Essa nova conduta ficava visível quando o jornal afirmava estar em defesa da “absoluta imparcialidade em relação a partidos e intransigente defesa do interesse público” (TASCHNER, 1992, p. 71). Essa posição liberalista, por vezes anticomunista, conforme a análise de Mota e Capelato (1981), manteve-se até o golpe militar de 1964.

Em 1960, os três jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* foram fundidos e passaram a ter o mesmo nome: *Folha de S. Paulo* um matutino cujo lema era “Um jornal a serviço do Brasil”. Porém, dois anos depois da junção, o então dono da Folha, José Nabantino, teve que vender o jornal em decorrência de uma crise financeira para os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. De acordo com Frattini (2011), durante o comando de Octávio Frias e Carlos Caldeira o jornal caminhou sob uma forte lógica do mercado.

Nesse período, Mota e Capelato (1981) ressaltam como a *Folha* assumiu a luta pela educação como um grande fator de segurança e desenvolvimentismo. O discurso sobre “manutenção da ordem” e “instabilidade social” foram constantes no jornal, consituindo fatores que, de acordo com Mota e Capelato (1981, p. 179), “contribuíram para preparação ideológica de seus leitores para aceitação do Movimento Militar de 1964”. Autodefinindo-se como “liberal e democrática” no ano do golpe militar, a *Folha* passou os primeiros anos da ditadura sem ter grandes problemas. Dessa forma, Taschner (1992) afirma que o periódico acatou e lutou pouco contra a censura e, de acordo com a autora, o impresso paulista praticamente não havia sofrido controle, enquanto outros jornais, como *O Estado de São Paulo*, enfrentaram censura e tiveram censores dentro da própria redação. Isso não significou, entretanto, que os jornalistas não tivessem lutado contra a repressão e o autoritarismo, que foi prática recorrente em todos os veículos de imprensa brasileiros.

A partir de 1975, com a distensão política iniciada no governo de Geisel (1974-1978) e a ascensão de uma nova redação na *Folha*, com jornalistas engajados e com um viés mais crítico sobre as notícias, o impresso passou a assumir uma posição política mais explícita, a favor do liberalismo e da redemocratização do regime político. Isso foi uma novidade, visto que sua posição de neutralidade estava começando a desagradar tanto o governo militar quanto o movimento de esquerda. A partir dessa nova linha, o diário paulista passou a enfrentar alguns problemas com o regime ditatorial, apesar de ainda apoiar o governo de Geisel. De acordo com Fratini (2011), mesmo enfrentando problema com os militares, os editoriais, que haviam sido suspensos visando à neutralidade do jornal na década de 60, foram retomados.

A *Folha* passou por diversas questões no final da década de 1970, mudanças editoriais, alterações políticas e momentos de maior e menor apoio ao governo militar. Dessa forma, foi na década de 1980 que o jornal assumiu a característica que permanece até os dias de hoje. Foi também na década de 80 que a *Folha*, de acordo com Mota e Capelato (1981), assumiu pioneirismo em algumas ações, como a adoção de infográficos e quadros para explicação de notícias com maiores detalhes e contextos. Na década de 90, o impresso paulista investiu na criação de novos produtos que iam além das edições impressas, assumindo cada vez mais relevância e liderança em venda. Conforme Frattini (2011), no ano de 1996 a *Folha de S. Paulo* vendia mais de 400 mil edições dominicais semanalmente.

Feito um apanhado histórico com objetivo de explicitar os diferentes momentos políticos e sociais que a *Folha de S. Paulo* vivenciou ao longo dos anos, importa, em seguida, focar a análise no objetivo central deste capítulo: as notícias publicadas sobre a repetência escolar a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971.

As causas apontadas para repetência

Ao longo do período analisado, várias foram as possíveis causas apontadas para os altos índices de reprovação e repetência escolar. Elas variavam conforme a década, algumas persistindo mais do que outras ao longo do tempo, porém com o argumento recorrente de que as soluções apontadas até então eram ineficazes e, muitas vezes, convocando a população para que se indignasse com as ações tomadas pelas secretarias de educação e pelos governos estaduais e municipais. De acordo com Frattini (2011, p. 25), especialmente na década de 70, o jornal tinha um forte caráter educativo no sentido de

veicular ideias e valores à medida que o diário paulista tem a intenção de disponibilizar informação aos seus leitores, assim como contribuir, através de suas notícias e editoriais para o desenvolvimento do País no que se refere ao avanço científico e tecnológico, à contenção de problemas como o analfabetismo, a proliferação de doenças e a fome, bem como possibilitar a formação do cidadão consciente.

Dessa forma, o periódico apontava causas, enfatizava as problemáticas presentes e chamava a população para o debate que estava sendo colocado, além de afirmar trazer não apenas uma das causas, mas diversas perspectivas para que seus leitores pudessem formar uma opinião qualificada sobre o assunto.

Uma das causas apontadas para os altos índices de reprovação e repetência foi a suposta falta de profissionalização docente, apesar de a *Folha de S. Paulo* chamar professores para avaliar as medidas implementadas e de enfatizar a baixa remuneração dos professores na rede pública. Mesmo dando espaço para os professores, muitas notícias foram publicadas declarando a baixa qualidade dos docentes, enfatizando que sua formação era insuficiente para educar uma nação. Esse é o caso de notícia publicada em 1986, constituída após um debate promovido pela *Folha* que contou com o secretário da educação, com o diretor de pesquisas educacionais do Inep, mas com nenhum professor da rede estadual entre os debatedores. A discussão foi que os professores tinham sua parcela de culpa nos altos índices apontados, especialmente, porque não eram suficientemente preparados para dar aulas:

Medeiros Brito citou os dados do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (do MEC), referentes a 1984 segundo os quais 35,9% dos professores de 1º grau no Brasil têm apenas formação nesse mesmo nível e que 32,1% possuem diploma universitário. Para ele, o importante para esses docentes não é ter o título superior “mas que se tenha a alta qualificação essencial para o exercício do magistério” (EDUCADORES..., 1986, p. 31).

Em 1984, a *Folha* publicou uma notícia comentando sobre a grande quantidade de professores em regime de ACT temporário⁴, ou seja, professores não concursados. O argumento utilizado era que o último concurso, na época feito havia mais de sete anos, tinha tido um alto índice de professores reprovados. Dessa forma, o autor da notícia relacionava que os “ACTs” eram aqueles que reprovaram no concurso e não possuíam preparo para a atuação em sala de aula:

4 ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) designava o emprego de professores na rede pública de ensino por contrato de trabalho e não por concurso público.

O Departamento de Recursos Humanos da Educação sustenta que a contratação dos ACTs exige habilitação correlata, e confirma que, não havendo, contratam-se leigos. E sobre esses leigos não há qualquer orientação normativa. Mais grave: no caso dos docentes de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos Sociais, nunca houve concurso, logo todos que atuam nessa área são ACTs, uns habilitados, outros não. Não há como ter controle sobre isto (AVALONE FILHO, 1984, p. 23).

A discussão sobre a baixa formação docente repercutiu mais algumas vezes no jornal, como na notícia publicada em 1991 que atrelava a má qualificação dos professores com uma formação escolar de baixa qualidade e com uma origem social que não permitia ao docente frequentar bons espaços de ensino:

No que diz respeito à formação, os professores passam pelo mesmo funil perverso que dirige os alunos das escolas públicas para as faculdades particulares, em geral inferiores às universidades mantidas pelo Estado. Pesquisa DataFolha realizada em Recife, São Paulo e Porto Alegre mostra que 72% dos professores fizeram o 1º grau em escolas públicas. A taxa cai para 64% quando se trata do 2º grau. Seis em cada dez professores fizeram curso superior em escolas particulares. ‘Quem vai ser professor é gente que não teve recursos para uma formação adequada, para quem o magistério ainda representa ascensão social’ diz reitor da USP, Roberto Leal Lobo (SALÁRIO..., 1991, p. 6).

Nota-se nesse conjunto de notícias selecionadas que, na perspectiva defendida no jornal, apesar de a questão salarial ser apontada, o problema dos professores estava majoritariamente em sua formação que era considerada de má qualidade e realizada em instituições particulares para pessoas com poucos recursos que visavam ascender socialmente através do magistério.

Ademais, é interessante observar que em notícia publicada em 1978 uma das causas apontadas e bastante destacada pela própria secretaria municipal de educação foi a participação dos professores nas greves. De acordo com Maria Aparecida Rezende, secretária de educação da época, “é difícil saber as causas da retenção escolar. Entretanto, acredita que a greve dos professores este ano tenha prejudicado bastante” (REPETÊNCIA..., 1978, p. 21). Ainda, finalizando seu argumento sobre as causas da retenção, ela afirmava: “Estamos, disse ela, dando treinamento para os professores de 1ª série e devemos iniciar treinamentos para os demais, pois o despreparo dos professores também é uma das causas” (REPETÊNCIA..., 1978, p. 21).

Além do questionamento sobre a má qualidade dos docentes, a repetência foi muito associada à pobreza e à denominada *carência cultural* dos alunos, entendida, na maioria dos casos, como uma crítica às

desigualdades sociais que permaneciam na escola. Dessa forma, muito se falava sobre como enfrentar essa desigualdade, apesar de na maioria das notícias pobreza, marginalização e carência cultural serem naturalizadas como uma consequência da histórica desigualdade socioeconômica da população brasileira. As matérias jornalísticas salientavam que as desigualdades sociais acabavam por ser ainda mais acentuadas na escola e que mesmo com as discussões em pauta, os índices de desempenho escolar continuavam a ser problemáticos.

A fome foi um dos principais argumentos nas décadas de 70 e 80 ao apontar as possíveis causas para o fracasso escolar, como demonstra uma notícia publicada em 1980, intitulada “A merenda atrai os alunos nas férias”, de autoria de Maria Thereza Martins (1980), que conforme o próprio título informa indicava que as escolas passaram a oferecer merenda nas férias para que as crianças das classes populares pudessem se alimentar.

O programa de distribuição de merendas nas férias surgiu a partir da Secretária de Educação de São Paulo e prometia refeições diárias. A matéria ressaltava que, apesar dessa ação poder ser usada como propaganda política, ela era muito necessária pela quantidade de famílias inscritas. Justificando o programa, havia um subtítulo na notícia denominado “pesquisas”. Nesse trecho, a autora da reportagem abordava algumas pesquisas que reforçam o argumento de que a desnutrição podia causar fracasso escolar:

Diversas pesquisas foram feitas comparando o nível de desenvolvimento físico e mental de escolares de diversas faixas sócio-econômicas de regiões do Brasil. As conclusões são todas semelhantes: as crianças de famílias de renda mensal mais alta apresentam valores mais elevados de peso e altura, tamanho da cabeça, estrutura física e desenvolvimento mental. A desnutrição é comentada sempre como causadora principal dessa defasagem [...] naquele mesmo ano [1975], estatísticas da Secretaria da Educação do Município apontavam a influência da subnutrição nos altos índices de reprovação nas primeiras séries do 1º grau, que variavam, à época, de 46 a 78 por cento. Em 1976, técnicos dos Ministérios da Educação, Saúde e da Previdência Social divulgaram dados de uma pesquisa que revelou serem as doenças e a fome responsáveis por 50 por cento da repetência na 1ª série do 1º grau, 60 por cento da evasão escolar e 40 por cento do atraso pedagógico dessas crianças (MARTINS, 1980, p. 14).

Percebe-se uma forte aproximação dos argumentos utilizados com as pesquisas educacionais desenvolvidas na época. Conforme o avanço dos anos, a *Folha* mantém essa relação, chamando pesquisadores da Universidade São Paulo (USP) e da Fundação Carlos Chagas (FCC) para

que pudessem trazer argumentos especializados sobre os assuntos em voga.

Durante a década de 70, as notícias que relacionavam a fome e a desnutrição eram ainda mais recorrentes do que na década de 80. A justificativa apontada pela maioria das notícias era a necessidade de pensar saúde e educação de maneira unificada, pois os problemas de saúde refletiriam no aproveitamento escolar, especialmente, nos índices de repetência. É interessante que principalmente no início dos anos 70, outras questões relacionadas à saúde eram noticiadas no periódico. Por exemplo, a campanha “Boa Visão” desenvolvida pelo governo do estado de São Paulo que visava a doação de óculos para crianças pobres com problemas de visão. De acordo com a notícia:

[...] além de contribuir para aumentar o rendimento escolar, proporcionar bem estar à criança e correção de defeitos em tempo hábil a campanha ‘Boa Visão’ propiciará ao Estado a economia de cerca de um milhão de cruzeiros anuais, ao evitar ponderável parcela das repetências escolares (ÓCULOS..., 1971, p. 6).

É interessante observar que é a saúde das classes populares que está em pauta, pouco se comenta sobre a possibilidade de carências nas classes médias ou alta, mesmo em outras campanhas relacionadas à saúde de crianças em idade escolar.

Feito o destaque de campanhas paralelas relacionadas às questões de saúde-educação, busco a seguir enfatizar as notícias que destacam a desnutrição e a fome como causadoras dos altos índices de repetência.

Em 1975, a *Folha* publicou uma notícia que enfatizava o aumento de peso e altura dos alunos que frequentavam escolas da prefeitura e recebiam merenda diariamente. De acordo com o texto:

As crianças que frequentam as escolas municipais e recebem a merenda diária apresentam maior peso e mais altura que seus colegas que não consomem aquela alimentação. A descoberta, feita por um educador do Município, levou as autoridades municipais a prestar maior atenção na alimentação escolar [...] os técnicos concluíram que as deficiências alimentares são uma importante causa da evasão e repetência escolares (MERENDA..., 1975, p. 1).

Ainda, em 1976, o governo do estado afirmou que pretendia industrializar alimentos para gestantes visando diminuir a desnutrição das crianças pequenas. O interessante nessa nota é que o quadro de desnutrição do país, que na notícia era considerado “assustador”, estava atrelado à mortalidade infantil, mas também se dava bastante destaque à repetência das crianças na escola. De acordo com o secretário de saúde

Walter Lesser: “[...] por causa dessas deficiências nutricionais, o país apresenta um quadro desolador de repetência escolar, porque crianças subnutridas desde o período pré-natal, são incapazes de aprender” (GOVERNO..., 1976, p. 13).

O argumento da fome passou a perder forças por volta da metade da década de 80, como é possível perceber na notícia publicada em 1983, em que um psicólogo educacional desmentia alguns dos principais argumentos da desnutrição das classes populares. De acordo com o especialista, a culpa não seria do QI baixo, da imaturidade e muito menos da desnutrição, mas sim da própria organização da escola e seus conceitos de normalidade. Aqui já se iniciava o processo de recusa da teoria da desnutrição como causadora do fracasso escolar e começavam os questionamentos sobre a diferença do público que a escola desejava receber e o público que chegava à escola após a democratização do acesso:

“Vejo – diz ele – inteiro descompasso entre o planejamento adotado pela escola e as necessidades efetivas da imensa maioria das crianças que a rede pública recebe. Essa criança é carente e a escola continua julgando através de critérios como do ‘limpinho’, ‘cheiroso’, pronto para ser alfabetizado” [...] o psicólogo educacional lembra que a criança típica que entra na escola pública chega com duas características. A primeira é o ritmo de aprendizagem mais lento, consequência de uma história de vida na qual faltaram estímulos e recursos de toda a ordem [...] (ORGANIZAÇÃO..., 1983, p. 19).

Porém, é importante ressaltar que mesmo não acreditando na desnutrição como causadora do fracasso escolar, a teoria da carência cultural era bastante evidente na fala do psicólogo, uma vez que, segundo ele, a criança pobre não teria o mesmo acesso à cultura escolar que as crianças das classes médias e altas.

A visão de professores também era abordada nessa temática, como na notícia “Estudos negam a influência da subnutrição no aprendizado” (GUIDUGLI, 1986), que trazia os estudos de Madalena Freire. A professora, que começou a dar aula em uma escola de periferia em que havia vários casos de subnutrição, passou a utilizar metodologias diferentes e obteve resultados positivos, descartando que as crianças fossem incapazes de aprender por conta das condições de desnutrição. Conforme a professora:

Eram crianças que sequer sabiam pegar um lápis. O motivo não era a falta de coordenação motora, mas simplesmente porque não tinham acesso a este instrumento [...]. A privação de qualquer bem próprio era tamanha que os “alunos não eram nem donos de seus nomes, chamavam-se uns aos outros de ‘menino’, ‘coisa’, ô” (GUIDUGLI, 1986, p. 28).

É interessante ressaltar que, mesmo depois das notícias negando a questão da desnutrição como fator que causava repetência, o problema continua sendo visto como um fator de fora da escola, pois a carência cultural da população pobre persistia como um argumento para a inabilidade desses sujeitos de frequentarem o espaço escolar.

Esse é um ponto importante que leva à reflexão das soluções apontadas no jornal para resolução do problema, porque é nesse momento que se começa a olhar para dentro da escola, buscando organizá-la de uma maneira que possibilitasse a permanência dos alunos e evitasse que os índices de reprovação e repetência continuassem crescendo.

As “soluções” apontadas para o problema

Ao mesmo tempo que eram publicadas notícias que apontavam causas para a repetência no estado de São Paulo, foram publicados outros textos que traziam a ideia de que existia necessidade de ampliação de políticas públicas e ações das escolas para resolver o problema da repetência escolar. Nota-se que esse outro conjunto de notícias dava destaque a políticas de formação de professores, reformas na organização curricular da escola, ampliação do acesso e de recursos. É importante enfatizar que a repetência como questão social continuava bastante presente entre os discursos publicados no periódico, especialmente quando relacionada às questões de classe social dos alunos da escola pública.

Dessa forma, no âmbito das explicações que apontavam o que faltava à criança para que fosse capaz de aprender, também estavam presentes as hipóteses da carência cultural. Inclui-se nesse caso a desnutrição, mas também o ambiente em que as crianças mais pobres estavam inseridas. No periódico, essa explicação é amplamente sustentada pelos discursos especializados produzidos pelos pesquisadores da área de educação. A partir da década de 70, é perceptível o aumento de matérias jornalísticas que apresentam resultados de pesquisas feitas na FCC, no Inep e em universidades, no caso de São Paulo, especialmente na USP.

A explicação amplamente divulgada e que se transformava em soluções para o problema da repetência era que o fracasso escolar não decorria de deficiências orgânicas das crianças, mas sim de uma diferença entre a cultura que a criança pobre trazia consigo e a cultura escolar, que era pautada pelas classes médias e inacessível para os mais pobres até à chegada à escola. Sendo assim, uma das primeiras soluções apontadas é a ampliação da oferta de pré-escola. O argumento inicial era que a institucionalização da pré-escola auxiliaria na socialização das crianças desde cedo nas “normas escolares” e, por conseguinte, evitaria que a entrada no 1º Grau

fosse tão problemática. Entretanto, é importante enfatizar que a questão da alfabetização na pré-escola também foi comentada, sendo controversa qual seria a verdadeira função que essa etapa deveria ter.

As primeiras notícias sobre a pré-escola ressaltavam não só a importância que essa etapa de escolarização teria para as crianças, mas também para as mães que começavam a ocupar o mercado de trabalho e tinham dificuldade de encontrar locais para deixar seus filhos. Na notícia publicada em 1974, nota-se que o apelo era que as crianças de classes econômicas mais baixas também pudessem frequentar esses espaços, que já eram oferecidos em escolas particulares:

[...] surgiram de um lado as escolas particulares que recebem crianças desde 1 ano e meio de idade e que, cobrando altas mensalidades, podem contar com uma equipe de professores especializados [...] enquanto que, de outro, estão as escolas oficiais que, além de serem insuficientes para atender à grande demanda, não têm recursos para manter uma infra-estrutura adequada ao atendimento do pré-escolar (SALLES, 1974, p. 8).

Interessante é que logo em seguida, na mesma notícia, o assunto da repetência na 1ª série já surgia, indicando a ampliação da pré-escola como uma “vantagem” no seu enfrentamento. De acordo com a diretora do Ensino Pré-Primário do Instituto de Educação Caetano de Campos: “repetência no 1º grau é muito maior nos lugares onde as crianças não frequentaram um jardim de infância, e as crianças que passaram por um treinamento anterior à 1ª série apresentam desenvolvimento mais firme e revelam um progresso maior na 5ª série” (SALLES, 1974, p. 8). Percebe-se que a pré-escola era vista como um “treino” para o ingresso no 1º Grau, pensada justamente para que resolvesse os problemas futuros que as secretarias e escolas sabiam que iriam enfrentar, especialmente com os alunos mais pobres.

Essa ideia de educação compensatória⁵, – termo que é bastante utilizando nas notícias – persiste ao longo dos anos da análise. Em 1975, a notícia “No 1º grau, repetência atinge 70%” (1975) seguia pelo mesmo caminho ao apresentar um estudo que demonstrava “a eficiência da educação pré-escolar no desenvolvimento integral da criança,

5 A partir da teoria da carência cultural, foi desenvolvido o termo ‘educação compensatória’. A ideia dessa prática era ser um conjunto de ações político pedagógicas que tinham como objetivo compensar carências intelectuais e escolares das crianças das classes baixas. Dessa forma, a pré-escola era vista como o momento de estimular cognitivamente os alunos para que as supostas “deficiências” ou “carências” das crianças pobres fossem compensadas.

contribuindo para sua adaptação à escola e a diminuição das desvantagens devidas à carência cultural” (NO 1º GRAU..., 1975, p. 17).

Já em 1982, uma das notícias publicadas tratava sobre o estado de Minas Gerais. De acordo com o texto, o secretário de educação daquele estado queria reivindicar a oficialização da pré-escola no Brasil, visando ampliar a gratuidade dessa modalidade para melhorar os problemas de evasão e repetência, com foco na socialização das crianças pobres nas normas das classes médias:

[...] “queremos uma pré-escola capaz de socializar as crianças oriundas de camadas sociais menos favorecidas, para que, em convívio com crianças de maios sociais mais avançados possam melhorar vocabulário, atitudes, maneiras, hábitos e, principalmente, perder aquele complexo de inferioridade que, de modo geral, carregam consigo por terem nascido pobres”, justificou [Eduardo Levindo, Secretário da Educação de Minas] (MINAS..., 1982, p. 18).

Na década de 90, o discurso em relação à pré-escola se modificou, ressaltando a seletividade escolar, mas mantendo o propósito de suprir as carências culturais das classes baixas. No artigo de opinião intitulado “(Sub)desenvolvimento e (des)educação”, escrito por José Aristodemo Pinotti (1991), tinha destaque a falta de creches e pré-escolas para a população mais pobre. De acordo com o autor, a pré-escola auxiliaria essas crianças mais pobres a conhecerem a cultura escolar antes de ingressarem na escola:

Não há creches e pré-escolas para 80% das crianças, (as mais pobres) que, ao iniciarem o curso primário, encontram uma política educacional arcaica e elitista que as leva à repetência e à evasão (80% das crianças não terminam o primeiro grau), caminhos seguros do analfabetismo, das crianças de rua e seus desdobramentos sociais. As remanescentes, que eventualmente cursarem o 2º grau, irão deparar-se com um vestibular que é o requinte da perversidade elitista, pois permite, com raras exceções, a entrada na escola pública (e gratuita) apenas dos filhos de pais com condições de pagar cursinhos e de sustentá-los estudando durante o dia sem trabalhar (PINOTTI, 1991, p. 3).

Ainda, além de fazer essa forte crítica em relação à alta seletividade da escola brasileira, o autor comentava sobre os problemas psicológicos que podiam ser acarretados por conta do abandono dessas crianças carentes. Para isso, o autor usava o argumento da privação cultural:

É difícil imaginar como poderá haver desenvolvimento, consideradas as decorrências concretas dessa política educacional distorcida: analfabetismo, milhões de crianças semi-abandonadas que serão adultos amanhã com todas

as cicatrizes psicológicas e comportamentos decorrentes da privação cultural, educacional e alimentar. Tudo isso sem citar a mão-de-obra desqualificada e a falta de oportunidade, para uma enorme parcela da população, de aprimoramento profissional e cultural (PINOTTI, 1991, p. 3).

Outra solução apontada para resolver os índices de repetência foi a implementação do programa de ciclos e a promoção automática. O Ciclo Básico de Alfabetização⁶ foi implementado, em São Paulo, em 1984. A primeira notícia sobre a implementação do ciclo básico aparece em 1983 e se intitulava: “Ciclo básico não eliminará a avaliação” (1983). O texto tratava sobre as críticas feitas pelo magistério em relação à implementação do ciclo básico no ano seguinte. Os docentes estavam preocupados com a extinção das avaliações finais e o impedimento de reprovar os alunos ao final da 1ª série. Buscando sanar as dúvidas e aflições dos professores da rede pública de ensino, a *Folha de S. Paulo* convidou a responsável pela Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas para explicar a mudança. De acordo com ela, “o problema da evasão e da repetência nas primeiras séries é resultado de questões sociais, torna-se necessário, por isso, oferecer condições à escola e oportunidades de educação para o aluno” (CICLO..., 1983, p. 18). A coordenadora afirmava que a avaliação deveria ser feita ao longo de todo o ano, respeitando as condições de vida do aluno. Ela apontava que as reações negativas em relação à implementação do ciclo básico eram uma forma de protesto contra a perda de poder dos professores. Na opinião da coordenadora,

temos que quebrar o mecanismo que permite a seletividade às avessas, existente na escola. A criança será avaliada em sua potencialidade e não mais em comparação injusta e inadequada com outras crianças que não sofrem as mesmas carências [...] isto não quer dizer que iremos rebaixar o nível de ensino, ao contrário. Ao se respeitar a criança é muito provável que ela consiga cursar o ciclo básico mesmo antes dos dois anos (CICLO..., 1983, p. 18).

Ao longo de 1983, as notícias publicadas no periódico eram de bastante expectativa em relação à melhora nos índices de repetência, apesar de muitas questões terem sido levantadas, especialmente, relacionadas à baixa participação dos docentes no decreto que instituiria os ciclos. É o

6 O Ciclo Básico foi uma política pública implementada em diversos estados do Brasil. Em São Paulo, foi implementada em 1984 e prossegue até os dias de hoje nas escolas paulistas. O objetivo da política de ciclos era diminuir os índices de reprovação, repetência e evasão na escola, principalmente na 1ª série. Sendo assim, a proposta consistia em não reprovar entre os anos do ciclo, pois eles seriam um agrupamento de séries sequencial e interrupto que visava mais tempo para desenvolvimento das aprendizagens.

caso do artigo de opinião escrito por Mauricio Tragtenberg (1984) que abordou as insatisfações dos professores com o ciclo básico antes mesmo do primeiro ano de implementação começar. Os docentes reforçavam que não participaram do texto que constituiu a proposta, não foram capacitados em como organizar suas aulas e como deveriam avaliar seus alunos:

“Descentralização” e “Participação” são as palavras mágicas da nova administração. Na prática a chamada “descentralização” pode colocar a rede estadual de ensino (ou saúde) nas mãos do “coronelismo” que domina o poder local nesse interior paulista [...]. Sem a alteração do Regimento Interno da Esc. Oficial do Estado, qualquer “participacionismo” é um engodo, da mesma forma que apelar à valorização do “professor” como faz o Documento da Equipe Técnica da Regional de Marília, para vender o “peixe” do “circo básico” é falar de corda em casa de enforcado, considerando a situação de penúria do magistério.

[...]

Em suma, o “circo básico” é uma meia sola numa estrutura falida. O professor em fevereiro entrará na sala de aula sem saber o que fazer e como fazer. Como o “Circos Básico” atenderá ao carente, cujas condições anteriores ao ingresso na rede impedem um real aproveitamento? (TRAGTENBERG, 1984, p. 11).

Em outra notícia, nota-se uma visão mais crítica da política de ciclos afirmando que ela permanece entre a teoria e a prática. No texto, a *Folha* traz uma fala do secretário de educação sobre a questão do remanejamento, que se torna possível dentro do ciclo, e a fala de professores que sentiram o ciclo na prática: “[...] ‘sei de escolas que fizeram oito remanejamentos em um ano [...] o remanejamento é um horror. A criança sabe que fracassou. Ela fica rotulada como fraca e isso fica com ela o resto da vida’” (AZEVEDO, 1985, p. 32). Interessante que logo em seguida está a fala do secretário afirmando que o ciclo não é uma questão de remanejamento. Ele constata que a diferenciação de turmas é para prover uma “atenção diferenciada ao aluno” pela qual ninguém poderá afirmar que o aluno é “burro” ou “não serve para nada”. Porém, ao mesmo tempo que ele proclama essa fala, são criadas salas denominadas de fracas, médias e fortes:

[...] a secretaria sugeriu dois procedimentos para se cumprir essa teoria [do ciclo básico]: o remanejamento entre turmas, classificadas como fracas, médias e fortes e a formação de grupos de apoio, onde a criança teria aulas de recuperação fora do seu horário normal (AZEVEDO, 1985, p. 32).

Em seguida, uma professora da USP dá sua opinião sobre o remanejamento:

[...] com ciclo básico ou sem ciclo básico, a alfabetização depende do preparo do professor “Um professor bem preparado vai saber lidar com as diferenciações dentro da classe, sem remanejar. O que é preciso é acabar com esse sonho da classe homogênea” (AZEVEDO, 1985, p. 32).

Quatro anos depois da implementação dos ciclos em São Paulo, instituiu-se em 1988 a Reforma Curricular do 1º Grau. A proposta era organizar as séries em três ciclos de estudos, sugerindo não haver reprovação dentro dos ciclos e possibilitando a promoção automática. Nos anos seguintes, as notícias seguem discutindo a organização em ciclos de todo o 1º Grau afirmando, a partir de dados da Unicef, a ampla redução da repetência em São Paulo:

A taxa de repetência em São Paulo, entre alunos da 1ª série do 1º grau, foi bruscamente reduzida entre 1984 e 1985, caindo de 28,2% para 3,6%. Esta alteração se explica pela implementação do ‘Ciclo Básico’, de dois anos de duração que promove automaticamente o aluno da 1ª para 2ª série (CICLO..., 1990, p. 8).

Intrigante que nos anos sinalizados como momentos de menor número de repetência (1984 e 1985) não há notícias publicadas pela *Folha* que deem destaque a esse tipo de diminuição.

Com as reformas curriculares a todo vapor, as metodologias empregadas nas escolas públicas também começaram a ser discutidas e pensadas como uma solução eficaz para os índices. É durante esse período que as parcerias público-privadas ficam ainda mais consistentes na secretaria de educação de São Paulo. A primeira compra de materiais noticiada na *Folha* foi o “Programa Alfa”. Comprado em 1980, desenvolvido pela FCC e comercializado pela Editora Abril, o material tinha como objetivo diminuir os índices de fracasso escolar com facilidade.

Os comentários em relação ao material logo surgiram nas páginas da *Folha de S. Paulo*, como no caso da notícia que trazia a fala de um deputado que estava reclamando do valor do material e do, segundo ele, encarceramento que o material oferecia aos estudos. O dirigente da Abril defendia o método afirmando que “beneficiará inicialmente cem mil alunos, tendo custado ao governo do Estado exatamente Cr\$ 53.053.000, conforme publicado no Diário Oficial no último dia 15” (O PROGRAMA..., 1980, p. 12). Ainda, José Alcione Pereira, dirigente da Abril, afirmava que o governo iria economizar dinheiro, pois evitaria gastos com os altos índices de reprovação e repetência:

[...] a aplicação do Programa Alfa trará economia ao Estado, uma vez que permite reduzir drasticamente o índice de evasão e repetência na passagem da primeira para segunda série do 1º grau, é de 50% “e como temos no País sete milhões e meio de crianças matriculadas na primeira série do 1º grau fatalmente haverá três milhões e meio de repetências ou evasões, representando um prejuízo na ordem de Cr\$ 15 bilhões, além de evidentemente os prejuízos de caráter social” (O PROGRAMA..., 1980, p. 12).

Todavia, o Programa Alfa não foi referido nos anos seguintes da década de 80, mas outras críticas e sugestões quanto aos métodos e materiais didáticos ganharam cada vez mais espaço no periódico.

No ano de 1996, a *Folha* chamava a atenção para um novo programa, denominado “Programa de Aceleração”, retratando no texto os bons resultados que havia obtido no estado de Minas Gerais. O objetivo do programa era que as crianças multirrepetentes fizessem aulas no contraturno escolar e avançassem para a série que correspondia à sua idade, diminuindo assim as distorções idade-série. No mesmo ano, a secretaria implementou o programa, afirmando que “30% dos alunos do 1º grau estão defasados em mais de dois anos em relação à série adequada para sua idade” (REPETÊNCIA..., 1996, p. 3).

Em 1998, a *Folha* publicou mais duas notícias relacionadas à aceleração, a primeira intitulada “Pedagogia da repetência” (1998). De acordo com a notícia, os dados da Pnad de 1996 deixaram nítidos dois problemas: os altos índices de repetência e a evasão escolar. A partir de dados estatísticos, havia ficado evidente que muitos alunos seriam vítimas do que eles chamavam de “pedagogia da repetência”, conforme mostra o trecho abaixo. Além de uma problemática administrativa, essa “tradição” escolar da repetência estaria causando danos para qualificação dos futuros trabalhadores:

Há [...] segundo o Pnad, cerca de 750mil estudantes de 8 a 12 anos que não sabem ler. Ora, o que esses alunos estão aprendendo na escola? Ao longo prazo, os efeitos da repetência em grande escala têm sido danosos tanto para administração do sistema [...] como para qualificação no mercado de trabalho: 57% da população economicamente ativa em 96 ainda não havia completado as 8 séries do ensino fundamental (PEDAGOGIA..., 1998, p. 2).

Ademais, a *Folha* alertava para a cautela no emprego dessas estratégias uma vez que as boas estatísticas não equivaleriam a vencer os desafios da educação:

Há estratégias para reagir a essa distorção e algumas já estão sendo empregadas em São Paulo e Minas Gerais. Mas é preciso cautela. A aprovação automática (em ciclos de duas ou de quatro séries) e a formação das classes de aceleração para alunos reprovados poderão adiar a repetência ou mesmo desestimular alunos com bom desempenho, se forem implementadas sem uma criteriosa monitoração pedagógica. Produzir boas estatísticas nem sempre equivale a vencer desafios. Que o sistema educacional brasileiro não seja vítima desse engano (PEDAGOGIA..., 1998, p. 2).

Nessas últimas notícias, é possível notar uma posição mais cautelosa do periódico em relação às classes de aceleração e ao uso indiscriminado das estatísticas para construção de políticas públicas.

Considerações finais

Este capítulo visou analisar as notícias publicadas pelo jornal a *Folha de S. Paulo* entre 1971 e 1996 buscando compreender os discursos que circulavam sobre o termo *repetência* no periódico. As análises apresentadas neste trabalho evidenciam que, ao longo do período proposto, as explicações relacionadas ao fracasso escolar tiveram deslocamentos. Inicialmente, nota-se um foco das causas nas crianças, naquilo que faltava diretamente a elas. Posteriormente, a compreensão que o problema estava no meio social de onde proviam as crianças pobres, caracterizadas como culturalmente carentes, ganhou força. Por fim, a centralidade passa a ser da inadequação da escola, dos métodos e dos próprios professores. Importante enfatizar que essa análise diacrônica é útil para uma visão geral da pesquisa, todavia, não significa que as explicações se sucedem completamente, ou seja, as explicações iniciais não deixam de circular no jornal assim que outra surge, sendo sobrepostas ao longo de todo período, conforme foi demonstrado ao longo do capítulo.

Outro aspecto interessante de ser observado é que, apesar de serem indicadas algumas soluções, os textos publicados nas páginas do jornal *Folha de S. Paulo* apontam para um discurso predominantemente fatalista quanto à qualidade da educação paulista e, conseqüentemente, brasileira. A palavra crise aparece nos títulos das notícias e a busca incessável por um culpado, seja ele o método, o professor, o material ou o público da escola, perdura em todo o período.

Referências

AVALONE FILHO, Olavo. DRHU admite falhas no controle da rede de ensino. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 23, 24 ago. de 1984.

AZEVEDO, Eliane. Ciclo básico permanece entre teoria e prática. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 32, 29 de set. de 1985.

CICLO básico não eliminará avaliação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 18, 05 de nov. de 1983.

CICLO básico reduz em SP a repetência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 8, 03 de fev. de 1990.

EDUCAÇÃO será tema de série. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 12, 25 de ago. de 1991.

EDUCADORES discutem formação de docentes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 31, 26 de jan. de 1986.

FRATINI, Rita Minozzi. **A implementação da reforma do ensino de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo nas páginas da imprensa (1971-1982)**. Araraquara: UNESP, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018.

GOVERNO do Estado produzirá alimento para gestantes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 13, 29 de jul. de 1976.

GUIDUGLI, Graziella. Estudos negam a influência da subnutrição no aprendizado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 28, 25 de mai. de 1986.

JORNALISMO profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância: documento atualiza compromissos da Folha em uma era de mudança de hábitos dos leitores, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de mar. 2019. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml> Acesso em: 24 de julho de 2022.

LUCA, Tania de. A grande imprensa na primeira metade do século XX In: LUCA, Tania de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, p. 70-81, 2008.

MARTINS, Maria Thereza. A merenda atrai alunos nas férias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 14, 24 de jan. de 1980.

MERENDA está funcionando para valer. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 30 de nov. de 1975.

MINAS pedirá oficialização da pré-escola. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 18, 21 de set. de 1982.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: IMPRES, 1981.

NO 1º grau, repetência atinge 70%. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 17, 03 de abr. de 1975.

O PROGRAMA alfa será implementado na rede estadual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 12, 19 de abr. de 1980.

ÓCULOS para estudante pobre. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 21 de nov. de 1971.

ORGANIZAÇÃO da escola é que leva à reprovação, afirma pedagogo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 19, 21 de out. de 1983.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 1990.

PEDAGOGIA da repetência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 09 de fev. de 1998.

PINOTTI, José Aristodemo. (Sub)desenvolvimento e (des)educação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 22 de jul. de 1991.

REPETÊNCIA atrasa mais de 2 anos 30% dos alunos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 11 de jul. de 1996.

REPETÊNCIA pode chegar a 38% na rede municipal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 21, 12 de dez. de 1978.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 7-21, 1991.

SALÁRIO de professores de SP vale 4 vezes menos do que a vinte anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 30 de set. de 1991.

SALLES, Vera Lúcia. Pré-escola, uma etapa sem perspectivas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 8, 23 de fev. de 1974.

SARAIVA, Ester da Silva Venâncio. **A polissemia do conceito fracasso escolar em uma fonte histórica digital**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

TRAGTENBERG, Maurício. Circo básico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 11, 23 de jan. de 1984.

A repetência escolar no jornal *O Globo* (1970-1999): fatos e posições nas páginas do periódico

MARIA VITÓRIA LONGO VIANA

Em 1967 a taxa de promoção do 1º para o 2º ano foi de 53% no Brasil, enquanto na América do Sul as percentagens de aprovação ficavam acima de 70% e na Venezuela 71%. [...] Os dados foram publicados nas “Normas de Promoção e o Problema da Repetência”, da Organização dos Estados Americanos. Por eles se verifica que, dentre os citados, o Brasil é o País de mais baixa taxa de alfabetização da América Latina. A Argentina, por exemplo, tinha 82% de aprovação na primeira série; a Bolívia, 90%; a Costa Rica, 92%; a Nicarágua, 78%; Honduras, 77%; Panamá, 76%; Colômbia, 75%; El Salvador, 64%; e Paraguai, 63% (CURSO..., 1971, p. 9).

O jornal *O Globo* foi fundado no Rio de Janeiro em julho de 1925. Segundo periódico fundado pelo jornalista Irineu Marinho, conta com edições diárias publicadas até hoje. O periódico conta com o acervo *O Globo*, site onde estão armazenadas todas as edições publicadas desde sua fundação. Nele, não apenas é possível consultar as publicações, mas também realizar buscas de acordo com palavras-chaves, caderno do jornal e período de publicação através de sua ferramenta de busca.

Assim, a fim de compreender a presença, nesse jornal, da repetência e outros temas relacionados, realizei a consulta, no mecanismo de busca do portal, dos termos previamente combinados pelo grupo de pesquisa. Analisei os artigos filtrados pela ferramenta, diferenciando aquilo que diz respeito à educação dos artigos em que as palavras aparecem em outros contextos e, a partir dessa seleção, foram observadas as narrativas que ganharam espaço nas páginas do periódico.

Para fins da análise apresentada neste capítulo, dividi os artigos localizados em duas categorias. Para a primeira, reuni aqueles que reportam um acontecimento específico ou partem de uma declaração para desenvolver um tema, aproximando-se mais do que entendemos como notícia. A segunda categoria reúne escritas que tratam de temas gerais da

educação sem partir de um determinado evento, com tom de conselho e trazendo reflexões normalmente voltadas para as famílias.

Os anos 1970 e o problema da reprovação escolar

Durante os anos de 1970, os artigos do primeiro tipo representam 75% dos identificados no levantamento e tratam, de forma geral, da inadequação da educação, dos altos índices de reprovação no país, das causas para a reprovação e evasão escolar, das ações do governo e da mudança curricular implantada no sistema estadual do Rio de Janeiro no ano de 1977.

As taxas de reprovação aparecem para defender a ideia de crise na educação. Em “No Rio, 61% de reprovados na 1ª série do 1º grau” (1976), publicado em março de 1976, o jornal convida três professoras - Ana Bernardes, do Ministério da Educação; Teresinha Saraiva, Secretária Municipal da Educação do município do Rio de Janeiro; e Myrthes Wenzel, Secretária Estadual da Educação do estado do Rio de Janeiro - para compor uma mesa redonda onde elas contextualizam a situação da educação, seus problemas e futuras medidas que visem solucionar os problemas reportados. Sobre os problemas da rede municipal, Teresinha Saraiva afirmou que

temos quatro grandes problemas a enfrentar em relação ao ensino de 1º grau no município do Rio: alto índice de reprovação, sobretudo da 1ª para a 2ª séries; evasão do magistério; baixa qualidade do ensino e insuficiência de recursos orçamentários [...]

O percentual de reprovação no 1º grau em 1975 foi de 34,47%; e da 1ª para a 2ª série foi de 61,21%. Isto quer dizer que de cada grupo de cem alunos matriculados, na 1ª série só 39 foram aprovados para a segunda, acarretando o congestionamento do sistema e significando um mau investimento econômico e social (NO RIO..., 1976, p. 12).

De forma similar, em “Curso primário tem taxa de aprovação baixa” (1971), publicado em novembro de 1971, marcam-se os altos índices de reprovação no país. Consta nesse artigo que, entre os países participantes de uma pesquisa da Organização dos Estados Americanos, o Brasil tinha o mais baixo índice de aprovação na 1ª série, sendo indicado também como o país com mais baixa taxa de alfabetização da América Latina.

Vinculadas aos altos índices de reprovação, algumas medidas nacionais e estaduais aparecem nas páginas do jornal. Em “MEC tenta resolver a repetência na 1ª série” (1974), de junho de 1974, o jornal divulgava o emprego da metodologia do Mobral:

Os últimos dados disponíveis pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura mostram que em março de 1972, havia 6 135 540 alunos matriculados na primeira série, dos quais 1 441 843 eram repetentes. Outros dados demonstram que grande número de alunos repetem mais de uma vez a primeira série.

Com o objetivo de tentar resolver esse problema, o Departamento de Ensino Fun - DEF - do Ministério da Educação vai utilizar um sistema já testado com êxito em alguns Estados, e que se baseia na metodologia empregada no Mobral.

[...] A experiência foi feita com uma mostra de alunos que já haviam repetido duas ou três vezes a primeira série e não conseguiram se alfabetizar. Durante cinco meses, esses alunos receberam aulas nas quais era utilizada a metodologia do Mobral para alfabetização funcional, com algumas adaptações para melhor adequação à faixa etária que oscilava entre 9 e 14 anos. No final desses cinco meses, o índice de alunos que puderam ser considerados capazes foi de 63 por cento. Com esses alunos foram desenvolvidas, em mais quatro meses, atividades de recuperação do sistema educacional regular, isto é, foram todos preparados para entrar na terceira série. O índice de aprovação foi 70 por cento (MEC..., 1974, p. 15).

Aparecem também medidas tomadas por diferentes estados, como Rio Grande do Norte e São Paulo. Menciona-se, ainda, em 1972, que o município de Niterói passou por uma reforma em alguns grupos escolares:

Nas unidades escolares em que foi implantada a Reforma do Ensino, desapareceu a figura do repetente. O novo processo prevê que, se o aluno não apresentar índice normal de aproveitamento nos quatro primeiros meses perde um mês de férias e recebe aulas intensivas [normalmente, são 4 meses de aula, 2 de férias, 4 de aula e 2 de férias]. No fim do ano, é empregado o mesmo processo e se mesmo assim, o aluno não alcançar o nível exigido inicia o ano letivo seguinte na mesma série, mas no nível dois. Logo após sua recuperação, é promovido (REFORMA..., 1972, p. 19)

Além de exemplos pontuais como Niterói, a mudança curricular proposta para o ano de 1977 ocupou as páginas d'O *Globo* durante dezembro de 1976 e março de 1977. Em 11 de dezembro foi publicado um artigo onde Edília Coelho Garcia, presidente do Conselho Estadual de Educação, e Myrthes Wenzel, Secretária da Educação, defendiam a promoção automática como medida para diminuir os índices de reprovação e de evasão escolar:

A Secretária de Educação Myrthes Wenzel, acha que a alfabetização na 1ª série "é muito importante, mas não é tudo".

Para a professora Edília Coelho, a Secretaria de Educação está procurando reestabelecer a promoção automática, processo utilizado pelo Deputado Flexa Ribeiro quando foi Secretário da Educação. Segundo ela, a medida "é muito

saudável e funcionou bem, pois permitiu ao aluno de mau aproveitamento estar sempre numa série de acordo com a sua idade, embora recebendo menos volume da matéria do que um aluno de bom aproveitamento escolar”.

A medida, no seu entender, corrige a distorção série-idade e reduz a evasão escolar.

A proposição a ser apresentada pela Secretária Myrthes Wenzel ao Conselho prevê não promoção à série seguinte com currículos diferentes, mas promoção com recuperação paralela dos alunos mais fracos (EDÍLIA..., 1976, p. 14).

Alguns dias depois, no dia 30 de dezembro, o Ministro da Educação Ney Braga se pronunciou expressando sua opinião sobre a promoção automática, ressaltando que “o MEC deverá estudar a proposição, quando então serão consultados especialistas e educadores do Ministério, além de outros técnicos”. Braga se declarou contra a promoção automática, afirmando que considerava

inviável a idéia da promoção automática da primeira para a segunda série do 1º grau [...]. Em sua opinião, é preferível que os professores “se empenhem mais no sentido de alfabetizar satisfatoriamente as crianças, ao invés de procurar aparentes soluções para o problema da escolarização” (NEY..., 1976, p. 12).

No dia seis de janeiro do ano seguinte foi publicado “Diretora explica projeto” (1977), em que Noemi Meira de Castro, diretora do departamento geral da educação da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, falava sobre o novo projeto. Em seu depoimento, ela explicitava que a reforma não previa apenas a promoção automática, mas sim a mudança de currículo, metodologia e objetivos para o 1º ano, respeitando o princípio de que crianças diferentes aprendem em ritmos diferentes. A notícia explicava que, embora ainda estivesse em período de elaboração, o projeto deveria ser aprovado até março para ser aplicado já em 1977. Em seis de março, o jornal noticiava que “Ano letivo começa com mudanças nos currículos” (1977) e apontava quatro inovações anunciadas pela Secretária de Educação:

[...] pré-escolar com até 120 crianças numa turma, sob orientação das mães; novos currículos de Primeiro e Segundo Graus, adaptados à realidade educacional de cada município; novos métodos para as escolas rurais, utilizando a linguagem do local de alfabetização; e acesso automático da primeira para a segunda série (ANO..., 1977, p. 18).

Concordando ou não com as medidas a serem implantadas pelo Estado do Rio de Janeiro, a compreensão da gravidade dos números da reprovação e da evasão escolar no estado era consenso entre os profissionais

da educação. Solucionar o problema passava necessariamente por compreender sua origem e várias tentativas de apontar a causa dos altos índices de reprovação foram feitas ao longo dos anos no jornal *O Globo*.

Uma das hipóteses presente nas páginas do periódico era a influência da pobreza e da desnutrição no rendimento escolar. Em “Melhor alimentação aumenta aprovações nas escolas mineiras” (1975), de março de 1975, o jornal utilizava a execução de um plano em Belo Horizonte, Minas Gerais, como exemplo que reforçava esse argumento, afirmando que “a execução de um Plano Integrado de Saúde e a melhoria alimentar nas escolas municipais de Belo Horizonte reduziram, em três anos, de 55 para 11% o índice de alunos repetentes nessas escolas” (MELHOR..., 1975, p. 7). Em julho de 1976, Myrthes Wenzel, Secretária Estadual da Educação, apontou “como causas da evasão e repetência a desnutrição; a pobreza, que leva a criança a ter vocabulário muito reduzido” (MYRTHES..., 1976, p. 14), além de indicar a inadequação dos currículos.

A metodologia do ensino também aparecia com certa frequência como a causadora da repetência e da evasão. Em fevereiro de 1970, o jornal publicou a matéria “Educadora adverte: Desatualizado há 20 anos o ensino primário brasileiro” (1970), destacando declaração feita em estudo da professora Lúcia Marques Pinheiro para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Nele, a professora apontava para os índices de rendimento escolar que se mantinham inalterados por décadas por serem os professores profissionais ultrapassados e que não estavam qualificados para atualizar o ensino brasileiro. Em dezembro de 1977, o tema retornava ao jornal no artigo “Diretora do MEC: primário reprova mais que vestibular” (1977), onde se defendia que, embora a sociedade estivesse mudando e o acesso à escola se democratizasse, os métodos ainda eram os mesmos.

A defesa que aparecia com maior destaque refere-se à importância do ensino pré-escolar. Os primeiros artigos sobre a questão foram publicados em setembro de 1974 com relato do início de um programa de educação pré-escolar que visava permitir que a criança se adaptasse à escola antes mesmo de chegar à escola. Ainda em setembro de 1974, em “Ausência de ensino pré-escolar provoca maior repetência” (1974), a importância do ensino pré-escolar era justificada por ser um meio de compensar a defasagem causada pela multiplicidade de condições socioeconômicas no primeiro ano. A reportagem registrava que “as crianças de melhor nível sócio-econômico são as mais favorecidas porque no seu próprio ambiente familiar têm vivências que as desenvolvem emocional e intelectualmente. São bem nutridas e vivem num ‘status’ cultural bom” (AUSÊNCIA..., 1974, p. 18). A ideia de que o valor do ensino pré-escolar estava no

desenvolvimento emocional e intelectual aparece também em “Secretária: a culpa de muitas reprovações está no pré-escolar” (1976), em julho de 1976. No artigo, a Secretária Municipal de Educação Teresinha Saraiva afirmou que a educação pré-escolar

tem o papel de guia e é um começo importantíssimo para a experiência escolar futura. Pesquisas realizadas em muitos países e mesmo no Brasil provam que a educação pré-escolar, além de ter ação preventiva em relação a problemas físicos, emocionais e sociais, é o meio mais adequado para evitar a retenção alarmante nas primeiras séries ou a evasão ao longo do ensino regular (SECRETÁRIA..., 1976, p. 12).

Uma defesa pouco comum, mas que se aproxima da defesa da pré-escola para nivelar as diferenças socioeconômicas entre as crianças é a ideia do “hiato escola-aluno”. Publicado em dezembro de 1977, o artigo “Educador diz que hiato escola-aluno gera evasão” (1977) traz posição de Pécy da Silva Guedes, Coordenador do Ensino de Primeiro Grau do Estado, que apontava para o “hiato cultural” entre a escola e o aluno como responsável pelos altos níveis de repetência e evasão na 1ª série.

Aparecem, ainda, relatos de acontecimentos locais ou pontuais. Artigos como “Turma de repetentes no André Maurois acha que tem poucas aulas” (1972), publicado em 29 de março de 1972, e “Melhor alimentação aumenta aprovações nas escolas mineiras” (1975), de 10 de março de 1975, relatam situações vividas por grupos específicos e, embora a relação com outras escolas e municípios não esteja descrita nos textos, o fato de terem sido selecionados esses e não outros fatos para publicação no jornal importa para observar o que se pensava acerca da reprovação escolar na época.

As escritas da segunda categoria (composta por reflexões e conselhos) localizadas nos anos 70 são minoria, mas frequentemente ganham espaços de maior destaque nas páginas de *O Globo*. Com artigos distribuídos entre os cadernos Geral, Cultura, Rio e O Jornal da Família, foram agrupados aqui aqueles com tom de conselho ou alerta, frequentemente direcionando o discurso diretamente aos pais.

A maioria dos artigos dessa categoria se concentra no aspecto emocional da reprovação. Lucy Serrano Vereza (1971) publicou em 3 de fevereiro de 1971 “Sob a luz dos refletores”, o primeiro dos artigos localizados a tratar do papel dos pais na reprovação dos filhos. Nesse artigo, registrava que “a afirmação é verdadeira: o aluno não se encontra sozinho diante dos êxitos ou fracassos” (VEREZA..., 1971, p. 9) e completava dizendo que, enquanto as crianças acham meios para lidar com a sobrecarga gerada pelos programas escolares, a “sobrecarga nervosa” transmitida pelos pais

não é algo com que as crianças consigam lidar com facilidade. Em 20 de agosto de 1971, na matéria “Dificuldade do aluno primário começa no ambiente familiar” (1971), afirmava-se que “o Professor Cláudio Moura Castro defende a tese de que o ambiente familiar é o grande responsável pela espantosa repetência escolar no ensino primário brasileiro” (DIFICULDADE..., 1971, p. 8). Em 26 de junho de 1974, Vereza voltava a tratar do tema em “Os êxitos e fracassos nos estudos”, onde apontava que a criança era o foco quando se buscava entender o êxito ou o fracasso escolar de um aluno ou uma aluna, mas que era essencial os pais ajudarem com o aspecto emocional. Em 24 de novembro de 1974, o jornal publicava mais um exemplo de defesa da relação entre a falta de apoio dos pais e o fracasso escolar com “Uma reprovação não é sinal de eterno fracasso” (1974). Esse artigo tratava da necessidade de um equilíbrio entre educação e lazer e o papel do apoio dos pais, afirmando ainda que o sucesso ou fracasso na escola não definia o futuro dos alunos e que os pais não deveriam demonstrar “ressentimento exagerado”. Por fim, uma nota declarava consultoria de um médico na escrita do texto.

Aproximando-se da temática do apoio dos pais, a relação entre saúde emocional do aluno e seu desempenho escolar também aparecia no jornal. Nesse sentido, considerava-se necessário que os pais analisassem a aptidão física e mental dos filhos para receberem ensinamentos. Em 25 de fevereiro de 1971, no artigo “Pediatra alerta pais: como ajudar a criança na escola” (1971), foi feito um alerta para a necessidade de que as crianças entendessem a razão para estudarem, evitando recompensas e castigos, reforçando que as relações em casa e na escola também influenciavam o interesse pelos estudos. Em “Dificuldades na aprendizagem podem ter causa emocional” (1974), publicada em 2 de maio de 1974, afirmava-se que as crianças inteligentes podem fracassar na escola por questões emocionais e as causas precisavam ser apuradas pelos pais, apontando ainda que era a falta de um atendimento médico a crianças pobres e inteligentes que as induzia à vida do crime.

Os anos 80, a evasão e o ensino pré-escolar

Para o período dos anos 1980, a distribuição dos tipos de artigo foi semelhante, mas o volume total de artigos identificados foi menor que na década precedente. Dos 34 artigos localizados, 25 se caracterizam como da primeira categoria - geralmente centrados em um fato ou acontecimento - enquanto 9 se encaixam na segunda categoria por serem compostos por reflexões e conselhos. As publicações tratam principalmente da evasão

vinculada à repetência, mas também mencionam promoção automática e ensino pré-escolar.

O tema da evasão como resultado da repetência é o que ganha maior destaque durante essa década. Em 17 de julho de 1981, foi publicado “Niskier em conferência na ESG - Pré-escolar é essencial à justiça na Educação” (1981), em que se afirmava que apenas 4% das crianças com menos de 7 anos tinham acesso à educação pré-escolar e que 75% dos alunos matriculados no primeiro grau abandonavam a escola antes de estarem completamente alfabetizados. O artigo reportava que o secretário estadual de educação Arnaldo Niskier

apontou como fatores que estimulam a evasão e repetência: sistemas de promoção caracterizados por rigorosa seletividade; programas voltados mais para a memorização do que para a reflexão e aquisição de hábitos de estudo; ausência de incentivo à leitura; livros didáticos usados para uma falsa aprendizagem, com noções memorizadas; professores não qualificados e, na maioria, sem condições de trabalho e de vida; divórcio entre escola e meio sócio-cultural; educação pré-escolar insuficiente, em quantidade e qualidade; ausência ou deficiência de integração com outras áreas, especialmente saúde, nutrição, mercado de trabalho e comunidade (NISKIER..., 1981, p. 8).

Em 10 de janeiro de 1982, o jornal publicou “MEC quer reduzir índices de evasão e repetência nas escolas de 1º Grau” (1982). O artigo reportava sobre os planos do Ministério da Educação “para reduzir os índices de evasão e repetência nas escolas de Primeiro Grau, os quais considera ‘dramáticos’” (MEC..., 1982, p. 22). Esse plano contava com o Programa Nacional de Educação Pré-escolar e com a ampliação do Programa Nacional de Merenda Escolar, além do aumento na verba repassada para os estados, “a fim de que as Secretarias da Educação possam programar melhor suas atividades, aumentar o número de vagas [...] e melhorar a qualidade do ensino” (MEC..., 1982, p. 22). Em 2 de setembro de 1982, o jornal publicou o artigo “Secretária pede medidas contra evasão escolar” (1982) que contava com o relato da Secretária Municipal de Educação, Lucy Vereza, sobre o tema:

A evasão da criança não é só em função do descompasso da cultura dela e o que a escola lhe oferece. A evasão deriva, sobretudo, da permanência exagerada da criança na série. É a repetência, a reprovação. Depois de reprovada e conduzida duas ou três vezes à mesma série, ela realmente se afasta (SECRETÁRIA..., 1982, p. 8).

Ela afirmava ainda que a falta de vagas na favela precisava ser resolvida com escolas perto, fora da favela, para que a criança “possa conhecer um novo meio” sem o problema do transporte. Defendia também que os oito anos de escolarização obrigatória precisariam revelar os interesses e habilidades da criança e explorar “o mercado de trabalho de sua comunidade”, embora não fosse ainda um período de formação profissional.

Em junho de 1987, Amaury de Souza (1987, p. 11) publicou um artigo intitulado “Entre a desigualdade e o pluralismo”, onde afirmava que

se o acesso à escola vem sendo progressivamente assegurado à grande maioria das novas gerações, não se pode dizer o mesmo da permanência dessas crianças até a conclusão do 1º grau. No geral, 76% das crianças entre 7 e 14 anos de idade frequentavam a escola em 1982. No que não é de surpreender, a evasão tende a penalizar desproporcionalmente as crianças de origem social mais modesta, concentrando-se no fim da quarta série. Em parte, isto se deve à necessidade premente de incorporar as crianças ao mundo do trabalho o mais cedo possível, principalmente quando se trata de famílias que vivem da terra.

O artigo apontava também a repetência como causa das taxas de evasão, indicando a variação da taxa conforme diferentes regiões do país e renda familiar.

Em “Dos 175 mil alunos matriculados no Primeiro Grau, só 20 mil acabam o curso”, publicado em 15 de novembro de 1987, Ledice Araújo (1987) reportava que, dos 175.580 alunos matriculados na 1ª série em 1977 no estado do Rio de Janeiro, apenas 20.403 chegaram à 8ª série em 1985 e citava falta de vagas, distância da escola, dificuldade de acesso ao transporte público e necessidade de emprego como causas comuns para a evasão.

Se na década anterior, opiniões divergentes acerca da promoção automática tinham ocupado as páginas do jornal, nos anos de 1980, o repúdio à medida foi unânime. Em 17 de abril de 1981, *O Globo* publicava em “Primeiro Grau: críticas à promoção automática” (1981) uma crítica à Lei nº 5.692, referente à reforma de ensino, que previa “o princípio do avanço progressivo, transformado pelas escolas em promoção automática” (PRIMEIRO..., 1981, p. 9). Em 7 de abril de 1983, “Protesto contra férias curtas e promoção direta” (1983) reportou que

um grupo de professores do Município protestou ontem [...] contra o encurtamento das férias e contra a aprovação direta dos alunos da 1ª série para a 2ª série do 1º grau [...]. Quanto à promoção automática dos alunos de alfabetização, Laurinda Barbosa [diretora do Departamento Geral de Cultura da SME] garantiu que a

Secretaria nem cogitou sobre isso. O que está sendo estudado é a possibilidade de criação de uma outra série de alfabetização para que a criança comece a aprender aos seis anos e não aos sete, como vem sendo feito (PROTESTO..., 1983, p. 9).

A defesa do ensino pré-escolar como instrumento para diminuir a reprovação, a repetência e a evasão escolar aparecem nas páginas dos jornais com certa frequência durante o início da década. Publicado em 17 de julho de 1981, “Niskier em conferência na ESG Pré-escolar é essencial à justiça na Educação” (1981) mencionava vários elementos causadores dos altos índices de evasão e dava ênfase à defesa do ensino pré-escolar citando o Secretário de Educação:

A educação pré-escolar - afirmou Niskier - é condição essencial para que o princípio de justiça seja observado na educação. Sem ela, ou com ela em grau insuficiente, não poderá existir, verdadeiramente, a igualdade de oportunidades, postulado de uma política humana e justa na continuação do processo educativo (NISKIER..., 1981, p. 8).

Sobre a execução desse projeto, o Secretário ainda adicionava que seria necessária a colaboração por parte das famílias e comunidades para organizar e manter esses espaços.

Em 27 de dezembro de 1981, o jornal publicou “Ludwig analisa atuação do MEC este ano - Pré-escolar será realidade em 82” (1981), artigo em que se afirmava que a população havia se conscientizado, durante o ano de 1981, sobre a necessidade da educação pré-escolar e apresentava o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, que pretendia atender 1,3 milhão de crianças. A justificativa apresentada no próprio plano era de que “uma boa educação pré-escolar pode contribuir para uma melhor aprendizagem da criança ao frequentar o ensino de Primeiro Grau, como também ajudar os sistemas de ensino a reduzir a evasão e a reprovação na primeira série” (LUDWIG..., 1981, p. 12). O programa aparecia novamente em 10 de janeiro de 1982 no artigo “MEC quer reduzir índices de evasão e repetência nas escolas de 1º Grau” (1982), anteriormente mencionado. No artigo, além da apresentação do programa e do anúncio da ampliação do Programa Nacional de Merenda escolar, também constava o anúncio do aumento de verbas a serem repassadas para os estados. O final do artigo contava ainda com previsões para os anos 2000:

Levantamento do Ministério da Educação mostra que se a educação no Brasil continuar no mesmo ritmo dos últimos dez anos, no ano de 2.000 os grandes problemas do Primeiro Grau continuarão sendo a evasão, reprovação e repetência, e que os índices de eficiência escolar aumentarão “mais alguém do desejável”.

Revela ainda que no ano 2.000, se mantido o ritmo de crescimento educacional, a taxa de atendimento no Primeiro Grau será no país equivalente a 88 por cento, com uma demanda de 38,1 milhões de vagas e oferta de 33,5 milhões. No Rio de Janeiro, conforme o levantamento, a taxa de atendimento será no ano 2.000 de 90,14 por cento, devendo ter a demanda de 3,6 milhões de vagas e atendendo 3,2 milhões de alunos de sete a 14 anos (MEC..., 1982, p. 22).

Para os artigos do segundo tipo (de cunho mais reflexivo), o foco foi na amenização do peso de uma reprovação ou recuperação e a necessidade de dissociar o fracasso escolar e o fracasso pessoal. Dois exemplos da autora Lucy Vereza podem ser usados para ilustrar esse tipo de artigo. No primeiro, “Os êxitos e fracassos escolares” (VEREZA, 1983), publicado em 02 de outubro 1983, a autora defendia que os sucessos ou os fracassos escolares eram apenas sucessos e fracassos parciais, já que embora a escola seja uma parte importante da vida da criança, ela não define a trajetória e o futuro do aluno. Já em “O êxito escolar: assunto que merece mais atenção” (VEREZA, 1985), publicado em 04 de agosto de 1985 (embora já tivesse sido publicado antes), a autora afirmava que a hipervalorização do êxito escolar poderia prejudicar outras áreas da vida e que seria necessário que se encontrasse um equilíbrio entre a validação das conquistas dos filhos e o incentivo à alienação da criança a outras oportunidades e prazeres em prol da busca pelo êxito.

Outra construção feita ao longo da década de 1980 é a de que o fracasso escolar não estava vinculado apenas à competência intelectual do aluno, mas também a outros elementos externos. Em “Causas do fracasso podem não estar no aluno”, publicado em 17 de julho de 1983 por Virgílio Duarte (1983, p. 3), lê-se que:

Uma deficiência intelectual, problemas psicológicos e escolas que se preocupam apenas com o aspecto de adestramento [...] são as principais causas, de acordo com a psicóloga Patrícia Mendes Rubim, do baixo rendimento e reprovação entre crianças e adolescentes de classe média.

O artigo mencionava ainda “o distanciamento entre a realidade da sala de aula e a realidade do aluno” (DUARTE, 1983, p. 3), a separação dos pais e o sentimento de abandono causado pelas rotinas aceleradas dos pais como elementos significativos para a reprovação de um aluno ou aluna. Já em “Vitórias e fracassos, coisas da vida”, texto publicado por Lucy Vereza (1985) em 16 de junho de 1985 (esse texto foi publicado em 1971 com o título de “Sob a luz dos refletores”), o foco é o sentimento de insegurança, resultado das relações escolares e familiares.

Os anos 90 e a promoção automática

Para o período dos anos 1990, foram identificados 58 artigos. Deles, 42 se encaixam na primeira categoria e nove, na segunda. As publicações dão continuidades aos temas da promoção automática e do ensino pré-escolar.

Em “Fim da reprovação não melhora ensino”, publicada em dezembro de 1991, Élide Vaz e Nívia Carvalho (1991) reafirmam o argumento que aparece frequentemente nas páginas do jornal ao tratar da ideia do bloco único¹ e da promoção automática. Relacionando uma possível queda da qualidade do ensino como consequência do fim da reprovação, as autoras apresentaram o depoimento de Pedro Demo, vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal, que afirmou que “o projeto do Governo poderá ser transformado num compromisso com a mediocridade. E a qualidade onde fica? A qualidade supõe exigências” (VAZ; CARVALHO, 1991, p. 18).

O jornal também trouxe depoimentos visando fortalecer sua argumentação. Em 15 de fevereiro de 1992, foi publicado “Goldemberg reprova idéia de aprovação automática” (1992), que traz a oposição do Ministro da Educação em relação ao fim da reprovação entre a 1ª e a 4ª série, afirmando que, para ele, “esse método é como aquele encontrado para pôr fim ao adultério: tirar o sofá da sala para acabar com o problema” (GOLDEMBERG..., 1992, p. 11). Em “Professores querem reavaliar ‘bloco único’” (1993), de 08 de janeiro de 1993, o jornal reportava a revogação da lei que implantou o bloco único nas escolas municipais do Rio de Janeiro e a possível implementação do sistema da rede estadual, afirmando que essa foi uma proposta “demagógica e irresponsável”. A aprovação automática, atribuída ao governo Brizola, era responsabilizada nas páginas do periódico, como no artigo “Legião abandonada” (1998), de 28 de janeiro de 1998, pela criação de “uma legião de semi-analfabetos [...] despreparados para a promoção à 5ª série” e, anunciando sua extinção, afirmava ainda que “seus efeitos - como os das demais políticas educacionais irresponsáveis que já se abateram sobre o Rio de Janeiro - ainda se farão sentir por muito tempo” (LEGIÃO..., 1998, p. 12).

Outro exemplo das opiniões registradas nas páginas d’O *Globo* acerca da promoção automática é o artigo “Sem erros repetidos” (1998), publicado em 28 de julho de 1998. Com título que remete à ideia de que o fim da reprovação é prejudicial e que tal medida não deve se repetir, o artigo afirmava uma melhora nos números do ensino básico, mas mostrava

1 Explicado como um “sistema de aprovação automática” no artigo “Professores querem reavaliar ‘bloco único’” (1993), o projeto do bloco único previa, como o nome sugere, a eliminação da divisão seriada.

que a reprovação na 1ª série ainda era muito grande. Embora trouxesse a defesa da promoção automática por parte de muitos professores, fazia um alerta: “Mas será preciso evitar a promoção mecânica, que apenas esconde - como já aconteceu, em tentativas frustradas - a ausência do aprendizado” (SEM..., 1998, p. 9).

Se a aprovação automática era representada majoritariamente como uma medida prejudicial para a educação, em 1996 uma nova possibilidade aparece nas páginas do jornal sob um viés mais positivo. No artigo “Ministro encampa idéia de substituir repetência” (1996), de 27 de novembro de 1996, constava a aprovação por parte do Ministro da Educação sobre o sistema de dependência², baseado na experiência de alguns estados e municípios que já haviam adotado modelos alternativos à repetência. Na linha editorial do jornal, esse parece ser um dos artigos que abriu caminho para que se apresentasse a ideia de que a reprovação e a promoção automática não seriam, respectivamente, a solução ou o fim da educação no país. Mas foi em 08 de outubro de 1998, com a publicação de um artigo de Rodrigo França Taves (1998) intitulado “Brasil perde R\$3,8 bilhões com alunos reprovados e que abandonam a escola” que o jornal passou a trazer às suas páginas a reprovação não mais apenas sob o aspecto de uma medida necessária para a manutenção da qualidade do ensino, mas também suas consequências negativas. O artigo trata do problema dos altos índices de evasão, do custo de cada aluno e do consequente problema na defasagem idade/série. O subtítulo “MEC aprova sistema de ciclos educacionais adotado em SP” trazia a informação de que o Ministério da Educação pretendia expandir para o restante do país o sistema de dependência já adotado pelo estado de São Paulo, onde “os alunos são aprovados, mesmo ficando em dependência de disciplinas” (TAVES, 1998, p. 10), expandindo também programas de reforço escolar e recuperação. O artigo trazia ainda dados referentes à reprovação coletados através do Censo Escolar:

O Censo 98 mostrou também as diferenças entre os estados. Na região Sudeste, São Paulo e Minas tiveram diminuição abrupta das taxas de reprovação e abandono e passaram a ser os estados com maiores taxas de aprovação escolar no ensino fundamental. Já o Rio de Janeiro foi o único estado do país que no ano passado fez o caminho inverso: a reprovação aumentou de 13,2% para 14,4% e o abandono cresceu de 6,8% para 7,4% (TAVES, 1998, p. 10).

2 No sistema de dependência, o aluno pode seguir para a série seguinte, mesmo com notas abaixo mediado exigido para aprovação em algumas disciplinas, repetindo no ano seguinte apenas essas em que foi reprovado.

Tratando dos números da cidade do Rio de Janeiro, Selma Schmidt e Alba Valéria Mendonça (1999) publicaram “Repetência zero em busca da nota 10”, em 18 de janeiro de 1999, anunciando o fim da reprovação no 1º ano na cidade do Rio de Janeiro. No artigo, explicaram que a medida buscava diminuir os índices de evasão escolar e ainda trazia uma possível extensão para além do 1º ano. Afirmaram, também, que “a intenção da secretária é estender o novo sistema de promoção automática da 5ª para a 6ª série. Na 1ª e 5ª série são registrados os maiores percentuais de repetência e evasão” (SCHMIDT; MENDONÇA, 1999, p. 12).

Para os artigos do segundo tipo (de reflexão e de aconselhamento), o foco seguiu na busca por responsáveis pela reprovação. Em “Pais e filhos na recuperação”, de 4 de dezembro de 1994, Antônio Marinho (1994) afirmava que “orientadores educacionais e psicoterapeutas de família de alguns dos melhores colégios cariocas estão a cada dia mais convencidos de que o desempenho dos alunos na escola depende da estrutura familiar que o cerca” (MARINHO, 1994, p. 1). Para apoiar sua argumentação, o autor ofereceu depoimentos de uma diretora, uma psicoterapeuta e uma supervisora sobre o tema, cada uma trazendo um depoimento sobre o efeito que a reprovação tinha nas famílias. O artigo terminava com o depoimento da supervisora de uma escola do Rio de Janeiro, que afirmou que “a principal causa do mau desempenho escolar são os problemas emocionais. Tanto assim que o maior índice de recuperação se dá na oitava série do primeiro grau e na primeira do segundo grau” (MARINHO, 1994, p. 1). De forma complementar, Christina Bocayuva (1996) publicou, em dezembro de 1996, “Cobrança familiar preocupa alunos”. Nele, a autora destacava que os alunos estavam cientes de que ficar de recuperação causava sofrimento não apenas para eles, mas também para suas famílias.

Considerações finais

Ao longo do período observado, é possível perceber mudanças na aparição do tema nas páginas do periódico. Embora questões como a busca pelas causas e consequências da reprovação escolar se repitam ao longo das três décadas, podemos perceber a mudança na percepção de propostas para o fim da repetência escolar ao longo do período. Na década de 70, a introdução à ideia da promoção automática acontece no final do período, com artigos que oferecem uma exploração inicial do tema, ainda novo para o público leitor. Nos anos 80, a preocupação com os números da evasão escolar vem acompanhada de um forte repúdio à promoção automática e suas consequências majoritariamente negativas para a educação do país, narrativa que se perpetua até o final da década de

90, quando são introduzidas de forma mais consistente perspectivas mais positivas para as políticas de não-retenção.

Referências

ANO letivo começa com mudanças nos currículos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 18, 06 de março de 1977.

ARAÚJO, Ledice. Dos 175 mil alunos matriculados no 1º grau, só 20 mil acabam o curso. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 28, 15 de novembro de 1987.

AUSÊNCIA de ensino pré-escolar provoca maior repetência. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 18, 26 de setembro de 1974.

BOCAYUVA, Christina. Cobrança familiar preocupa alunos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 23, 01 de dezembro de 1996.

CURSO primário tem taxa de aprovação baixa. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 9, 09 de novembro de 1971.

DIFICULDADE do aluno primário começa no ambiente familiar. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 8, 20 de agosto de 1971.

DIFICULDADES na aprendizagem podem ter causa emocional. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 18, 02 de maio de 1974.

DIRETORA do MEC: primário reprova mais que vestibular. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 13 de dezembro de 1977.

DIRETORA explica projeto. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 06 de janeiro de 1977.

DUARTE, Virgílio. Causas do fracasso podem não estar no aluno. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 3, 17 de julho de 1983.

EDÍLIA elogia promoção automática na 1ª série. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 14, 11 de dezembro de 1976.

EDUCADOR diz que hiato escola-aluno gera evasão. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 16, 08 de dezembro de 1977.

EDUCADORA adverte: desatualizado há 20 anos o ensino primário brasileiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 20, 16 de fevereiro de 1970.

GOLDEMBERG reprova a ideia de aprovação automática. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 11, 15 de fevereiro de 1992.

LEGIÃO abandonada. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 28 de janeiro de 1998.

LUDWIG analisa atuação do MEC este ano - Pré-escolar será realidade em 82. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 27 de dezembro de 1981.

MARINHO, Antônio. Pais e filhos na recuperação. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1, 04 de dezembro de 1994.

MEC quer reduzir índices de evasão e repetência nas escolas de 1º grau. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 22, 10 de janeiro de 1982.

MEC tenta resolver a repetência na 1ª série. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 15, 24 de junho de 1974.

MELHOR alimentação aumenta aprovação em escolas mineiras. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 10 de março de 1975.

MINISTRO encampa idéia de substituir repetência. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 27 de novembro de 1996.

MYRTHES diz que a pobreza é a principal causa de evasão. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 14, 22 de julho de 1976.

NEY Braga contra promoção automática no primeiro grau. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 30 de dezembro de 1976.

NISKIER em conferência na ESG - Pré-escolar é essencial à justiça na Educação. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 8, 17 de julho de 1981.

NO RIO, 61% de reprovados na 1ª série do 1º grau. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 08 de março de 1976.

PEDIATRA alerta pais: como ajudar a criança na escola. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 14, 25 de fevereiro de 1971.

PRIMEIRO grau: críticas à promoção automática. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 9, 17 de abril de 1981.

PROFESSORES querem reavaliar “bloco único”. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 9, 08 de janeiro de 1993.

PROTESTO contra férias curtas e promoção direta. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 9, 07 de dezembro de 1983.

REFORMA do ensino acabou com repetente no estado do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 19, 17 de outubro de 1972.

SCHMIDT, Selma; MENDONÇA, Alba Valéria. Repetência zero em busca da nota 10. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 18 de janeiro de 1999.

SECRETÁRIA pede medidas contra a evasão escolar. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 8, 20 de setembro de 1982.

SECRETÁRIA: a culpa de muitas reprovações está no pré-escolar. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 10 de julho de 1976.

SEM erros repetidos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 9, 28 de julho de 1998.

SOUZA, Amaury de. Entre a desigualdade e o pluralismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 11, 28 de junho de 1987.

TAVES, Rodrigo França. Brasil perde R\$3,8 bilhões com alunos reprovados e que abandonam a escola. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 10, 08 de outubro de 1998.

TURMA de Repetentes do André Maurois acha que tem poucas aulas. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 12, 29 de março de 1972.

UMA REPROVAÇÃO não é sinal de eterno fracasso. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 24 de novembro de 1974.

VAZ, Élida; CARVALHO, Nívia. Fim da reprovação não melhora o ensino. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 18, 01 de dezembro de 1991.

VEREZA, Lucy Serrano. Sob a luz dos refletores. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 9, 03 de fevereiro de 1971.

VEREZA, Lucy Serrano. Êxitos e fracassos nos estudos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 30, 26 de junho de 1974.

VEREZA, Lucy. Os êxitos e fracassos escolares. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 02 de outubro de 1983.

VEREZA, Lucy. Vitórias e fracassos, coisas da vida. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 16 de junho de 1985.

VEREZA, Lucy. O êxito escolar: assunto que merece mais atenção. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 04 de agosto de 1985.

A repetência escolar no *Diário de Pernambuco* (1980-1996): inventário das causas diante de índices que chegam a 50%

CARINE IVONE POPIOLEK

O desempenho dos alunos de 1º grau vem caindo progressivamente e os índices de repetência nas primeiras séries já alcançam 50%. Este é o quadro do ensino básico no País, desvendado pela Fundação Carlos Chagas, em pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação. Avaliações aplicadas em 19 escolas de 10 estados brasileiros, incluindo a Capital, Brasília, mostraram que grande parte dos estudantes não sabem escrever corretamente, apresentando deficiência em redação e Matemática (REPETÊNCIA..., 1988, p. 1).

A repetência escolar, assunto recorrente nos debates sobre educação, é tema registrado pelo jornal *Diário de Pernambuco*, que circula em Recife, capital do estado de Pernambuco, desde 1825, considerado o jornal mais antigo em circulação na América Latina segundo o portal eletrônico do periódico. Na escolarização brasileira, a repetência é uma temática que suscita grandes e diversos debates, seja por especialistas, seja por não-especialistas. Outros termos também utilizados para retratar esse problema educacional são “reprovação” e “evasão”, por estarem muito ligados, em grande medida por serem consequência um do outro em diversas vezes. Assim, ao trazer informações sobre repetência em um jornal de grande circulação, também foi preciso analisar outros termos, visando um embasamento mais consistente para abordar o tema “repetência escolar”. Considerando as particularidades da pesquisa através do sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional e da condição de busca de diversos termos necessários para a análise e compreensão do assunto, o período explorado corresponde às décadas de 1980 e 1990, nas edições disponíveis para consulta virtual. Além disso, o período envolve o final da ditadura e a primeira eleição presidencial direta do período de redemocratização, o que ocupou, sem

dúvida, muito espaço dos jornais da época, dada a importância dos fatos e a luta por democracia no país.

O Jornal *Diário de Pernambuco* e a pesquisa

O periódico foi criado em 07 de novembro de 1825, como folha de anúncios. O primeiro proprietário foi o tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão. Com o passar do tempo, foi vendido e/ou incorporado por grupos de imprensa, por empresários, teve influência de alguns governos e chegou a ficar fechado por um tempo. Em geral, simpatizava com um ou outro governante, mas procurava manter-se relativamente neutro quando da publicação de assuntos político-partidários e de opinião quanto a governantes em todas as esferas (GASPAR, 2004).

Com o passar de tantas décadas, desde a sua criação, o periódico precisou de adequações, teve breves períodos em que não circulou, seja por questões políticas ou de adequação dos grupos empresariais administradores. É um conhecido jornal de Pernambuco e as notícias são da capital Recife e arredores, do estado, nacionais e algumas internacionais. Desde 2021 possui uma parceria com agência correspondente na China, em Beijing. Suas informações são divididas por assunto que consta indicado no início de cada página, de forma centralizada e com termos principais, como economia, política, esportes, cidade e polícia. Edições de domingo são maiores e durante a semana alguns cadernos variam quanto à periodicidade.

Como exemplo, a edição 343, de 17 de dezembro de 1989, ano 165, dominical, destacava que cerca de 80 milhões de brasileiros iriam às urnas nesse dia, para escolher entre Collor e Lula para presidente do Brasil, no segundo turno das eleições, na primeira eleição direta para presidente após o período de ditadura militar. As edições dominicais eram subdivididas em quatro partes: Caderno A, Viver, Moda & Mulher e Classificados. Essa edição tinha 116 páginas, sendo 12 do caderno Moda & Mulher, 24 de Classificados, 8 do suplemento Viver e o restante do Caderno A. Este último trazia as notícias dos mais variados campos: política, propagandas, esportes, cultura, polícia, social, cidade, economia, educação, opinião, geral, avisos e editais, cinema/artes, feminino, municípios, especial, regional, panorama, literário, últimas notícias, diversos, nacional, local, informe especial, administração pública, diversões. Pôde-se notar que conforme a notícia, o “subtítulo” era colocado no cabeçalho da página. O caderno Viver contemplava assuntos sociais, feminino, cultura, TV de forma mais específica, sobrando ainda informações para o caderno A, em função dos colaboradores, editores e fechamento de edições.

As edições de dias de semana eram menores, como no caso do número 330, da segunda-feira, 4 de dezembro de 1989, que continha 36 páginas; sendo 22 do caderno A, 6 do caderno Viver e o restante do “Diário na TV”. Em outros dias, as edições poderiam chegar a 44 páginas, com variação em algum caderno, como nas quartas-feiras, em que além do Caderno A e do Viver, o caderno Turismo também estava no jornal.

A proposta aqui foi pesquisar em um jornal de grande circulação a inserção da temática “repetência escolar”, qualitativa e quantitativamente. Buscar entender o impacto que o tema tem em jornais e como é transmitido para a população leitora são aspectos importantes para este estudo. Trata-se de uma análise histórica, considerando as características e especificidade do jornal. O objetivo é compor informações acerca da educação de nível básico, em especial do ensino fundamental. Optou-se por um jornal de boa circulação, mais conhecido popularmente, independente de grupos editores ou características políticas, culturais, econômicas e sociais. Pesquisas parecidas foram realizadas com jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília e Rio Grande do Sul. Neste capítulo, especificamente, o período determinado para a pesquisa foram as décadas de 1980 e 1990, em função da importância do debate sobre o tema nesse período e da disponibilidade de edições para consulta virtual.

Para realizar a pesquisa proposta no supracitado periódico, optou-se, como já mencionado, pela busca via Hemeroteca Digital Brasileira, disponibilizada pela Fundação Biblioteca Nacional, com apoio do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. No portal da Hemeroteca, a busca pode se dar de diversas formas e, para este trabalho, a consulta utilizou o campo “periódico”, selecionando o *Diário de Pernambuco*. Depois, foram usados termos para buscar a incidência do assunto mais amplo: “repetência escolar”, mas também recorrendo a outros termos que pudessem agregar à temática, como por exemplo “reprovação”, “progressão”, “fracasso”.

Como qualquer busca via internet, corre-se o risco de a conexão ter instabilidades, bem como o sítio visitado ser um pouco lento no carregamento de informações. Por diversas vezes, a lentidão tornou o processo de busca muito demorado. Em outras ocasiões, o portal estava temporariamente inacessível.

Na pesquisa com palavras específicas, os chamados “buscadores”, as respostas podem ser distintas, pois dependem de como foi programada tal consulta pelos desenvolvedores do *software* em específico para tal tarefa. Assim, é fundamental seguir as indicações de cada portal, pois mesmo fazendo testes com o termo “reprova”, por exemplo, foram encontrados

apenas 113 registros na periodização determinada. Quando digitada a palavra “reprovação”, foram 363 ocorrências, as quais foram analisadas uma por uma para serem contempladas as que têm vínculo com a educação. Outro fator encontrado foi que algumas letras das palavras estavam apagadas, o que fazia com o que o termo não fosse encontrado/identificado pelo *software* do portal. Outra dificuldade encontrada foi a ferramenta de “zoom”, com a qual se esperava melhor visualização dos textos dos jornais, mas inúmeras vezes esse recurso não melhorava a leitura dos textos, que estavam borrados, sombreados, fracos ou incompletos. Em algumas situações, o *software* não grifava todas as ocorrências do termo buscado, o que exigiu mais tempo e atenção para identificação da notícia na página e sua análise.

Em função da proximidade que as palavras repetência e reprovação podem representar, cada uma delas também foi pesquisada e pôde-se perceber que em alguns momentos eram tidas como sinônimos, já que, ao ser reprovado, o estudante cursaria novamente um determinado período de ensino, ou seja, repetiria a série. Muitas notícias aparecem sem seus autores especificamente, levando a crer que a equipe do jornal escrevia os textos, sem necessariamente manter pessoas específicas para temas específicos e que pudessem se aprofundar em determinados assuntos para expor análises mais profundas. Talvez não fosse esse um objetivo do jornal, o que poderia explicar o fato de as informações serem disponibilizadas, sem autoria, bem como sem fontes externas quando se tratava de anunciar dados estatísticos de forma mais precisa.

Quanto à pesquisa realizada em jornais, Tania de Luca (2015) nos lembra que até os anos 1970 os textos quase não usavam periódicos como fonte. Os autores procuravam fontes consideradas mais neutras, objetivas, algo que se supunha gerar maior confiabilidade nas pesquisas. Portanto, os jornais acabavam não sendo procurados pelos historiadores, pois tinham fatos diários, expunham o dia a dia e, muitas vezes, de forma resumida ou, ainda, sob influência de editores ou proprietários. Assim, acabavam por informar parcialmente, subjetivamente (LUCA, 2008, p. 112). Já considerando os anos de 1970, “ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2008, p. 118).

Os números da repetência em duas décadas e os assuntos relacionados

A partir da análise realizada, na década de 1980, pôde-se perceber que existem então mais resultados quantitativamente quando da busca de

palavras ou termos considerados “chave” para o objetivo do estudo. Os dados dessa época quanto a cada termo seguem apontados abaixo.

No caso da palavra “reprovação”, são 363 ocorrências. No caso de “reprovação”, foram selecionadas para análise apenas as situações referentes à educação. Quando o termo digitado para busca é “reprovação escolar”, 8 inserções são identificadas. Para a palavra “repetência”, são 237 marcações. Se colocarmos “repetência escolar”, são 14. Ao tratar de “rendimento escolar”, são 98 registros. Para “progressão continuada” não aparecem notícias. Já “promoção automática”, tem 10 ocorrências. Apenas uma trata de educação. As demais são no contexto profissional, trabalho, militares, servidores públicos, antiguidade no serviço. A expressão “fracasso escolar” aparece 32 vezes. Nesse buscador, muitas das notícias apontam o fumo na gravidez como uma das causas de deficiências físicas, que levariam ao fracasso escolar, bem como propagandas de um livro do organizador Antonio Marcos Neves, *Fracasso escolar, uma contradição da escola*.

Ao partir para dados da década de 1990, nota-se que os registros cessam em 1996, o que leva a crer que esse ano foi o último digitalizado e/ou disponibilizado pela/para a hemeroteca. Para a palavra “reprovação”, foram 4 registros. Para “reprovação escolar”, não houve nenhuma ocorrência. A palavra repetência teve 3 ocorrências. Já “repetência escolar” não teve resultado. O termo “rendimento escolar” teve 2 inserções. Para “progressão continuada” e para “promoção automática” não houve nenhum registro. E, finalizando a década de 1990, “fracasso escolar” não teve registros.

Assim, é possível perceber que a temática da repetência, independentemente da abordagem dada ao tema ser positiva ou negativa, aparece no jornal com certa frequência, o que leva a crer que tem importância para a sociedade da época, bem como para o grupo editorial do jornal. Foram 255 ocorrências para os termos buscados na década de 1980 e somente cinco ocorrências para as mesmas características de buscas na década de 1990. Considerando uma média, seriam duas ocorrências sobre reprovação e termos correlatos a cada mês da década de 1980. Levando em conta que se trata de um grande jornal, abrangente geograficamente e com amplitude de assuntos, a educação e a repetência em si têm grande importância nesse periódico.

Considerando todos os registros voltados para educação, dos termos elencados, o total para as duas décadas foi de 260 ocorrências. Isto porque, seguindo a orientação do portal da hemeroteca, os termos e/ou palavras foram digitados “com aspas” em função da exatidão do tema. No teste “sem aspas”, passaria de 5 mil ocorrências, em função de todas as temáticas para

as quais essas mesmas palavras eram utilizadas, por exemplo: reprovação da sociedade ou de um grupo com tal situação, nos concursos, nos testes mais variados, nas decisões econômicas, políticas, atitudinais etc. Na situação de busca dos termos com ou sem acento, não houve diferenças.

Vale observar que os termos pesquisados aparecem nas diversas partes que compõem o jornal, integrando artigos publicados em variados cadernos. São, contudo, mais recorrentes nas páginas intituladas Cidade, Geral, Educação, Política, Feminino e Opinião. Essa observação já anuncia que a maioria das notícias são locais e regionais. Importante pontuar que muitos registros atendem à perspectiva do leitor, através da coluna Opinião, onde são reproduzidas cartas de leitores. E, além, disso, quando da existência do caderno alusivo às mulheres, o Feminino, demonstra que boa parte da comunidade leitora do jornal se tratava de famílias de classe média e alta, podendo-se deduzir que as mulheres ainda trabalhavam predominantemente dentro de casa, exercendo atividades do lar e cuidando da educação dos filhos, com tempo disponível para leitura. Com o passar do tempo, o jornal passou a apontar mais as situações e responsabilidades dos políticos, do poder público quanto à melhoria da educação.

Considerando o termo reprovação, as notícias em torno dele anunciavam, além da parte educacional, a situação das crianças, as condições no nível superior, cursos pré-vestibulares, provas do vestibular, situações com a polícia de reprovação de atitudes e opiniões, questões culturais, de saúde, eleições, política, concursos públicos, mau desempenho no vestibular, exames de suplência do ensino técnico, futebol, medicamentos, notícias falsas em Londres, operações militares, comemoração de dia dos pais, atitudes de alunos grevistas na faculdade, questões religiosas, FMI (Fundo Monetário Internacional), jogos olímpicos, preços dos produtos, notícias internacionais, supletivos, horóscopo, planejamento familiar, o Papa apelando por refém, votação direta e indireta, a eleição de diretores de escola, a dependência ao invés da repetência, o aborto, o plágio, a Copa do Mundo de futebol, o uso de topless, o prédio novo do Fórum, as atitudes de políticos, dos pais, as reprovações no 2º Grau, o terrorismo, associações, pichações, desnutrição, promessas de gestores públicos, do Papa ao capitalismo, de que o vestibular vai acabar, reprovação ao nudismo, à impunidade em crimes insolúveis, religião, proibição de filme, greves, hospitais, casamentos, servidores do Detran, execução na China, reprovação de professores em testes de secretarias. A palavra reprovação, portanto, para além do sentido escolar, remeteu a essa imensa variedade de assuntos. Esse é um exemplo do tempo que envolve o desenvolvimento de pesquisas, pois muitas notícias não têm ligação direta com a temática,

mas precisam ser acessadas, abrindo cada arquivo e lidas para definição dos itens que devem compor o material de pesquisa.

A reprovação escolar apontada pelo jornal trata em especial da reprovação das crianças frequentadoras do chamado “primário” e em sua maioria pobres, pois majoritariamente a desnutrição era fator considerado preponderante da reprovação e repetência escolares. O fumo de mães grávidas também foi cogitado como motivo de repetência escolar, em função das sequelas do cigarro no organismo dos bebês. Outra situação recorrente diz respeito às reflexões em diversos níveis de ensino. Em especial nas constatações e críticas no ensino superior, o discurso era de que os problemas nesse nível teriam sua raiz no ensino primário e este seria um ciclo vicioso, difícil de quebrar. Algumas reflexões iam além, questionando como seria o profissional que sai da faculdade em função dessas deficiências iniciais e que caberia à universidade estancar esse problema, mas que também não seria responsabilidade dela essa barreira, já que se trataria de um problema social e não educacional especificamente.

No termo repetência, além da educação, aparecem também igreja promovendo campanha contra o aborto, anúncio de estágio para universitários, taxa de matrícula da Universidade Federal do Pernambuco com valor diferenciado para repetentes, repetência do povo brasileiro por falta de talento em ciências exatas, hábitos ruins que espantam turistas e desnutrição.

Comumente a evasão escolar aparece junto com a repetência, várias vezes frisando a educação pré-escolar como solução para ambos os problemas. Algumas notícias também apontam a repetência na escola rural. Outra situação apontava a diferenciação do recebimento de bolsa para metalúrgicos que cursavam o 1º Grau desde que não tivessem repetência no ano anterior.

Um nome recorrente nessa temática é da secretária Creuza Aragão, citada no jornal, seja em pequenas notas, seja em reportagens, por sua atuação na conscientização sobre a repetência. Outras notícias falam de encontro de secundaristas e universitários debatendo crises que países atravessavam nos aspectos sociais e econômicos, teste vocacional no fim do segundo grau para evitar evasão e repetência, entre outros. Na coluna Opinião, o discurso é que é preciso educar crianças para a vida e não só para a escola. Apontamentos sobre o voto dos analfabetos, cursos supletivos, pedagogia trópica (no sentido de perto dos trópicos), promessas políticas citando índices, congresso sobre a necessidade de a educação física entrar no currículo escolar. Por quinze vezes o *software* identificou equivocadamente a palavra *repetência*, no caso de *repetência* da água em propagandas de móveis.

Outro item muito citado, por 15 vezes, foi o Projeto Permanência, que visava diminuir a repetência na 1ª e 2ª séries das escolas estaduais de Pernambuco e reduzir a taxa de evasão da 1ª série para 12% no ano de 1985.

No buscador “rendimento”, também aparecem relatos sobre pré-vestibular, Diretório Central de Estudantes, congresso de medicina, desnutrição, influência da lua no rendimento escolar, carta de estudantes e professores na coluna Opinião, doação de óculos pela LBA (Legião Brasileira de Assistência), jovens infratores, estudos de ensino de outros países. Importante lembrar que as notícias que apareceram mais de uma vez não foram repetidas na planilha de análise construída para o desenvolvimento desta pesquisa.

Causas da repetência escolar segundo as publicações do *Diário de Pernambuco*

Analisando as notícias publicadas no jornal *Diário de Pernambuco*, nota-se que alguns seriam os principais fatores geradores da repetência escolar. Como a análise foi realizada buscando diversas palavras que têm proximidade com o tema, pode-se perceber a amplitude do assunto no periódico, porém tratado como “rendimento” e “reprovação” e isso proporcionou perceber diferentes aspectos e até explicações que envolvem a temática da repetência. Algumas notícias passaram a trazer os termos “repetência” e/ou “reprovação” junto com “evasão”, por entenderem que a repetência nos primeiros anos do 1º Grau gerava a evasão ao final da 1ª série ou nos anos subsequentes:

“O Governo gasta Cr\$ 1 trilhão e meio por ano na recuperação de alunos reprovados na primeira série do primeiro grau. Isso é dinheiro perdido, porque ao final de quatro anos, sem aprovação, ocorre o fenômeno da evasão. São dois a três milhões de crianças não alfabetizadas por ano, e, no Sul, a repetência é mais cara que no Nordeste, onde um aluno custa ao ano, 46 dólares”. Afirmiação do Secretário de Primeiro e Segundo Graus do MEC, Aloisio Sotero (REPROVAÇÃO..., 1985, p. A-10).

Outras notícias abrangiam essas situações como rendimento escolar, em especial quando queriam abordar os problemas que impactavam em poucos anos de escolarização dos brasileiros, bem como os altos índices de analfabetismo. Termo este que passou a ser mais utilizado com o passar dos anos e com índices muito altos na região Nordeste, o que gerava preocupação: “[...] revela, que 1985, a Região Nordeste, com 27% da população de 15 anos e mais do País, concentrava 52% dos analfabetos

nessa faixa e 65% do analfabetismo rural no Brasil” (MEC ..., 1987, p. A-4).

As causas que foram mais recorrentemente noticiadas pelo jornal foram as seguintes:

- Desnutrição e problemas de saúde;
- Pobreza e problemas sociais das famílias;
- Falta de investimento público e realidade/qualidade das escolas;
- Formação e salário dos professores.

A desnutrição foi tema direto de pelo menos 29 notícias do periódico. Em outras vezes foi citada indiretamente. A fome foi mencionada em especial quando se tratava de crianças que viviam nas periferias das cidades e nas áreas rurais. Em vários momentos, foi apontada por diferentes profissionais da educação, da saúde, políticos e população em geral sobre o impacto da falta de atenção que a fome gera, bem como as consequências psíquicas e de raciocínio debilitado pela falta de alimentação para o organismo e, mais ainda, da inadequação de nutrientes para um bom aprendizado. Dentre os problemas de saúde, doenças como rubéola foram citadas, deficiência visual, deficiência intelectual, problemas com o sono, deficitárias condições de higiene, cólicas intestinais, dores de cabeça, abusos emocionais e violência física apareceram como condições que limitavam o aprendizado e consequentemente o rendimento escolar. Este item esteve muito ligado à vulnerabilidade social em que viviam muitas das famílias, em especial nas zonas rurais dos municípios e nas regiões periféricas das cidades maiores ou regiões metropolitanas.

A pobreza das famílias bem como sua condição social também foram inúmeras vezes citadas direta e indiretamente no jornal como fator colaborador da repetência e da evasão escolares. Os espaços onde os alunos moravam, com quantas pessoas dividiam os cômodos da casa, as condições das regiões mais afastadas dos centros urbanos com menos recursos de saneamento básico, iluminação pública, transporte público, equipamentos de socialização como praças, parques ecológicos, espaços de recreação e cultura, clubes sociais, energia elétrica nas residências, água encanada, postos de saúde e consequentemente outros tipos de atendimento quanto a questões de seguridade e assistência social restritas para grande número de famílias e estudantes. Somado a isso, mesmo a cultura de restrições em geral, vinda de gerações, comprometeria também laços de afetividade, autoestima, possibilidade de futuro diferente do vivenciado no cotidiano, o que supostamente colaborava no comportamento mais rude, hostil, desrespeitoso por parte de alguns estudantes e isso acabava colocando-

os mais à margem e expondo-os a um mundo de violência moral, física, emocional. Assim, esses alunos tendiam a não ver na escola uma oportunidade de melhoria e mudança de vida.

Considerando a realidade das escolas existentes, já insuficientes para atender toda a população, notam-se restrições de investimento público. Desde as construções utilizadas, o tamanho, a falta de conservação, a estrutura das escolas, bem como os materiais pedagógicos, de escritório, de limpeza são apontados nas páginas do jornal em diferentes momentos. Móveis inadequados e/ou danificados tampouco colaboravam no processo de ensino aprendizagem. Portas, janelas e banheiros, tinham problemas que levavam tempo para ser consertados. Nas escolas mais afastadas, a situação era ainda mais precária.

E, seguindo nessa linha de restrições, os salários e a formação de educadores também eram esquecidos. Os baixos salários e a falta de progressões prometidas eram muito recorrentes nas falas dos próprios funcionários, bem como dos sindicatos e, também, nas promessas de alguns governantes. Sem estímulos financeiros, argumentava-se que, mesmo que quisessem, muitos docentes não tinham condições de se aperfeiçoar, fazer capacitações e atualizações metodológicas. Precisavam antes pensar em maneiras alternativas de sobreviver e honrar seus compromissos para além da sala de aula. Com promessas de planos de carreira não cumpridas, os universitários não eram estimulados a ser tornarem professores, pois o baixo reconhecimento econômico ofertado pelo governo parecia não compensar os esforços dispendidos. Em alguns momentos, até notícia de greve dos professores das escolas particulares foi veiculada, demonstrando o descaso com a educação pernambucana nas diversas classes sociais. A condição financeira limitada de muitos municípios também fazia com que os servidores municipais da educação recebessem pagamentos atrasados e baixos valores. E, se nem os salários eram prioridade para os governos, os investimentos em formação e capacitação docente não chegava a fazer parte das ações financeiras governamentais. Até poderiam estar nos planejamentos e nas promessas de políticos de todos os níveis (federal, estadual e municipal), mas raramente chegavam à realidade.

No excerto abaixo, um exemplo promove uma reflexão mais ampla em relação ao fracasso escolar, quando compara a escola com uma empresa:

Seus horários de trabalho mal repartidos em jornadas demasiado extensas, a insuficiência de práticas desportivas e de atividades para despertar a inteligência, as classes com frequência demasiado numerosas e uma constante pressão para o sucesso contribuem para situações negativas (OS MAUS ..., 1980, p. 11).

Isso também relembra o considerável papel da escola no futuro das pessoas e por isso deveria ser um ambiente estimulante, adaptando-se às crianças que vêm de famílias onde o conhecimento e a linguagem são considerados de nível baixo; mas justamente acontece o contrário, aumenta o fosso já existente, favorecendo alunos de meios sociais mais próximos da cultura hegemônica. O artigo apontava ainda a necessidade de ação conjunta da escola e da família para atacar as situações de problemas escolares, tanto dentro como fora da instituição, o que faria ser menos traumático o fracasso escolar para os pais, os estudantes e a escola.

Uma notícia publicada por Mariza Pontes (1983) intitulada “Causas de o aluno pobre fracassar na escola” traz informações de duas pesquisadoras da Universidade Federal de Pernambuco, que analisaram grupos de crianças de 1ª e 2ª séries em escolas públicas e particulares da capital pernambucana. Como resultado em relação à educação matemática, concluiu-se que sua aprendizagem estava relacionada ao nível de desenvolvimento intelectual, independentemente de sua origem social e a aprendizagem também não diferia, mesmo os números de reprovação sendo tão distintos. Elas apontavam que formas de avaliação, currículo e relações interpessoais tendiam a influenciar esses números. Ainda comentavam:

[...] as escolas brasileiras promovem um processo seletivo em função da camada social, que leva à separação ou eliminação dos alunos “destinados” ao fracasso, em benefício daqueles que alcançarão maiores níveis de conhecimento. O processo começa logo na primeira série do 1º grau, onde são eliminados das escolas públicas, por reprovação ou evasão, 38% dos alunos (PONTES, 1983 p. A-20).

Além destas situações, as pesquisadoras Terezinha Carraher e Analúcia Schliemann, responsáveis pela pesquisa mencionada, apontavam outros fatores que marcavam a trajetória escolar de crianças pobres quanto aos currículos escolares. Segundo elas, os currículos refletiriam interesses da classe dominante, representariam as expectativas e cultura dessa classe e isso fazia transformar a hierarquia social em hierarquia acadêmica, na medida em que utilizavam como linguagem habitual o “código elaborado” das classes dominantes e incorporavam pressupostos sobre o desenvolvimento ontológico (comum a todos), em geral ligados às práticas e expectativas das classes mais favorecidas. Deduzia-se assim também uma problemática social, tendo a escola como mantenedora de uma estrutura social que servia às classes dominantes, como afirmação de sua dominação, através do nível educacional. Por fim, as autoras afirmavam

que o fracasso escolar garantia a reprodução do sistema de classes, pois nessas séries iniciais

são desenvolvidas as mais básicas habilidades numéricas (contagem, operações de adição, subtração, multiplicação e divisão e solução de problemas simples) e linguísticas (ler, escrever, redigir ao nível elementar), sem as quais qualquer ocupação de nível semiqualficado torna-se impossível (PONTES, 1983, p. A-20).

Outro fator mencionado em notícia de 1987, apontava as classes multisseriadas da zona rural como fator de repetência. Além disso, escolas na moradia dos professores eram citadas também, pois quase não havia apoio material e era enorme o contingente de professores leigos: “[...] 59% dos professores leigos do país se encontram no Nordeste e 68% dos professores rurais da região são leigos” (MEC..., 1987, p. A-4).

Além dos itens mencionados, ainda aparecem como causas dos altos índices de repetência a televisão, os jogos e fliperamas, por tomarem muito tempo dos estudantes e desviarem sua atenção dos estudos; as relações familiares conturbadas em especial de pais e mães; alcoolismo na gravidez e nos adultos próximos que acarretavam consequências físicas e psíquicas. Em relação à escola em si, aparecia a questão da distância da escola, falta de transporte, de salas de aulas e prédios escolares e o fato de as famílias, por variados motivos, terem dificuldade em manter os filhos na escola. Outro fator comentado foi o horário escolar considerado prejudicial, no sentido de que o necessário seriam cinco horas na instituição, pois, considerando horário para merenda, mais recreio, o tempo efetivo em sala de aula para aprendizagem e interação ficava prejudicado. Uma iniciativa citada dizia respeito a aumentar o tempo na escola, para que os alunos tivessem menos tempo ocioso.

Outro comentário acerca da instituição escolar dizia respeito ao fato de ser sempre o aluno que tinha que se adequar à escola e não havia flexibilidade para o contrário. A inadequação da escola não era vista como problema, o aluno é que era tido como inadequado e dele se esperava que se encaixasse nos regramentos. Em relação a alguns professores, o problema estaria no tocante a estes desvalorizarem a cultura popular das crianças carentes e terem preconceitos em relação a elas em função de sua condição financeira e social limitada. Seguindo na linha da realidade escolar, outra reflexão que aparece algumas vezes aponta para as discrepâncias entre o livro didático e o cotidiano dos alunos, o que tenderia a desmotivar o alunado que acabava por desistir da trajetória escolar. Em outra notícia, de forma resumida, o problema da repetência no Nordeste estaria “[...] em três pontos fundamentais: a escola inacessível e qualitativamente

deteriorada, o professor desqualificado profissional e socialmente e a administração concentracionista e inoperante” (MEC ..., 1987, p. A-4).

Ações para reduzir os índices de repetência registrados no *Diário de Pernambuco*

Considerando os índices de repetência apresentados, que chegavam a 60% dos estudantes das séries iniciais do 1º Grau, várias ações foram sendo tomadas visando reduzir esse número. As principais estratégias encontradas no jornal são as seguintes:

- realização de eventos para debates e proposições de ações;
- oferta e descentralização de recursos financeiros para merenda escolar;
- criação de atendimento pré-escolar, contemplando crianças entre 4 e 6 anos;
- criação e desenvolvimento de vários projetos e programas, seja em nível municipal, estadual ou federal;
- formação e valorização dos professores.

Em muitas notícias foram repassadas informações sobre a realização de eventos, reuniões, encontros para discussão e debate da situação dos altos índices de repetência e evasão escolar em todo estado de Pernambuco. Seja na esfera municipal, estadual ou em parceria com governo federal, com instituições da área educacional ou não, e até com entidades internacionais. Debates em todos os níveis de complexidade e com os mais variados motivos quanto às causas da repetência, da reprovação e do fracasso escolar propiciaram reflexões para os professores, equipes de coordenação, gestores municipais e estaduais e políticos em geral, visando alternativas e tomadas de decisão para redução do problema da evasão e da repetência. Um encontro de estudantes secundaristas também tratou de alguns problemas educacionais, entre eles a repetência. Eventos de avaliação de programas e projetos também receberam algumas críticas em função dos locais e nível de luxo de alguns desses encontros.

Como uma das causas do baixo rendimento escolar e consequente repetência, a desnutrição foi atacada com prioridade e foi com a distribuição de milhares de refeições nas escolas e com volumosos investimentos financeiros que este item foi tratado. Gradativamente, o percentual de proteína das refeições passou a ser cuidado, por exemplo, no sentido de garantir uma nutrição equilibrada para os estudantes. Também foi recorrente o estímulo à aquisição de alimentos regionais, campanhas

nacionais para alimentação escolar com alto valor nutricional. Em algumas notícias, foi evidenciada a atuação diretamente das prefeituras, no intuito de valorizar também a economia e os produtos locais.

Um dos grandes diferenciais registrados pelo jornal diz respeito a ações de atendimento pré-escolar, ou seja, ao trabalho educacional realizado antes da entrada da criança na 1ª série do 1º Grau. Essa foi uma alternativa debatida, estudada e aplicada de diferentes modos até se consolidar em uma política de educação infantil. A idade prevista para esse atendimento era entre quatro e seis anos, considerado por muitos um período suficiente para interação e preparação da criança para o início do 1º Grau.

A infinita maioria das ações governamentais se deu através de programas e projetos, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. As iniciativas mais citadas foram: o Projeto Permanência, SOS alfabetização, Vencer, Nova escola, Educação para todos, Boa visão, programa Acertando o passo, Alfa e outros de menor amplitude. Cada projeto com sua abrangência, foco, recursos, participação de entidades parceiras, público estimado, envolvimento de agentes e profissionais da educação. Alguns com grandes investimentos financeiros, outros partindo até de ações de voluntariado, todos em prol da melhoria da educação. A maioria envolvia ações quanto à merenda escolar, à formação e capacitação de professores, ao atendimento especial aos estudantes que necessitavam e à melhoria das escolas.

Como identificado e evidenciado nas causas da repetência, a formação de professores era deficitária em muitas ocasiões e outros tantos não tinham atualizações teórico-metodológicas. Algumas das capacitações oferecidas aos professores eram realizadas também fora das ações de programas específicos, em parceria com outras instituições, como por exemplo, a Universidade Federal do Pernambuco. Além da troca de experiências e conhecimentos, eram promovidas reflexões acerca do papel de cada participante na rede da educação, desde os familiares e a sociedade até as secretarias municipais e estaduais e os demais órgãos que compunham o sistema educacional brasileiro.

A expansão da oferta do ensino de primeiro grau deverá ser garantida mediante articulação entre as esferas públicas, procurando-se resguardar a unidade de orientação pedagógica. Dependendo das suas condições materiais e pedagógicas, as prefeituras deverão se responsabilizar pela expansão das séries iniciais, sem que isso desobrigue o Governo estadual do encargo de garantir a generalização da educação fundamental ao nível de Estado (GOVERNO..., 1989, p. A-9).

No espaço para opinião dos leitores, em alguns momentos as publicações versavam sobre a compreensão de que cursos de reciclagem

de professores seriam ações menos importantes do que dar alimento aos alunos e melhores materiais escolares. Apoiar os estudantes carentes era tido como objetivo da área educacional, além da prioridade de melhorar a qualidade de ensino nas escolas públicas:

O secretário Joel de Hollanda, ao falar sobre a ampliação dos serviços de apoio ao educando carente, salientou a participação de empresas públicas e privadas, destacando o convênio com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE, arrolando entre outras medidas para minimizar as carências existentes, a regionalização da merenda escolar, a instalação e reequipamento de cantinas escolares, atividades curriculares de nutrição e higiene alimentar, realização de campanhas e concursos, cultivo de hortas e pomares, distribuição de livros didáticos, de material escolar e etc., o que demonstra a preocupação maior do Governo Marco Maciel que é dar melhores condições de vida ao homem pernambucano esteja ele onde estiver (PREFERÊNCIA..., 1981, p. D-11).

Um dos programas que mereceu destaque no *Diário de Pernambuco* foi o PROAPE - Programa de Educação Pré-escolar do Pernambuco, garantindo que,

além da suplementação alimentar, as crianças recebem também orientação pedagógica e serviços simples de saúde. As turmas, formadas por 100 crianças para uma professora, recebem a colaboração diária de 5 mães, escaladas mensalmente, cuja participação a princípio compulsória, passou posteriormente, a ser espontânea, conforme disponibilidade (ATENDIMENTO..., 1981, p. A-4).

Outra ação que apareceu nas páginas do jornal algumas vezes foi o registro de reuniões na metade do ano letivo, que visavam avaliar as ações do primeiro semestre e rever ou reforçar o planejamento para o segundo semestre. A comparação do número de matrículas era um dos dados analisados. Esse acompanhamento favoreceu o controle dos números de repetência, bem como a efetividade das proposições para a redução dos mesmos:

Ainda foram identificados os desvios existentes nos índices de aproveitamento; áreas de estudo ou disciplinas com aproveitamento deficiente; definidas medidas corretivas para serem aplicadas no replanejamento das atividades do próximo semestre; revistos conteúdos programáticos; redefinidos processos e técnicas de ensino cogitados mecanismos de acompanhamento e controle de ensino-aprendizagem (NOVA ..., 1983, p. A-5).

Em 1980, quando de uma troca de governo, o *Diário de Pernambuco* disponibilizou grande parte de uma página inteira para informar sobre ações em praticamente todos os níveis de ensino, informando que

o Ministério da Educação e Cultura estabeleceu maior articulação com as Secretarias Estaduais de Educação, numa ação supletiva, destinada à melhoria das estruturas básicas, sobretudo para o ensino no meio rural e nas áreas de periferia urbana dos grandes centros (EVASÃO..., 1980, p. A-21).

A partir do segundo semestre de 1984, mais um projeto entrou em operação: SOS - Alfabetização, versão do projeto Vencer, instituído pelo MEC, nas escolas municipais:

[...] as ações básicas serão treinamentos de recursos humanos, que ocorrerão neste mês, sendo um de sensibilização para supervisoras e o outro de atualização para as professoras de alfabetização, em programa conjunto com a Secretaria de Educação do Estado. [...] Outra meta é a extensão do Serviço de Orientação Educacional (SOE) para os alunos de 1º série, que servirá de orientação e adaptação do aluno nas escolas (PROJETO..., 1984, p. A-4).

Outra ação proposta para melhoria dos índices de repetência seriam atividades a serem desenvolvidas nas férias escolares, antes do início da 1ª série do 1º Grau. A ideia, depois de melhorada, foi acolhida pois pode-se notar a criação do atendimento pré-escolar.

Um estudo realizado no Programa de Mestrado em Psicologia, publicado no jornal, sugeria que a alfabetização de crianças carentes e, principalmente, a prática da leitura poderia reduzir o fracasso escolar, no momento em que a aplicação prática no cotidiano dos alunos trazia sentido ao aprendizado na escola e vice-versa. A preocupação também estava no fato de as professoras pouco lerem para os estudantes, nas duas escolas públicas de baixa renda onde se realizou a pesquisa. A descontinuidade entre a escola e a casa fazia com que muitos estudantes se desestimulassem dos estudos. Já quando existia o acompanhamento para os deveres de casa, havia uma maior disponibilidade da criança e esse foi um dos argumentos do desempenho escolar positivo do estudante ao final da 1ª série. O ensino da leitura e alfabetização era defendido como relevante para as classes de baixa renda, como meio de ajustamento social, não necessariamente para um possível progresso profissional no futuro: essa era uma das conclusões do estudo da psicóloga Terezinha Carraher.

Em relação aos espaços escolares, a construção de prédios e salas de aula também se tornou necessária para a melhoria da qualidade da educação e de seus indicadores no que tange à quantidade de pessoas, de

diversas faixas etárias, sem escolarização, além da população infantil que não dispunha de vagas suficientes para estudar.

Um exemplo da preocupação com a escolarização brasileira está registrado na fala da Ministra da Educação, Esther de Figueiredo, quando afirmou que o Brasil deixou lacunas educacionais em sua população e estava pagando alto preço por essa situação. A Ministra afirmou, ainda, que a educação era o maior e mais rentável investimento, considerada a mola propulsora do desenvolvimento. Comentou da preocupação com a repetência e a evasão ao apresentar que a taxa real de escolarização era de 67,4% na faixa etária entre 7 e 14 anos. Pontuou que de cada mil alunos matriculados na 1ª série, praticamente metade conseguia passar para a 2ª série e destes, somente 17% chegavam aos oito anos completos de escolarização no início da década de 1980.

No começo do ano de 1984, uma notícia trazia uma prestação de contas do governo estadual, das mais variadas ações e soluções propostas para a educação, enfatizando que as ações focalizavam os alunos pobres e a redução dos índices de repetência e evasão escolar. Para baratear a educação, como um todo, visando utilizar recursos em ações para combate à subnutrição e melhoria dos materiais escolares, sempre através de projetos, o governo passou a construir escolas com barro, ao invés de cimento na área rural, reformou escolas, elaborou projeto para atendimento de alunos com defasagem escolar, reforçou o Programa Permanência, aumentou recursos para compra de material de expediente e limpeza, realizou progressão funcional de professores e especialistas em educação, efetivou docentes, qualificou os mesmos, pagou gratificação para os alfabetizadores, complementou salários de professores municipais. Quanto à ampliação das oportunidades de ensino, construiu salas de aula, adquiriu vagas em escolas particulares, redistribuiu espaço já existentes utilizando espaços coletivos como igrejas, clubes e centros sociais para as atividades “fora da sala de aula” e isso oportunizou mais matrículas. No que tange à democratização do acesso às escolas, extinguiu a taxa de matrícula nas escolas estaduais, adotou sorteio para algumas escolas, aboliu a exigência de fotos na documentação escolar e do fardamento visando também a gratuidade do ensino público e reduzindo custos e distribuiu material didático, parte deste material também vinculado ao Programa Alfa.

Considerações Finais

A repetência escolar no Brasil é tema relevante nas edições do jornal *Diário de Pernambuco*, nas décadas de 1980 e 1990, como apontado na

pesquisa realizada. Pôde-se notar a importância dada ao problema, em especial no ensino básico, também em torno de palavras como reprovação e evasão. Em diferentes partes do periódico, as principais causas são apresentadas: desnutrição e problemas de saúde, pobreza e problemas sociais, falta de investimento público em infraestrutura e formação/valorização dos professores e trabalhadores da educação. O discurso das instituições e de muitos líderes de governo e políticos era de preocupação, mas foram poucas as ações concretas e efetivas para o enfrentamento da questão, o que se depreende pela persistência da menção ao tema como grave problema durante todo o período de análise.

Mesmo com restrições na amplitude, diversas ações foram tomadas para buscar solucionar a repetência no ensino fundamental, principalmente através de projetos vinculados à melhoria da alimentação dos estudantes e sua saúde, debates e proposições de ações vinculadas a universidades, órgãos governamentais e até internacionais, atendimento específico para crianças em idade de alfabetização e formação e valorização dos professores.

Com muita persistência, algumas dessas ações estão definitivamente incorporadas à área educacional, como por exemplo a alimentação, identificada como essencial no processo de ensino-aprendizagem. Nota-se também uma maior conscientização de que o analfabetismo gera mais prejuízos e que os resultados esperados com os investimentos em educação são colhidos no longo prazo. Outras ferramentas foram criadas com o passar do tempo, desde os Censos, provas de avaliação, tendo a educação sempre como desafiadora e custosa, o que tem gerado descrédito quanto à educação brasileira.

Referências

ATENDIMENTO ao pré-escolar tem o apoio da comunidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 06 jul. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22rendimento%20escolar%22&pagfis=29583 Acesso em 10 abr. 2022.

EVASÃO no ensino: retorno ao analfabetismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-21, 04 maio 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=%22repetencia%22&pagfis=6999 Acesso em 22 mar. 2022.

GASPAR, Lúcia. Diário de Pernambuco. In: **Pesquisa Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/diario-de-pernambuco-jornal/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

GOVERNO reestrutura o ensino. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-9, 14 jan. 1989. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=%22reprova%C3%A7%C3%A3o%20escolar%22&pagfis=147476 Acesso em: 10 abr. 2022.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153

MEC expõe política de Educação. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 31 ago. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=%22repetencia%20escolar%22&pagfis=124085 Acesso em 22 mar. 2022.

NOVA estratégia garante melhor rendimento escolar. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-5, 18 jul. 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22repetencia%22&pagfis=63745 Acesso em: 10 abr. 2022.

OS MAUS resultados escolares: causas e soluções múltiplas. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 11, 07 dez. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22rendimento%20escolar%22&pagfis=19010. Acesso em 22 mar. 2022.

PONTES, Mariza. Causas de o aluno pobre fracassar na escola. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-20, 10 jul. 1983. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22reprova%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=63370 Acesso em 22 mar. 2022.

PREFERÊNCIA pelos mais carentes: prioridade da área educacional. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. D-11, 07 nov. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22repetencia%22&pagfis=36050 Acesso em 22 mar. 2022.

PROJETO beneficia alunos. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-4, 04 jul. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22reprova%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=77332 . Acesso em: 23 mar. 2022.

REPETÊNCIA no ensino básico chega a 50%. **Diário de Pernambuco**, Recife, Capa, 24 dez. 1988. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22repetencia%22&pagfis=145780 Acesso em: 10 abr. 2022.

REPROVAÇÃO no 1º Grau dá prejuízo de 1 trilhão. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A-10, 31 out. 1985. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22repetencia%22&pagfis=95397 Acesso em 14 mar. 2022.

A repetência escolar no jornal *Zero Hora* (1977-2000): um fenômeno a ser enfrentado e a correlação com a evasão dos alunos

VITÓRIA GABRIELLI DA SILVA

Foi tamanho o descaso a que diferentes esferas administrativas relegaram a obra educacional, que problemas estruturais seríssimos se agravaram de maneira alarmante ao longo das últimas décadas. A evasão e a repetência são hoje fenômenos crônicos das escolas de 1º grau (PRIORIDADE..., 1992, p. 2).

***Zero Hora*: uma descrição de sua história e da organização do periódico**

O jornal *Zero Hora* surge em Porto Alegre um mês após o golpe militar de 1964. Foi criado a partir da aquisição da sede do jornal *A Última Hora*¹, de Samuel Wainer, recém extinto na cidade. O jornal nasce a partir de

uma associação de ex-jornalistas e outros investidores, que adquiriram a editora responsável pela publicação do jornal recém-extinto, seguindo, até 1966, seu modelo de jornalismo. Sua primeira diretoria foi constituída em junho de 1964, tendo como Diretor-Presidente Dante de Laytano, Diretor Vice-Presidente Ricardo Eichler e Diretor Responsável Ary Carvalho (TRINDADE, 2006, p. 61).

É impossível falar do diário aqui retratado sem falar do grupo Rede Brasil Sul, a RBS², que, nos anos 1970, adquire a parte do jornal do então Diretor Responsável, Ary Carvalho, passando para as mãos da família Sirotsky. Os primeiros anos do periódico integrando o Grupo RBS foram marcados por uma crise financeira, que foi resolvida em duas etapas que transformaram o jornal em um grande expoente de circulação: a

1 Para mais informações sobre *A Última Hora*, ver Castro (2014).

2 Para mais informações sobre o grupo RBS, ver Trindade (2006).

renovação administrativa (visto que após a sua criação, a *Zero Hora* seguiu os moldes de A Última Hora por alguns anos) e a criação dos classificados. A renovação administrativa diz respeito a “investimentos, nova linha editorial e nova gestão administrativa racional integrada às demais empresas do grupo, com ênfase no aumento da eficiência da distribuição em todo o Estado” (JUSTINO, 2020, p. 104).

Em 1977, de acordo com Guilherme Justino (2020) o jornal havia conquistado sucesso entre seus leitores, de segunda a sábado, e a partir da criação dos anúncios classificados, conquistou o mercado também aos domingos, ultrapassando o jornal *Correio do Povo*, que na época tinha uma forte seção de classificados. Entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, a *Zero Hora* se consolidou no mercado com o fim da circulação dos jornais *Folha da Manhã* (1980), *Diário de Notícias* (1979) e *Folha da Tarde* (1984), tendo ainda como concorrente o *Correio do Povo*, que também passou por mudanças internas após um período de dois anos sem circulação (TRINDADE, 2006).

Para exemplificar a composição do periódico, utilizei edições de um domingo e de uma quarta-feira do ano de 1984, em que se percebeu que a diagramação da *Zero Hora* no período analisado seguia um padrão de cadernos fixos em todos os dias da semana, como a seção de Opinião e Editoriais, Página 10, Política, Mundo, Campo e Lavoura, Economia, Esportes, Polícia, Anúncios Fúnebres e Religiosos, Publicações Legais (espaço reservado à publicação de editais e outros documentos), Segundo Caderno (televisão, cinema, música, eventos, teatros e literatura) e Geral, seção à qual dediquei maior atenção pois é onde se publicavam os assuntos ligados à educação. Alguns cadernos eram adicionais às edições de domingo, como a Revista ZH, Donna e Classificados. É importante comentar que as primeiras páginas do jornal poderiam ser destinadas aos Informes ou Reportagens Especiais, dedicadas a noticiar algum evento específico, como eleições, crimes e desastres naturais de grande impacto. Os assuntos sobre educação foram publicados em sua maioria nas seções de Opinião e Editoriais e em Geral, tendo algumas exceções ocorridas em Política, Economia e Revista ZH.

Para a análise do jornal *Zero Hora* foram consultadas as edições impressas do periódico, disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, situado no Centro Histórico de Porto Alegre. Fundado em 1975, é uma instituição do governo estadual do Rio Grande do Sul,

sendo um equipamento cultural voltado para a conservação, a pesquisa e a divulgação da história da Comunicação Social no Rio Grande do Sul. Os acervos, disponíveis para pesquisa, abrangem diferentes áreas da Comunicação, como:

Imprensa, Televisão, Rádio e Fonografia, Publicidade e Propaganda, Fotografia e Cinema³.

A ideia inicial era examinar o tema da repetência a partir de 1971, tendo como marco temporal a publicação da Lei nº 5.692, mas devido às condições precárias do acervo, em termos de acesso e conservação dos documentos, delimitamos o período de consulta entre 1977 e 2000. Além disso, restringimos a consulta às edições publicadas no mês de outubro, sendo essa uma estratégia metodológica pertinente nas pesquisas em educação, já que no referido mês existem duas comemorações oportunas para o debate proposto no presente trabalho: o dia das crianças e dia do professor, datas que sempre apresentam ensejo para a discussão educacional nos jornais. Isso permitiu a ampliação da análise sobre o debate referente à repetência escolar ao longo das décadas finais do século XX.

Observou-se que o debate educacional ocorreu durante todo o período analisado, com ênfase em algumas temáticas específicas em cada década. Por exemplo, nos anos 1990, muito se falou sobre a implementação e existência do calendário rotativo, uma política implementada no mandato do governador Alceu Collares a fim de acabar com a falta de vagas nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul. Outros temas destacados foram: o aumento da carga horária e dos dias letivos, de 180 para 200, a distribuição da merenda escolar, a realidade do ensino rural no Estado. No entanto, o grande destaque dado pelo periódico quanto à educação foram a realidade do Ensino Superior, as mensalidades da rede privada de ensino, anúncios de eventos acadêmicos, atuação do CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – sindicato dos trabalhadores em educação) e do magistério, bem como suas reivindicações. Reprovação, evasão e repetência escolar foram temas frequentes, figurando como fenômenos que precisavam ser combatidos.

As faces da repetência escolar na pauta da Zero Hora: como figurou o fenômeno

A repetência circulou de muitas formas na *Zero Hora*. É essencial salientar que a ela foram associados os temas da reprovação e da evasão escolar, figurando como fenômenos correlacionados. A maior incidência de associações ocorreu entre os termos *repetência* e *evasão*, que foram noticiados conjuntamente em inúmeros artigos do periódico. Buscou-se verificar como a *Zero Hora* noticiou e discutiu a repetência em suas

3 Disponível em: <https://www.musecom.com.br/o-museu>. Acesso em 22/01/2023.

páginas, quais foram as causas e soluções apontadas para essa problemática, além de investigar de que maneira a repetência foi apresentada como um fenômeno educacional presente na história da escolarização brasileira durante o final do século XX.

A correlação entre os termos citados acima pode ser vista, por exemplo, em artigo publicado em outubro de 1995, sob o título “A Educação revalorizada” (1995), que anuncia o lançamento do Plano de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na data de comemoração do dia dos professores daquele ano:

Trata-se de um ambicioso projeto que visa abrir novas perspectivas a 29 milhões de crianças e adolescentes e a 1 milhão de docentes das oito séries do primeiro grau. Pela letra fria da Constituição, este é um país afortunado, pois seus Estados e municípios aplicam anualmente em educação nunca menos de 25% de suas receitas, cabendo à União investir, por seu turno, um mínimo de 18%. Se tais recursos chegassem efetivamente às salas de aula, há muito teriam sido superados reptos como os de níveis de evasão e repetência que só encontram similar em algumas das Nações mais atrasadas do planeta (A EDUCAÇÃO..., 1995, p. 22).

A vinculação entre evasão, repetência e atraso nacional também apareceu, 10 anos antes, em artigo intitulado “Os números dramáticos da educação” (1995). Ao noticiar os dados de uma pesquisa divulgada pelo Ministério da Educação e Cultura alguns dias antes da publicação dessa edição do jornal, foi exposto um panorama estatístico sobre os professores brasileiros de 1º e 2º Grau, que não estavam lecionando no momento, devido a desvios de função, além de outras informações sobre a formação e a remuneração dos profissionais:

Esses e outros índices difundidos pelo MEC compõem um quadro bastante realista das profundas distorções estruturais de nosso sistema de ensino. A eles se poderia acrescentar que há hoje 8 milhões de crianças, na faixa dos 7 aos 14 anos, fora da escola apesar do preceito constitucional que dispõe sobre a obrigatoriedade e a gratuidade da formação fundamental. Tanto como a evasão, a repetência é um grave sinal de alerta para a extensão dos problemas educacionais. Como o é, também, a existência de milhões de analfabetos adultos, que coloca o Brasil em situação de inferioridade ante inúmeras nações menos desenvolvidas do próprio continente (OS NÚMEROS..., 1985, p. 2).

A correlação entre os temas da evasão, reprovação e repetência se torna explícita ao analisar o jornal durante o recorte temporal estabelecido. Percebendo a ocorrência de associações durante todo o período, mesmo

após 10 anos entre uma publicação e outra, a relação aparece sob o mesmo prisma, utilizando o mesmo argumento do atraso educacional brasileiro.

Observa-se uma estratégia recorrente ao escolher os termos para se referir à repetência e aos outros fenômenos ligados a ela. Geralmente utilizavam-se expressões impactantes para chamar a atenção do leitor para a gravidade da existência desses fenômenos educacionais, como pode ser visto em 22 de outubro de 1981, quando se publicou um artigo chamado “MEC vai dar maior amparo aos superdotados pobres” (1981). Nessa ocasião, noticiou-se uma fala do então Ministro da Educação, Rubem Ludwig, no IV Seminário Nacional sobre Superdotados, referindo-se à meta de implantação de um sistema nacional de ensino pré-escolar, objetivando sua repercussão nos demais níveis de ensino: “Seu objetivo principal é a correção preventiva dos males crônicos do 1º Grau: a evasão e a repetência” (MEC..., 1981, p. 39). Em 1990, ao falar sobre a reforma educacional prevista para o ano seguinte, em que haveria a ampliação de 180 para 200 dias letivos, o então Ministro da Educação Carlos Chiarelli disse que apenas o aumento da carga horária não resolve tudo:

Na verdade, nem toca no principal problema do ensino nacional, representado pelo fracasso da escola pública. O quadro negro da falência é bem conhecido: 50% dos alunos que conseguem se matricular abandonam a escola antes de completar a primeira série e apenas 13% deste total concluem o ensino fundamental. A evasão e a repetência, doenças endêmicas do sistema educacional brasileiro, ocorrem também em escolas bem instaladas, com fartura de material didático e de merenda escolar, o que leva à conclusão de que algo mais está errado (A NOVA..., 1990, p. 2).

Situação semelhante pode ser vista na fala da Ministra da Educação Esther de Figueiredo, em 1982:

O que acontece é que nós temos nas zonas rurais, sobretudo no Nordeste brasileiro, uma repetência assustadora. Outro dia, ao consultarmos uma estatística, nós verificamos que nas zonas rurais do Nordeste, de cada 100 crianças que ingressam na rede escolar, apenas 0,86 conseguem chegar à oitava série, quer dizer, nenhuma (ESCASSEZ..., 1982, p. 30).

Confirma-se uma tendência do jornal ao referir-se à repetência com termos alarmantes, como “doença endêmica”, “males crônicos” e “repetência assustadora”, buscando chamar a atenção do leitor para a extensão do problema educacional representado pela repetência e temas a ela conectados.

A repetência, a reprovação e a evasão escolar permaneceram em associação na agenda do periódico com o passar das décadas. Com o avançar dos anos 1990, a narrativa foi se alterando, de acordo com a mudança dos números educacionais, como pode ser percebido em uma fala de Iara Wortmann, então Secretária de Educação da rede estadual do Rio Grande do Sul, no dia do professor de 1997, sob o título “Orgulho de professor” (1997). Na ocasião, Wortmann teceu um relato sobre a sua trajetória em sala de aula como professora e também sobre as suas realizações como secretária da pasta:

E os resultados já começam a aparecer. Historicamente crescentes, a evasão escolar e a reprovação diminuíram em 1996. Já estamos comemorando o retorno às salas de aula de 19.180 alunos que haviam abandonado a escola e outros 59.1214 estudantes, que pelas estatísticas não passaram de ano, melhoraram de desempenho e foram aprovados (ORGULHO..., 1997, p. 19).

O artigo mostra que a partir da metade da década de 1990, a *Zero Hora* passou a publicar informações relacionadas à repetência, reprovação e a evasão que indicam a diminuição da ocorrência desses fenômenos. Seguindo a mesma ideia, em 1998, em uma publicação sob o título de “Uma perda inadmissível” (1998), apesar de noticiar que “o Brasil perde R\$3,8 bilhões por ano com alunos do Ensino Fundamental que abandonam as salas de aula ou são reprovados” (UMA PERDA..., 1998, p. 18), ainda acrescentou que: “É verdade que em ambos os casos as taxas vem decrescendo, a reprovação baixou de 15,5% em 1995 para 11,4% em 1997 enquanto o abandono caiu de 13,97% para 11,1%” (UMA PERDA..., 1998, p. 18). Seguindo essa tendência, em 10 de outubro de 1999, em um texto de opinião intitulado “Vencendo a Evasão” (1999), noticiou-se que:

Registrando uma taxa de abandono das atividades letivas inferior a 1% em 1998, Porto Alegre tornou-se a capital brasileira com menor índice de evasão escolar do país, segundo levantamento do Ministério da Educação. A conquista é atribuída a adoção pela administração Municipal do ensino por ciclos, sistema no qual não há reprovação, um dos grandes fatores que levam crianças e adolescentes a afastar-se das salas de aula. Por esse método, os estudantes em dificuldades recebem atenção personalizada. Eis aí uma saudável experiência que literalmente deveria fazer escola em outras comunidades gaúchas (VENCENDO..., 1999, p. 3).

Nos últimos dois anos analisados neste *corpus documental*, surge um novo tema alusivo à repetência escolar: os ciclos de formação. No artigo acima, noticiou-se que a evasão escolar em Porto Alegre atingiu índice inferior a 1%, sendo a capital brasileira com menor índice relacionado

a tal fenômeno educacional. Isso se deu pois, no sistema de ciclos, não havia a reprovação, uma das principais responsáveis pelo afastamento dos estudantes das salas de aula. Em 31 de outubro de 2000, um artigo definiu o que eram os ciclos de formação a partir da fala do secretário de educação de Porto Alegre, José Clóvis de Azevedo, que disse que a experiência não foi uma criação inédita da cidade: “[...] é derivada de um conjunto de experiências bem-sucedidas e desenvolvidas em alguns países da Europa e está assentada sobre contribuições científicas sólidas, como as de Piaget, Vygotsky, Wallon e Paulo Freire” (CICLOS..., 2000, p. 19). E segue:

Baseado no acúmulo de conhecimentos da psicologia da aprendizagem, da neurociência, estruturou-se a escola por ciclos de formação. Uma escola cuja organização adapta-se aos ciclos de vida correspondente à idade dos indivíduos na fase do ensino obrigatório. Ou seja, a infância, a pré-adolescência e a adolescência. Ao superar a estrutura rígida, estandarizada, alheia ao desenvolvimento humano, como é a escola seriada tradicional, o ensino por ciclos altera a lógica de funcionamento da escola. A avaliação permanente e cotidiana orienta a intervenção pedagógica dos professores, visando garantir os avanços do educando. Os que apresentam dificuldades são atendidos em turno inverso em um laboratório de aprendizagem. A sala de integração e recursos (SIR) atende aos educandos que necessitam de avaliação especializada. O currículo oferece o ensino de arte-educação, filosofia, inglês, francês e espanhol. A maioria das escolas já conta com ambientes informatizados de aprendizagens, conectados à Internet e, até outubro próximo, todas as escolas terão estes equipamentos. As dificuldades para aprender existentes hoje na rede Municipal de ensino, em sua quase totalidade, são herança do fracasso escolar do ensino tradicional. Não foram produzidas pelos ciclos, ao contrário, a escola por ciclos está encaminhando soluções para garantir o sucesso escolar desses educandos. Temos hoje, aproximadamente 1% de alunos nesta situação; são os multirrepetentes, egressos da escola seriada. Não fossem os recursos dos ciclos, estes alunos já estariam fora da escola, engrossando o contingente de brasileiros analfabetos. Felizmente estão na escola, com todo o atendimento necessário, orientados por professores qualificados com atualizações permanente e remuneração justa (CICLOS..., 2000, p. 19).

Mais uma vez, a repetência figura na pauta do jornal, mas com um viés diferente do que foi atribuído a esses termos no decorrer das décadas. Por exemplo, antes, em 1979, representada por altos índices, figurando em 40% no Rio Grande do Sul, em artigo intitulado “Menor Carente: Um problema econômico em primeiro lugar” (1979), era tida como um problema em alta e que precisava ser combatido. E depois, nos anos 1990, quando associada aos ciclos, passa a ser apresentada como fenômeno em queda.

Mas as publicações da *Zero Hora* relacionando a repetência aos ciclos de formação não foram somente positivas. Em 12 de outubro de 1999, a então deputada e ex-secretária estadual de Educação, Esther Grossi fez um relato intitulado “Não está morto quem peleia” (1999), comentando sobre o quadro educacional brasileiro e escrevendo um desabafo sobre ser professor, além de uma crítica ao sistema de ensino de ciclos em substituição à seriação:

Os rendimentos escolares dos alunos cada vez menores, frustrando todos, corpo discente, docente, além da sociedade. Ao lado disso, irônica e criticamente, somos bombardeados com os ‘marketings’ dos partidos no poder, alardeando excelências mentirosas ou, ao menos, enganosas. Dentre elas, a de que o ensino melhorou porque o salário dos professores, desfasadíssimo de anos, por conta do Fundef, se elevou em média nacional de 12%. Ou de que se dominou um critério que mascara a dura realidade da expulsão real do aluno da escola. Ou de que se diminuiu a repetência pela eliminação das séries. caricaturalmente, seria a atitude de um médico frente a um paciente com doença gravíssima que se alegrasse porque conseguiu fazer baixar a febre de 40°C Graus para 39°C graus, sem uma terapia de ataque as causas da doença, da qual a febre é um mero sintoma. O principal problema da educação no Brasil é a pouca, ou melhor, a pouquíssima aprendizagem (NÃO..., 1999, p. 17).

Crítica parecida aconteceu um ano depois, no dia 13 de outubro de 2000, em um debate ocorrido na TVCOM, entre os candidatos à prefeitura de Porto Alegre, Tarso Genro (PT) e Alceu Collares (PDT). Cada um dos candidatos fez a defesa de elementos centrais em suas atuações como gestores da educação e atacando os feitos do adversário: Tarso Genro criticou a implantação do calendário rotativo nos anos 1990, durante a atuação de Collares como governador do Rio Grande do Sul; já Alceu Collares criticou o sistema de ciclos implantado nas escolas municipais de Porto Alegre.

O candidato da Frente Popular reagiu argumentando que o sistema de ciclos é responsável pela redução da evasão escolar e lembrou que o sistema de ciclos é adotado nas escolas estaduais de São Paulo, pelo governador Mário Covas, do PSDB. [...] Na época do Collares, a evasão escolar na forma seriada era mais de 7%. Conosco baixou para menos de 2% pois adotamos o sistema de ciclos - observou Tarso (ACUSAÇÕES..., 2000, p. 12).

A repetência foi, portanto, um tema recorrente na pauta da *Zero Hora* durante todo o período analisado e muitas foram as formas como essa problemática figurou. A principal delas, como um fenômeno negativo, geralmente conectado a outros assuntos educacionais, entre eles, a

reprovação, a evasão e também aos ciclos de formação. O sistema de ciclos, apesar de ser apontado como uma solução para a problemática da repetência, também foi alvo de críticas no periódico. Por isso fez-se a escolha de apresentá-lo como um tema associado à repetência, em queda no final dos anos 1990, e não o incluir na categoria “soluções”, levando em conta a ambiguidade de opiniões sobre os ciclos nas páginas do periódico.

As causas da repetência e as soluções apontadas: como ocorreu o debate na *Zero Hora*?

Além de publicações tratando a repetência como um fenômeno educacional, a *Zero Hora* também noticiou artigos abordando as causas e as soluções para a problemática. Observaram-se duas tendências principais: ocasiões em que a desigualdade social é identificada como causa da repetência, tendo como solução a superação da mesma, e outras em que se noticiaram casos de repetência em contextos específicos e, a partir deles, atribuíram-se causas ou soluções, de forma singular ou associada para o fenômeno.

Sobre a desigualdade social relacionada ao tema, em uma publicação já mencionada acima, de 14 de outubro de 1985, ao tratar da evasão e da repetência como graves sinais de alerta para a extensão dos problemas educacionais no Brasil, também se indicou a origem desse quadro:

As origens desse triste panorama são conhecidas: derivam das gritantes desigualdades sociais que ensejam a convivência de duas realidades: de um lado um país moderno e industrializado, ao corrente dos mais recentes avanços tecnológicos; de outro, a nação marginalizada dos que sofrem os efeitos da miséria, da fome da doença, e da ignorância (OS NÚMEROS..., 1985, p. 2)

Mais adiante, de maneira vaga, indicou-se também uma solução: “O grande desafio que hoje se coloca é o da construção de um desenvolvimento harmônico, que minore progressivamente tais desequilíbrios injustos” (OS NÚMEROS..., 1985, p. 2).

A desigualdade apontada como causa da repetência também apareceu na pauta do jornal em 1979, em uma mesa redonda debatendo a questão do menor abandonado. A professora Carmem Craidy disse que culturalmente se discriminava a pessoa socialmente desfavorecida, oprimida e explorada e que o ensino reproduzia isso. Mais adiante, mencionou alguns índices educacionais gaúchos: “Nós conhecemos bastante o fenômeno do alto índice de repetência, por exemplo, da primeira série primária, que só no Rio Grande do Sul está em 40%” (MENOR..., 1979, p. 23). Comentou também sobre o índice de analfabetismo e continuou:

Esses analfabetos são de classe econômica desfavorecida, e as crianças que são reprovadas na primeira série escolar e que são expulsos da escola precocemente também são de origens desfavorecidas. O pior de tudo é que isto é fruto de preconceito e discriminação, porque elas são consideradas inclusive como menos capazes do que as outras. Isto é absolutamente falso. Na realidade, a escola é incapaz de ensiná-las. A escola não conhece e nem reconhece a sua realidade cultural, os seus valores, a sua forma de ser. Ela veicula uma cultura de valor de classe média e classe alta. Neste sentido, serve o sistema para a reprodução do sistema, e discrimina facilmente esses meninos (MENOR...,1979, p. 23).

Contrastando com essa discussão que ocorreu no topo da página do jornal em letras miúdas, logo abaixo publicou-se um artigo com a seguinte manchete em letras grandes e destacadas: “Para a criança, nem sempre o brinquedo é o melhor presente” (1979). Com isso, é útil lembrar que Tania de Luca (2008, p.140) ressalta que “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam”, de modo que questões como a diagramação do jornal e a escolha dos locais de publicação nas páginas do periódico, favorecendo um tema em relação a outro, têm grande importância.

Identificou-se uma segunda causa atribuída à repetência, à reprovação e à evasão nas páginas da *Zero Hora*, com bastante enfoque nos anos 1980: a inadequação curricular nas escolas de educação básica.

Em um artigo intitulado “Currículo escolar inadequado causa evasão de alunos” (1989), publicado em 1989, apresentou-se a seguinte informação:

Ao longo dos anos, o currículo da escola pública dos gaúchos tem se mantido a uma respeitável distância da realidade dos alunos. Este distanciamento perfila-se entre as principais causas da evasão escolar, e de outros males que atingem a escola. A solução deste problema é difícil, mas não é impossível (CURRÍCULO...,1989, p. 37)

A problemática foi debatida no I Seminário Regional de Estudos sobre a Escola Pública, que ocorreu nos colégios Bom Conselho e Anchieta, instituições privadas da cidade de Porto Alegre, e se encerrou no dia de publicação dessa edição do jornal. No mesmo artigo, apontou-se uma proposta de solução: “abrir espaços políticos dentro das escolas para que os currículos sejam reformulados [...] ‘Não adiantaria nós baixarmos uma portaria mudando o currículo, porque isso não funcionaria’” (CURRÍCULO...,1989, p. 37). Para ilustrar o artigo, há uma fotografia de crianças em uma sala de aula, com a legenda: “Omissão: *alunos são esquecidos na elaboração dos conteúdos*” (CURRÍCULO..., 1989, p. 37,

itálicos no original). Nesse caso, portanto, o artigo indicava que a distância entre os estudantes e o currículo figura entre uma das causas da evasão e indicava a reformulação curricular como uma possível solução.

Em 1983, a Revista ZH publicou, sob o título “Educar para a plenitude” (1983), a ocorrência do VII Congresso Brasileiro de Neuropsiquiatria Infantil. A Revista ZH era um caderno dominical do jornal e essa foi uma das raras ocasiões em que a temática da repetência apareceu em uma seção que não fosse a Geral:

Se nos Estados Unidos médicos e educadores estão preocupados com os aumentos de índices de repetência nas escolas, aqui no Brasil um estudo realizado pelo psiquiatra infantil Nilo Fichtner [...] revelou que os índices de evasão escolar e de repetência registrados nas escolas brasileiras (que crescem de ano a ano), estão relacionados com a inadequação dos currículos escolares, “nos quais predominam atividades puramente intelectivas em detrimento de outras atividades práticas e criativas que permitiriam ao aluno aprender o seu mundo através da utilização de suas potencialidades” (EDUCAR..., 1983, p. 9).

Interessante notar a menção aos Estados Unidos, informando que a repetência também preocupava médicos e professores naquele país. Essa foi, no âmbito da pesquisa que sustenta este capítulo, a única ocorrência que cita a repetência como um problema educacional também em outro país. Em alguns artigos, comentou-se sobre a repetência no Brasil fazendo comparações genéricas com as “nações mais atrasadas do planeta” (A EDUCAÇÃO..., 1995, p. 22) ou colocando o Brasil em posição de inferioridade em relação a países menos desenvolvidos do continente americano (OS NÚMEROS..., 1985, p. 2). No artigo, o fenômeno preocupa médicos e professores estadunidenses, mas não são acrescentadas outras informações sobre isso. O psiquiatra criticava o enciclopedismo curricular:

Alerta pais e professores para a necessidade de tomarem consciência plena de que educar é também facilitar a relação da criança com as pessoas, com os métodos e procedimentos de ensino, de forma que suas atividades escolares se tornem gratificantes e estimulantes para o estudo. Com isso, o doutor Fichtner salienta a importância de que os currículos não sejam “sobrecarregados de materiais irrelevantes, de enciclopedismo, de conteúdos verbais e abstratos em detrimento do que pode ser experienciado, vivenciado e até mesmo curtido” (EDUCAR..., 1983, p. 9)

O psiquiatra não indicava uma solução explícita para a repetência, mas sugeria uma conscientização sobre a importância dos currículos e outras alternativas para o processo educativo.

Em 1984, a *Zero Hora*, em artigo intitulado “Alta repetência torna a educação muito cara” (1984) noticiou uma palestra que ocorreu na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o pesquisador Phillip R. Fletcher, da Organização Internacional do Trabalho. Na ocasião, foi dito que, “em média, o estudante brasileiro do ensino de 1º Grau leva quase oito anos para completar quatro séries. [...] A educação elementar, por este motivo, torna-se mais cara, no Brasil: “São milhões sendo gastos apenas na repetência” (ALTA..., 1984, p. 40). O jornal afirmou que o pesquisador estava codificando o índice do problema desde novembro do ano anterior e que ainda “não tem uma resposta para indicar o melhor caminho para a correção do elevado índice de evasão e repetência” (ALTA..., 1984, p. 40). Mais adiante, revelou, porém, uma causa e uma solução para a problemática:

Para o professor, uma das principais causas da repetência escolar é a má qualidade do ensino e os critérios exigentes de promoção. Embora acredite que os fatores econômicos exerçam influência na educação, ele afirma que os educadores exageram em sua importância: “o principal motivo é que o ensino é inferior”. Phillip Fletcher advertiu que, se o país adotasse o sistema de promoção automática, pelo menos o aluno ultrapassaria a 7ª Série (ALTA..., 1984, p. 40).

Uma terceira categoria de publicações sobre as causas da repetência foi identificada quando se tratou do fenômeno em contextos educacionais específicos: a repetência no ensino noturno e no ensino rural. No primeiro caso, em 1986, noticiou-se em artigo intitulado “As mudanças no ensino de 2º Grau” (1986) que

até o final do próximo mês, o ministro da educação, Jorge Bornhausen, vai receber um documento no qual estão contidas várias sugestões de mudança no ensino de 2º grau das escolas públicas. As mudanças sugeridas vinham sendo estudadas há tempos por uma comissão especial. Além dos problemas de evasão e repetência, que se verificam especialmente nos cursos noturnos (AS MUDANÇAS..., 1986, p. 2).

Nesse artigo, não foram exibidas causas ou soluções para a repetência ou evasão, mas indicou-se a ocorrência de ambas especialmente nos cursos noturnos.

Outra problemática envolvendo o ensino no 2º Grau foi identificada: a indefinição quanto ao papel desse nível de ensino em questão no Brasil, questionando se o Ensino Médio “é uma preparação para o mercado de trabalho ou apenas para o vestibular” (AS MUDANÇAS..., 1986, p. 2). Um ano antes, no dia 03 de outubro de 1985, sob o título “SEC estuda

alternativas para o 2º grau noturno” (1985) noticiou-se o debate em torno do ensino noturno realizado pela Secretaria de Educação e Cultura (SEC), além da realização da primeira etapa do Encontro de Escolas Estaduais de 2º Grau noturno, que ocorreu na semana anterior à publicação da edição aqui analisada:

As discussões do encontro tomaram como base os resultados de uma pesquisa elaborada pela SEC e aplicada a alunos, professores e corpo técnico-administrativo-pedagógico de escolas do estado no ano passado. A finalidade deste trabalho foi caracterizar os problemas do 2º grau noturno e levantar as alternativas de soluções.

Segundo a pesquisa, um dos maiores problemas do segundo grau noturno é a inadequação metodológica para o seu tipo de clientela. As técnicas do Departamento de Ensino do 2º grau (DSG) explicam que atualmente não existe diferença nos métodos de ensino aplicado aos alunos de cursos diurnos e noturnos. Além disso, o aluno noturno tem carências múltiplas que vão desde a má alimentação até problemas psicológicos e cansaço, apontou a pesquisa feita pela SEC (SEC..., 1985, p. 37).

Mais adiante, o artigo apontou algumas alternativas:

Treinamento de professores, através de cursos e seminários, visando a uma adequação metodológica para o 2º grau noturno. Esta é uma das alternativas apontadas pela pesquisa que foi referendada pelo Encontro de Escolas Estaduais de 2º grau noturno. Além disso, foi sugerida a distribuição de merenda escolar para minimizar o problema da má alimentação, e de vale-transporte, pois está provado que a maioria das evasões nestes casos ocorrem por falta de dinheiro para condução (SEC..., 1985, p. 37).

Nesse caso, o jornal apresentou um apanhado de informações sobre os problemas do ensino de 2º Grau noturno, como a inadequação metodológica para o público-alvo, além de listar algumas carências enfrentadas por esses estudantes, como a má alimentação, problemas psicológicos e o cansaço, o que também foi referenciado como a legenda de uma fotografia de estudantes adultos com a aparência abatida, ilustrando o artigo: “Pesquisa constatou que alunos vão cansados à escola” (SEC..., 1985, p. 37).

Em 1984, um quadro especial sobre o ensino rural trouxe para as páginas da *Zero Hora* a discussão sobre o tema. Em uma editoria de domingo, o título já apresentava um número impactante: “Educação no interior vai mal. Evasão chega a 15%” (SANTOS, 1984). No texto, a questão era apresentada do seguinte modo:

Até hoje, o problema educacional das áreas brasileiras não foi resolvido. A taxa de escolaridade decresce ano a ano, enquanto o índice de repetência e evasão aumenta com a crise do sistema capitalista, que atualmente agoniza. Na verdade, os dois planos nacionais para o desenvolvimento elaborados antes da década de 80 falharam. O governo apostou no crescimento econômico, que resultou na explosão das indústrias e na inibição do setor primário. Agora, o homem do campo “grita”, mas as autoridades continuam caladas. E a crise que ocasionou maciço êxodo rural aparece com mais intensidade justamente na área onde se concentra o agricultor, principal peça da máquina propulsora da economia do Brasil, refletindo-se na educação. Atualmente, as portas das escolas se fecham para muitos, motivo que está levando algumas prefeituras a desativarem os prédios (SANTOS, 1984, p. 30).

Mais adiante, comentou-se sobre as causas da reprovação e da evasão escolar na área rural de forma mais profunda, “onde o ensino é totalmente desvinculado da realidade do homem do campo” (SANTOS, 1984, p. 30). O professor Juan Antonio Tijiboy, do Programa de Pós-Graduação para o Meio Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, opinou: “A metodologia e o currículo estão voltados para os valores dominantes na cidade” (SANTOS, 1984, p. 30).

Outras causas foram apontadas por autoridades municipais e professores das regiões do Planalto Médio e Alto Uruguai:

Muitos apostaram na simples modificação dos currículos e calendários escolares e alguns até sugeriram a descentralização dos municípios para o desenvolvimento de uma política educacional com a participação da comunidade [...]. Em quase todos os municípios as autoridades e professores arriscaram pequenos palpites, tecendo opiniões simplistas para justificar o fracasso escolar nas áreas rurais. “O relevo atrapalha o deslocamento. As crianças cortam o caminho no meio da invernoada até com gado e atravessam o rio” (SANTOS, 1984, p. 30).

Essa publicação apresenta uma particularidade significativa para a análise aqui pretendida, quando traz *apostas*, *palpites* e *opiniões* de atores envolvidos no processo educativo, que enfrentavam em seus cotidianos a repetência e a evasão escolar especificamente no campo. Esses indicaram como causas do fracasso escolar nas áreas rurais desde elementos como a metodologia de ensino e o currículo que não atendiam às necessidades do meio rural e dos estudantes, bem como o calendário escolar que não levava em conta as particularidades das zonas rurais, até elementos geográficos como o relevo e os rios. Para ilustrar a publicação escrita por Irene dos Santos (1984), há uma fotografia de uma criança pequena montada em um cavalo, parada em frente a uma singela escola rural, observada por um grupo de estudantes, tendo como legenda um breve resumo de tudo

que foi debatido na publicação: “As dificuldades para os pequenos alunos chegarem às escolas também provoca a evasão no meio rural” (SANTOS, 1984, p. 30).

A análise desse grupo de artigos permite evidenciar que há um padrão encontrado nas páginas da *Zero Hora* sobre as razões da repetência escolar, pois independentemente dos temas gerais, as causas se repetem na pauta do periódico: a inadequação curricular e metodológica, seja nas escolas públicas da cidade, no meio rural ou no ensino noturno, juntamente com a desigualdade social associada a outros temas educacionais.

Também foram publicados artigos apresentando apenas as soluções para a problemática. Em 1990, em artigo intitulado “Nova lei ampliará prazo para educação gratuita” (1990), a professora Carmem Craidy comentou sobre a importância de os professores conhecerem seus alunos:

[...] considerando que as modernas pedagogias dizem ser o conhecimento uma interação entre alunos e professor, com eles participando da construção de seu conhecimento. Ao mesmo tempo, ressaltou a diminuição da repetência e evasão na 1ª série, em contraponto com o aumento ocorrido na 5ª série, atribuindo a melhoria do desempenho da 1ª série às iniciativas feitas nesse sentido (NOVA..., 1990, p. 39).

Aqui, a professora associou a interação entre professor e seus estudantes como uma das causas da diminuição da evasão e da repetência na 1ª série, visto que nessa fase, o professor passava mais tempo em contato com seus estudantes, fortalecendo assim o vínculo entre eles.

Em 1986, o jornal publicou um artigo intitulado “Novo método reduz a evasão e a reprovação” (1986) e noticiou que:

A evasão escolar deixou de existir e a reprovação diminuiu em dez municípios gaúchos, onde foi implantado o Método Natural de Alfabetização. A afirmação é de uma das suas idealizadoras, a professora e escritora Iselda Fell, que falou ontem sobre as experiências no seminário de alfabetização - Novas Alternativas -, que iniciou na Unisinos [Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Apesar da greve dos professores, o encontro contou com a presença de um público expressivo. O método surgiu há oito anos, através de estudos de um grupo de professores da fundação de integração, desenvolvimento e educação do nordeste do Estado (FIDENE), em Ijuí. No início eles enfrentaram o descrédito e preconceito, por se preocuparem com a vinculação da arte à ciência. Hoje, tudo mudou. O projeto deu certo, dentro da perspectiva de manter a criança na escola (NOVO..., 1986, p. 36).

Mais adiante, explicou-se o funcionamento do método:

A forma integradora ocorre em dois níveis. Verticalmente, usamos os mesmos currículos que vão ganhando aprofundamento à medida em que o aluno passa de uma série para outra e, horizontalmente, não estudamos a matemática, português e ciências, isoladamente, mas dentro da compreensão do contexto do problema social da comunidade (NOVO..., 1986, p. 36).

Esse artigo apresentou um modelo educacional que atuou na diminuição da reprovação e da evasão escolar em uma região do Rio Grande do Sul. Percebe-se que uma das formas de atuação do método concentrava-se também no currículo, que vimos ser um dos fatores mais associado às causas da repetência pela pauta da *Zero Hora*.

No início dos anos 1980, a educação pré-escolar foi apontada em dois momentos como uma possível solução para “os males crônicos do 1º grau” (MEC..., 1981, p. 39). Em 1981, sob o título “MEC vai dar maior amparo aos superdotados pobres” (1981), noticiou-se a fala do então Ministro da Educação Rubem Ludwig:

Está sendo perseguida a meta de implantação de um sistema nacional de pré-escolar com ampla repercussão nos demais níveis de ensino. Seu objetivo principal é a correção preventiva dos males crônicos do 1º grau: a evasão e a repetência. Sua implantação irá preencher o grande espaço vazio do sistema educacional brasileiro que é a quase total ausência da pré-escola, com uma clientela potencial de 24 milhões de crianças, das quais menos de dois milhões estão sendo atendidas e mesmo assim com a participação quase exclusiva da iniciativa particular (MEC..., 1981, p. 39).

Nesse artigo foram apresentadas questões importantes, como a necessidade de implementação da pré-escola no Brasil naquele momento histórico, além de citar o número de 24 milhões de crianças que potencialmente seriam beneficiadas com essa criação, além da atuação da iniciativa privada no setor educacional discutida ali. A implementação da pré-escola é tida nesse caso como uma forma de diminuir a incidência de evasão e da repetência no 1º Grau, sendo assim, uma solução indicada para a ocorrência dos fenômenos.

Em 1982, em uma entrevista com a ministra da educação, Esther de Figueiredo, perguntou-se sobre o que estava previsto para incentivar a educação pré-escolar e a ministra respondeu:

Está confirmado que a idade de sete anos é muito tardia para o início da escolarização e do ensino obrigatório. Quanto mais cedo a criança ingressar na escola, maiores as possibilidades [d]e evitar a evasão escolar. O MEC pretende implementar, na medida do possível o ingresso na pré-escola, através de uma série de medidas que serão divulgadas o ano que vem (ESCASSEZ..., 1982, p. 30).

Nos dois artigos mencionados acima, a implementação da pré-escola figura como uma solução para a repetência e para a evasão escolar no 1º Grau. No artigo de 1982, diz-se que quanto mais cedo a criança ingressar na escola, maiores serão as possibilidades de evitar a evasão e, em 1981, a sua implementação é descrita como uma prevenção corretiva dos males crônicos aqui já mencionados.

Considerações Finais

O debate sobre a reprovação, a evasão e a repetência escolar foi recorrente na pauta da *Zero Hora* em todo o período analisado. A principal incidência de publicações sobre as temáticas as tratava simplesmente como fenômenos educacionais que precisavam ser combatidos. A discussão sobre a repetência alterou-se com o passar das décadas, já que, nos primeiros anos analisados, o teor das publicações indicava a alta dos índices da mesma e, nos últimos anos, foi representado como um fenômeno em queda, associado à implantação do ensino por ciclos em Porto Alegre.

As principais causas apontadas para a repetência foram as desigualdades sociais e a inadequação curricular e metodológica nas escolas, redes e sistemas de ensino. Os motivos foram apresentados em duas categorias de publicações: quando se tratou da repetência como um fenômeno educacional geral e quando se noticiou sobre contextos específicos, como pode ser visto nos artigos sobre o ensino rural e o ensino noturno, aos quais a repetência foi acrescentada apenas como um entre muitos dos problemas existentes.

As soluções para a repetência escolar foram diversas e constantemente referidas na pauta da *Zero Hora*. Interagindo com uma das principais causas identificadas para esse problema educacional, a inadequação curricular e metodológica, somada à proposta de implementação da pré-escola e de outros elementos como a interação entre estudantes e professores, o desenvolvimento de métodos de ensino específicos, a flexibilização dos calendários escolares, a criação dos ciclos de formação e a distribuição de vale-transporte figuraram como possíveis soluções para uma problemática que se fez presente em todo o período analisado.

Referências

- A EDUCAÇÃO revalorizada. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 22, 11 out. 1995
- ALTA repetência torna a educação muito cara. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 40, 23 out. 1984.
- ACUSAÇÕES dominam debate na TVCOM. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 12, 13 out. 2000.
- A NOVA reforma do ensino. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 2, 27 out. 1990.
- AS MUDANÇAS no ensino de 2º grau. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 2, 30 out. 1986.
- CASTRO, Thaís Carvas Farias de. Última Hora: Um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo populista. 2014. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CICLOS de formação. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 19, 31 out. 2000.
- CURRÍCULO escolar inadequado causa evasão de alunos. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 37, 14 out. 1989.
- EDUCAR para a plenitude. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 9, 16 out. 1983.
- ESCASSEZ de recursos não afetará os programas prioritários do MEC. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 30, 16 out. 1982.
- JUSTINO, Guilherme Jancowski de Avila. **Aproximações e afastamentos entre conglomerados de comunicações no Rio Grande do Sul**: estratégias empresariais do grupo RBS. 2020. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- LUCA, Tania Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153
- MEC vai dar maior amparo aos superdotados pobres. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 39, 22 out. 1981.
- MENOR carente, um problema econômico em primeiro lugar. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 23, 14 out. 1979.
- NÃO está morto quem peleia. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 17. 12 out. 1999.
- NOVA lei ampliará prazo para educação gratuita. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 39. 14 out. 1990.
- NOVO método reduz a evasão e a reprovação. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 36, 24 out. 1986.

TRINDADE, Cláudia Bromirsky. **Comunicação**: a campanha institucional dos 40 anos do jornal Zero Hora uma leitura semiológica. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ORGULHO de professor. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 19, 15 out. 1997.

OS NÚMEROS dramáticos da educação. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 2, 14 out. 1985.

PRIORIDADE à educação. **Zero Hora**. Porto Alegre, p. 2, 15 out. 1992.

VENCENDO a evasão. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 3, 10 out. 1999.

PARA a criança, nem sempre o brinquedo é o melhor presente. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 23, 14 out. 1979.

SANTOS, Irene. Educação no interior vai mal. Evasão chega a 15%. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 30, 14 out. 1984.

SEC estuda alternativas para o 2º grau noturno. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 37, 03 out. 1985.

UMA PERDA inadmissível. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 18, 12 out. 1998.

A repetência escolar no *Correio Braziliense* (1960-1991): uma análise das interpretações nas páginas do jornal

MATEUS SARAIVA

Muita coisa pesquisada e revelada indicando que há muito verbo e pouca verba na implantação da tão decantada reforma do ensino [...] A falta de pessoal técnico influi bastante na qualidade de ensino ensejando o problema da repetência e evasão escolar, motivando o déficit de sala de aula e prejudicando a imagem do ensino na Capital (ENSINO..., 1972a, p. 3)

Introdução

Em janeiro de 2021, em plena pandemia do Covid-19, o jornal *Correio Braziliense* anunciava em letras garrafais que “8 milhões de estudantes brasileiros têm fracasso escolar: tríade formada por reprovação, abandono escolar e distorção idade-série, impacta milhares de indígenas e negros” (SOUZA, 2021). A matéria, que divulgava estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em seu conteúdo fazia jus ao título, colocando em foco a cultura do que denomina como “fracasso escolar”, com destaque às desigualdades, às altas taxas de reprovação e ao abandono. Este estudo vai demonstrar que tal situação, apesar de crítica, está longe de ser surpreendente. Como é demonstrado neste e nos demais capítulos que compõem o livro, essa questão não era específica de Brasília, cidade sede do periódico sob análise. Esse foi um diagnóstico presente e persistente nos jornais quando se trata de escolarização brasileira.

Em tema que não era restrito aos jornais, há referências importantes no campo acadêmico que servem de base aos escritos dos periódicos e a este estudo. Ao analisar a repetência como fenômeno escolar, o clássico texto de Sérgio Costa Ribeiro (1990) – além de focar a maneira falha como as estatísticas vinham sendo realizadas – apontava a existência de

uma cultura da reprovação no sistema educacional consolidada entre 1940 e 1990, período em que já temos estatísticas suficientes para tal monitoramento (GIL, 2018). Nesse ínterim, em termos de eficiência no sistema de ensino básico, houve aumento da cobertura, passando de 65% para 93%, contudo, a repetência diminuiu apenas 6%, permanecendo acima dos 50% (RIBEIRO, 1991). Nos últimos anos, ocorreu uma alteração de tais números. De 1990 até 2022, decresceram os índices que diagnosticam o baixo rendimento escolar. Se ainda são altos na comparação com outros países (PARA EDUCADORES..., 2020), é significativa a melhora das taxas: a aprovação que, em 1982, era de 45,3% na 1ª série do 1º Grau (RIBEIRO, 1991); em 2019, foi de 98,5% no 1º ano do Ensino Fundamental (INEP, 2019).

Tal melhora dos índices não foi espontânea. A diminuição da taxa de reprovação foi pauta dos que assumiram o governo federal e dos entes federativos no pós-1988, levando à construção de políticas públicas. O combate à reprovação é elemento implícito da composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e explícito das estratégias de dois PNE (BRASIL, 2001; BRASIL, 2014). T tamanha centralidade torna a repetência fundante no entendimento da escola brasileira, bem como um conceito significativo para subsidiar a análise das políticas públicas.

Reinhart Koselleck (2006) destaca a importância de conceitos para a análise a partir do espaço de experiência e dos horizontes de expectativa. Para ele, a experiência “é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Transmitida por gerações, a experiência de cada um está contida e conservada na experiência alheia. A expectativa, por sua vez, também é ligada à pessoa e ao interpessoal e se realiza no hoje carregando em si “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

A relação com o futuro se atrela ao passado. Contudo, há de se ter cuidado, pois, apesar da aproximação, esses não são conceitos simétricos complementares. Segundo o autor:

Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Entendo que analisar a repetência levando em conta essa perspectiva ajuda na compreensão das relações estabelecidas. Em que pese a mudança nas taxas apresentadas nos últimos anos, a presença de tais números conforma uma dimensão da qualidade do sistema educacional, constituindo, assim, um espaço de experiência que traz à tona uma tendência à naturalização da exclusão que ocorre na escola. Identificar os argumentos que compõem esse espaço de experiência permite delinear expectativas futuras. Afinal, essa exclusão acontece na escola, mas qual a responsabilidade das instituições nesse processo? Se há responsabilidade, quais são as ações mobilizadas nos argumentos para o enfrentamento do problema?

Tendo tais problematizações como subsídio, na análise, procurei responder à questão: - Quais são as relações feitas com a palavra repetência no jornal *Correio Braziliense*? Movido por tal pergunta, neste capítulo analisei as relações estabelecidas entre o termo e a política educacional, identificando usos, disputas e perspectiva dos diferentes atores sociais, no intervalo compreendido entre 1960 e 1991, em textos do jornal *Correio Braziliense*.

Em seguida, trato do jornal e, de forma muito breve, dos procedimentos metodológicos¹ para, posteriormente, desenvolver a análise.

O Correio Braziliense

Se nos primórdios do século XX os jornais eram olhados com certa desconfiança na pesquisa histórica por não serem considerados “fidedignos” à história factual, a partir dos 1930 eles são ressignificados, tornando-se fontes importantes na compreensão das questões de cada tempo. Ao utilizá-los é preciso atentar a quem se direcionam e quais os interesses envolvidos – com tais cuidados, qualifica-se a sua análise como objeto histórico e fonte historiográfica (LUCA, 2021).

Nesse sentido, é importante situar que o *Correio Braziliense* é o primeiro jornal de Brasília, nascido junto com a nova capital federal em 21 de abril de 1960. Sua fundação foi uma promessa de Assis Chateaubriand a Juscelino Kubitschek, que ante à magnitude do empreendimento, registraria o nascimento da cidade em uma publicação dos Diários Associados. O novo jornal se tornaria o principal diário impresso da cadeia de Assis Chateaubriand (BIROLI, s.d.).

Como principal publicação da cidade, houve ampliação do número de exemplares ao longo de sua história. Segundo Flávia Biroli (s.d.):

1 A maneira como foi realizada a busca dos artigos está descrita com maior detalhamento na introdução do livro.

A tiragem aumentou em paralelo com a cidade, em 1963 era 1.500 exemplares, 24.500 exemplares em 1969, nos 1980 ultrapassou os 30 mil exemplares diários, e, em 2008, a circulação média diária chegou a 53 mil exemplares, atingindo uma média de 92 mil exemplares aos domingos. O Correio Braziliense consolidou assim sua posição como o principal jornal de Brasília, tornou-se o diário de maior circulação do Centro-Oeste e passou a figurar entre os 20 jornais diários de maior circulação do Brasil (adaptado de BIROLI, Flávia, no verbete do Correio Braziliense, FGV/CPDOC).

As pautas do jornal buscavam uma identidade que oscilou entre o caráter local, o nacional e o internacional. Para dialogar com o público leitor, marcado pelo grande número de servidores públicos oriundos de diferentes regiões do Brasil, o diário era composto por uma estrutura editorial de doze páginas e dois cadernos. Mesmo nos finais de semana, era um caderno único com cerca de 14 páginas.

Conforme foi adensando o seu conteúdo, dentre as singularidades, foram frequentes os cadernos que propagandeavam “boas políticas” implementadas em diferentes estados e municípios. O corpo do jornal almejava contemplar assuntos referentes a diferentes regiões do Brasil. Isso provavelmente decorre da importância estratégica de circular informações dessas localidades em Brasília, bem como de aproximar o público leitor, pessoas que – principalmente nos primeiros anos – não eram naturais da cidade de Brasília. Por essas características da linha editorial, os textos selecionados à análise neste capítulo contemplam diferentes localidades brasileiras.

Procedimentos metodológicos

Conforme destacado na introdução, na leitura do jornal foi utilizado como critério de busca a palavra repetência, considerando um período de 30 anos. Desta maneira, encontrei registros - compilados e tabulados no *Microsoft Excel* - considerando como variáveis a data, o título, o autor, a edição, a descrição da reportagem, o link e dois códigos associados. Ao categorizar os códigos, observei que, conforme foram avançando as décadas, havia maior número de conexões e de assuntos correlatos.

O aumento do número de páginas e conseqüentemente do conteúdo veiculado no jornal, bem como uma possível centralidade da temática, são explicações possíveis para um maior número de escritos que tratam da repetência no recorte temporal escolhido. No Quadro 1, é possível observar um crescimento considerável da menção e das conexões com o termo repetência na comparação entre 1960 e 1980.

Quadro 1 – Período, número de ocorrências e assuntos relacionados à palavra repetência no jornal *Correio Braziliense*

Período	Número de ocorrências	Assuntos
1960 – 1970	13	Merenda/Alimentação, Carência/Desigualdade
1971 – 1980	84	Merenda/Alimentação, Carência/Desigualdade, Políticas Sociais, Políticas Regionais, Programas/Escolas diferenciadas, Pré-Escola
1981 – 1990	175	Merenda/Alimentação, Carência/Desigualdade, Políticas Sociais, Gestão/Custo, Greve, Participação, Reformulação currículo/metodologia, Programas/Escolas diferenciadas, promoção automática.

Fonte: organizado pelo autor a partir de notícias do jornal *Correio Braziliense*

Na definição de códigos relacionados, importante ressaltar que há, dentre as notícias, aquelas que citam a repetência, mas não a problematizam. Com esse sentido, destaco trecho de uma reportagem que divulga um estudo sobre Goiás:

[...] a repetência se avolumou gradativamente, registrando-se em 1970 mais de setenta e três mil crianças repetindo o ano, número que subiu para quase setenta e nove mil no ano seguinte (1971) e já atingiu em 1972, oitenta e sete mil alunos inscritos para o ano letivo então pesquisado (ENSINO..., 1972b, p. 34).

O estudo ao qual o jornal se referia provavelmente trazia uma crítica, mas o caráter informativo da reportagem não permitiu a categorização. Tal uso, que nomina a repetência, mas não a problematiza, não foi uma exceção; pelo contrário, foi uma abordagem realizada em 47 menções. Todavia, na maioria das notícias existe um aprofundamento que permite a integração em algum tema. Elas foram escopo deste estudo.

Feita a busca e a revisão inicial, procurei a definição que aproximasse os códigos. Desta análise, delimito três grupos de argumentos principais:

1. a repetência como indicador social – as notícias tratam a repetência como parte integrante do estado geral da negação de direitos. Apontam a repetência como um dentre vários elementos que são parte de um diagnóstico maior, geralmente relacionado à pobreza;
2. a repetência como indicador da qualidade da escola – neste grupo a repetência é um problema, mas as soluções são intraescolares.

- Aqui, os textos se debruçam sobre a necessidade de melhor formação docente e qualificação da infraestrutura e recursos;
3. a repetência como argumento na disputa – por fim, há um subgrupo de notícias que assume a disputa pelo projeto de educação e utiliza a repetência como elemento para justificar uma posição no debate. Geralmente, ela é um elemento na construção de argumento que justifica uma ação em relação às políticas educacionais.

Feitos os esclarecimentos iniciais, abro a parte dos excertos apresentando a “repetência como indicador social” para, na sequência, tratar da “repetência como elemento diagnóstico da qualidade da escola” e, por fim, “a repetência como argumento da disputa”.

Repetência como indicador social

Neste agrupamento de notícias, a repetência está associada à pobreza, sendo eventualmente justificativa para políticas intersetoriais. Ora surge como menção de um diagnóstico geral, ora como consequência das iniquidades socioeconômicas - algo solucionável com maior gasto em políticas garantidoras dos demais direitos sociais.

Muitas vezes com foco local, a repetência é entendida como elemento de uma crítica geral para as desigualdades históricas e a solução seria o enfrentamento da situação. Nesse agrupamento de textos, há uma naturalização da ideia de fracasso escolar como consequência da situação social e, em boa parte deles, é feita a repercussão da agenda do governo e das dificuldades para a implementação das políticas formuladas.

Ao tratar da Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), a universalização do 1º Grau passa a fazer parte da pauta do jornal e os porquês para que ela não ocorra passam a constar em reportagens:

Os motivos continuam os mesmos: evasão, repetência, saúde e pobreza. Nem sempre, naturalmente, eles acontecem isoladamente: evasão, saúde e pobreza, apresentam índices altíssimos de interpenetração – e mesmo a repetência não pode ser totalmente creditada ao desinteresse dos alunos ou às deficiências de escolas e professores (PRIMÁRIO..., 1974, p. 70).

A problemática da universalização da escola a coloca como interdependente das demais políticas sociais. Esse foi um enfoque recorrente no jornal que atravessou as décadas sob análise. Anos depois, ao tratar das carências, o colunista Pedro do Coutto (1985), articulista frequente na década de 1980, destacava que o então Ministro Waldir Pires anunciou a reformulação da política do menor, ressaltando que:

Da ausência de uma política integrada nesse setor fundamental decorrem a subnutrição, a marginalização, a vulnerabilidade às doenças, a repetência no ensino, a própria mortalidade infantil, entre outras consequências profundamente negativas (COUTTO, 1985, p. 2).

O mesmo entendimento consta na coluna de outro autor com destaque no período da redemocratização – Arnaldo Niskier (1989, p. 11) alegava que: “O Brasil tem uma ostensiva dívida social com as suas populações de baixa renda. Faltam escolas e, nas existentes, há elevadas taxas de evasão, repetência e distorção idade-série”. Nesta perspectiva, que assume a desigualdade social como causa principal da repetência, a fome era uma dificuldade a ser enfrentada. Ainda na década de 1960, o Superintendente da Campanha Nacional da Merenda Escolar argumentava que:

Em cada dez crianças matriculadas nas escolas primárias duas vão à aula em completo jejum e apenas uma toma refeição completa, sendo esse estado de subnutrição responsável pelos elevados índices de repetência e as baixas médias de frequência e aproveitamento escolar (ANÍSIO..., 1965, p. 3).

A fome foi um problema recorrente e motivo elencado para a repetência nas diferentes décadas:

[...] o Governador afirma que os fenômenos de repetência, evasão e outros são consequência de alimentação deficitária do aluno prejudicando-lhe, inclusive, as condições de aprendizagem (EDUCAÇÃO..., 1977, p. 12).

No caso do Nordeste, a situação é mais grave, imensa é a evasão escolar, imensa a repetência no primeiro ciclo e, na adolescência, metade dos alistados são recusados pelo serviço militar devido a deficiências graves causadas pela subnutrição na infância (SARNEY..., 1985, p. 7).

Em várias escolas de Samambaia, existe o chamado turno da fome (FOME..., 1990, p. 24).

A se ressaltar a unidade no enfoque dos diferentes indivíduos políticos nas distintas décadas sob análise, independentemente do espaço de poder que ocupavam. O primeiro trecho, ainda em 1965, repercute pronunciamento de um deputado de Goiás; o segundo, destaca a fala do Governador do Distrito Federal; o terceiro, apresenta a avaliação do presidente José Sarney, quando este lançava o Programa de Suplementação Alimentar e o quarto, traz uma crítica geral do representante do Sinpro-DF sobre a educação no município de Samambaia do Sul. Diferentes vozes, um excerto por década, cada olhar debruçado sobre uma localidade distinta. O que os une? A associação entre fome e repetência. Esse foi um

assunto que não saiu da pauta do jornal e aparentemente foi elemento explicativo para as dificuldades no processo de universalização da escola.

Esse reconhecimento da associação entre fome e retenção dos alunos, todavia, não implicou em uma mudança de paradigma da reprovação como instrumento intraescolar da reprodução da desigualdade. Mesmo havendo um bom número de textos que encontram justificativas extraescolares para essa reprovação, há caráter informativo nas notícias sobre o uso da repetência como instrumento repressivo aos alunos e alunas matriculados em instituições educativas. Ao tratar do crédito educativo na Educação Superior, o jornal aponta que “tais empréstimos se estenderam pelo número de anos dos respectivos cursos, com um ano de tolerância no caso de repetência, e um ano de carência depois de formado” (CRÉDITO..., 1975, p. 5). Ao abordar o processo de matrículas na rede de ensino do Distrito Federal, uma notícia traz que:

Nos dois turnos do 1º grau, não será efetuada e nem renovada a matrícula para alunos birrepentes na série, com 14 anos completos ou a completar até o dia anterior do início do ano letivo, exceto para a 8ª série, a critério da escola, sendo que, para efeito de matrícula, a evasão ou desistência será considerada como repetência (AS EXIGÊNCIAS..., 1984, p. 18).

Ainda que textos do jornal associem a repetência a outras mazelas sociais, um processo de marginalização segue operando justamente sobre aqueles que não progridem na vida escolar, ou seja, os processos intraescolares reafirmam a exclusão social. Isso ocorre nos diferentes níveis de ensino: tanto pelo corte de financiamento aos estudantes na educação superior, como pela impossibilidade de rematrícula no 1º Grau. A reprovação não é assumida como um problema em si, pois o desenho das políticas de permanência acaba por legitimar uma estrutura excludente, cujas dificuldades são reconhecidas nos próprios textos do jornal.

Esse é um ponto que leva à reflexão a respeito da escola, abrindo espaço ao próximo subcapítulo. Um grupo de textos que destacam que as dificuldades não estão apenas do lado de fora da escola. Há inclusive maior número de notícias que se debruçam sobre os fatores intraescolares do que o contrário. Justamente por isso, o olhar que – até aqui – incidiu sobre fatores extraescolares, no próximo tópico vai ser voltado aos processos internos das instituições.

Repetência como indicador da qualidade da escola

Neste subcapítulo, selecionei notícias que carregam a compreensão de que, ainda que exista necessidade de ampliação das demais políticas

sociais, a repetência é um problema escolar. Sendo assim, os textos selecionados dão destaque a aspectos como políticas de formação de professores, reformas na infraestrutura das escolas, redesenho curricular e necessidade de ampliação de recursos.

Algumas notícias ficam em um ponto limítrofe entre a repetência como questão social e a repetência como questão escolar. Dentre elas, uma entrevista com a Secretária de Educação do Distrito Federal desperta curiosidade. Ela indaga se a responsabilidade pode ser atribuída a alguma patologia dos alunos e destaca que, em seu entendimento, não. Os problemas seriam estruturais e sistemáticos:

“Seriam nossas crianças portadores de debilidade mental acima do limite máximo estipulado pela OMS?” indaga a secretária, acrescentando, de forma contundente, que o fenômeno da repetição tem por causa deficiências estruturais no próprio sistema de educação (OS ALUNOS..., 1989, p. 16).

A postura crítica da secretária, novamente, não levou à problematização da ideia de repetência. Esse, contudo, não foi completamente ignorado, sendo um ponto presente no debate ao se pensar a construção de políticas. Ainda na década de 1960, a jornalista belga e professora da Universidade de Brasília (UNB), Yvonne Jean (1964, p. 7), apontava em sua coluna: “Espero que os modernos rumos do ensino acabem com a repetência devida à falta de média, substituindo a atual promoção por classificação por um tipo de promoção automática” (O ENSINO..., 1964, p. 7).

Da ideia à ação, a promoção automática foi discutida em diferentes estados e municípios, em especial nos anos 1980. Políticas com essa concepção foram implementadas em estados como Goiás, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo divulgadas nas páginas do diário impresso. No entanto, o enfrentamento da repetência como instrumento escolar não ganhou *status* de política nacional. O Ministro da Educação entre 1974 e 1978, Ney Braga era crítico em relação a tais ações, alegando que:

A promoção automática do 1º para o 2º ano do 1º Grau, proposta pela Secretaria de Educação do Estado do Rio, não foi considerada viável pelo Ministro Ney Braga, que, ao analisá-la, disse que é preferível os professores envidarem maiores esforços no sentido de alfabetizar satisfatoriamente as crianças, ao invés de procurarem aparentes soluções [...]. Na opinião do titular da Educação, que enfatizou estar falando apenas como um interessado e não como especialista em educação, a promoção automática dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental significa uma solução paliativa para um problema tão grave como a repetência e a evasão (MEC..., 1976, p. 5).

Como ação necessária ao combate à repetência, propunha-se o enfrentamento às escolas com organizações “insuficientes”, seja com maior esforço dos profissionais, como defendido pelo ministro, ou com a reestruturação das instituições.

Dentre as sugestões apresentadas está o fechamento de escolas, com a eliminação das escolas que ofertavam apenas a 1ª série do 1º Grau:

Entre as medidas que o MEC vai adotar para solucionar o problema está o da eliminação, a conselho do Departamento de Ensino Fundamental, das escolas de apenas uma série ainda existentes em muitos lugares do interior do país (MELHORIA..., 1974, p. 10).

Esse foi um argumento recorrente. Ao tratar da situação na Bahia, a notícia faz a denúncia com números:

[...] destes 628 mil [alunos] somente chegam à segunda série do 1º Grau cerca de 185 mil por causa da repetência e da evasão, mas, principalmente, por um fato estarrecedor que é a grande quantidade de escolas de uma sala só e de um só professor. Neste caso, grande contingente de estudantes não chega à segunda série pelo simples fato de não encontrar esta segunda série para se matricular (MUNICÍPIOS..., 1975, p. 8).

Ao assumirem essa perspectiva, há um enfoque nas “ausências” de escolas localizados no campo e que, muito provavelmente, adotam uma organização alternativa à seriação. Nesse sentido, fica a reafirmação de uma concepção, com destaque às carências das escolas denominadas como rurais: “[...] a ampliação do atendimento de 5ª e 6ª série do 1º grau, nas localidades rurais se faz necessário, porque aí se verificam menores taxas de escolaridade, os maiores índices de evasão e repetência” (ZONA..., 1983, p. 13).

Tal diagnóstico, que ora ganha destaque e ora é ignorado, abrange diferentes regiões do Brasil, o que leva a abordagens pontuais e esporádicas – o tema, assim, não ganha profundidade, ficando a marca de certo caráter anedotário de estados e municípios. Ainda assim, há uma recorrência: a diferença entre as regiões, com a reificação de alguns estereótipos. Às escolas do Norte e do Nordeste, o destaque também é dado às carências, eventualmente enfocando ações locais de enfrentamento, ressaltando as dificuldades e as eventuais soluções.

Na notícia intitulada “Amenizando os efeitos da seca” (1987), ao tratar da fome como problema, enfatiza-se a política de alimentação em Pernambuco como responsabilidade da escola. O enfoque é para

1 milhão e 300 mil crianças, na faixa de sete a 14 anos, distribuídas em mais de 10 mil escolas [...] a receberem a merenda diariamente. Para a maioria delas a alimentação gratuita se constitui na motivação principal de sua presença na sala de aula (AMENIZANDO..., 1987, p. 30).

Outro exemplo é a referência às boas iniciativas do Governo do Piauí, por meio dos resultados do “Projeto Vencer”, apontando que:

Houve considerável redução nos índices de repetência e evasão escolar, pontos considerados fundamentais entre as metas pré-fixadas. O “Vencer” propiciou melhoria no ensino e a conseqüente evolução no aproveitamento nas demais séries do primeiro grau, através do treinamento e aperfeiçoamento das equipes de professores e técnicos do ensino, além de todas as escolas terem sido reequipadas (NO PIAUÍ..., 1986, p. 40).

A repetência torna-se indicador das diferenças entre as localidades, apontando também a necessidade de maior qualificação docente. Desde os primeiros registros, estava posta a demanda de formação para os professores como elemento importante para enfrentar a repetência: “O Estado [de Goiás] está realizando trinta e dois cursos para professores de primeira série capacitando para diminuir o índice de repetência e de evasão escolar” (GOIÁS..., 1969, p. 15).

A crítica à formação docente perpassou o tempo. Quase 20 anos depois, estudos acadêmicos, como os da PUC de São Paulo, corroboravam com essa afirmação, dando destaque às insuficiências das escolas normais:

Os professores do pré-escolar, de primeira à quarta séries são mal qualificados, o que incide diretamente na baixa qualidade do ensino, e nas taxas de evasão escolar e repetência [...] o fracasso da escola é atribuído ao fracasso da escola normal, que não tem conseguido formar professores capazes de proceder às alterações necessárias na organização escolar (ENCONTRO..., 1988, p. 13).

Diante das dificuldades, algumas soluções são semelhantes às contemporâneas. Há reportagens que enfocam as novas tecnologias como possíveis soluções às dificuldades enfrentadas. Em 1978, o Ministério anunciou o dispêndio de

Cr\$ 30 milhões no emprego de novas técnicas educacionais para a 1ª e 2ª séries do 1º Grau [...] envolvendo aproximadamente 18 mil professores, técnicos e especialistas da educação, o projeto prioritário [...] prevê a adoção de uma série de modelos, materiais didáticos, métodos e técnicas que, intensificando e tornando mais rápido o processo de aprendizagem, beneficiará diretamente 1 milhão, 351 mil e 816 alunos (MEC..., 1978, p. 6).

O Ministro da Educação do Governo Sarney, Aloísio Sotero, ressaltava o incremento dos computadores como solução ao problema:

[...] melhoria do ensino, evasão, repetência [...]. E não se pode esperar a solução de uma, para, depois, abordar a solução de outra questão. O computador, a se ver, é importante instrumento de reforço de alfabetização; no desenvolvimento de atividades cognitivas; e na resolução de exercícios de fixação (MEC..., 1985, p. 6).

A televisão e o rádio eram igualmente apresentados como tecnologias salvíficas, quando utilizadas em paralelo com o material impresso:

Como parte de uma ampla programação de cooperação mútua, em todos os campos da Educação e da Cultura, um projeto de supletivo de 1º grau a ser implantado em todo o Brasil, a partir do segundo semestre deste ano, envolvendo o uso de TV, rádio e materiais impressos, pelas Fundações Roberto Marinho e Universidade de Brasília, deverá beneficiar uma clientela potencial de 5.000.000 de jovens carentes, que não iniciaram ou não puderam concluir a escolaridade de 1º grau (NO AR..., 1980, p. 22).

O uso da tecnologia, a emulação de soluções locais para todo o país e a crítica aos profissionais docentes como soluções possíveis à repetência têm ares de contemporaneidade. A atualidade de tais “soluções” à escola abre espaço ao próximo subcapítulo: a disputa pelo projeto de educação. Da mesma maneira que as Fundações Roberto Marinho procuravam ocupar um espaço na educação escolar pública nos 1980, grupos sociais organizados travavam batalhas pelo projeto da educação. No próximo tópico, apresentarei novos excertos a fim de aprofundar essa análise.

A repetência como argumento da disputa

O foco neste agrupamento de notícias é a disputa pelo projeto da educação. Uma espécie de subtema dos primeiros pontos da análise em que, como critério de seleção, uni excertos de disputas da sociedade que compuseram um espaço de experiência, ganhando força nos anos seguintes. O olhar do presente permite observar pistas de um horizonte de expectativas que se consolidou: os usos, as justificativas e as alternativas dadas nas relações estabelecidas com o termo repetência já permitiam observar alguns argumentos que persistiram na agenda da política educacional nas décadas seguintes. Notadamente, a disputa pelo financiamento, a influência de agentes externos e o embate pelo currículo.

Começo com o destaque ao financiamento da educação. Em alegação recorrente a partir dos 1990 a fim de mascarar a falta de recursos, enfoca-se um falso embate entre educação superior e educação básica. Ao justificar a prática do jubramento, o Reitor da UNB se apegava à reprovação como controle social e à diferença de gasto na comparação realizada entre o aluno universitário e o do 1º Grau. José Carlos de Azevedo argumentava que

sobre a justiça do jubramento, evidentemente ele é justo. Observem que na rede de 1º Grau, no Brasil inteiro os índices de repetência e de evasão são assustadores [...] neste país de estatísticas tão escassas [...] o aluno da universidade custa [...] 29 vezes mais que o aluno do 1º Grau (A UNIVERSIDADE..., 1980, p. 48).

A linha utilitarista na análise da política educacional também traz, em paralelo, notícias que abordam o estrangulamento do desenvolvimento do país devido à falta de qualidade na educação. Nessa perspectiva, em entrevista ao jornal, Ana Maria Mendonça apontava que uma boa gestão da educação poderia ser um elemento a solucionar os demais problemas:

Ao lado da evasão encontra-se a repetência. Seus custos financeiros são facilmente mensuráveis, mas o que não se pode calcular são os pesadíssimos custos sociais decorrentes. Agora as suas causas, ligam-se a fatores internos e externos ao sistema escolar (EDUCAÇÃO..., 1979, p. 39).

O presidente da Empresa Brasileira de Turismo, logo após citar a repetência como problema a ser enfrentado, segue o mesmo argumento ao afirmar que “descreve-se, dessa maneira, [...] uma relativa dispersão de investimentos que comprometeu a eficiência da ação governamental, conduzindo a uma não otimização dos recursos públicos” (O APARENTE..., 1979, p. 9).

O argumento de que o problema é de gestão e não de recursos não perde força e, dentre os atores sociais promotores dessa racionalidade instrumental, estão as agências externas multilaterais. A articulista Yvonne Jean (1964, p. 7) destaca o papel explicativo de estudos da Unesco para a compreensão dos problemas escolares:

A repetência é o primeiro dos problemas a enfrentar pelos educadores de toda a América Latina. Mas, como tão bem o demonstram os educadores aqui reunidos para participar de um congresso educacional da UNESCO a razão principal da repetência resume-se numa só palavra “miséria”. Quando conseguirmos acabar com a fome, doença e responsabilidades prematuras – aberrações quando se

trata de crianças – a palavra “repetência” terá deixado de ser um leitmotiv em nossa América.

O papel de órgãos externos foi alçando protagonismo nas páginas do periódico. Nos 1980, o jornal divulgava o empréstimo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a implementação de políticas:

[...] técnicos do Ministério da Educação iniciaram esta semana negociações com assessores do BIRD (Banco Mundial) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) [...]. Desde já as secretarias de educação dos estados nordestinos estão trabalhando no diagnóstico das necessidades daquela região onde o índice de analfabetismo na zona rural é o maior do país. O Nordeste também convive com um grande número de professores leigos que não têm sequer o 1º Grau, fato que agrava os problemas de evasão e repetência evidenciados no Nordeste (MEC..., 1987, p. 6).

Se os órgãos externos foram valorizados, o mesmo não pode ser dito em relação aos profissionais da educação, afinal a repetência não era controle social apenas aos alunos, mas também aos professores. Ao tratar das greves, os textos destacavam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes devido à greve docente:

As crianças que estudam nas escolas públicas não aguentam mais ficar em casa sem ter o que fazer. Elas estão cansadas de somente brincar e querem voltar a ter aulas. Além disso, a garotada está com medo de perder o ano e as férias. O fantasma da repetência está aparecendo com frequência nos sonhos das crianças e já começam a virar pesadelos (MEDO..., 1987, p. 18).

Nem mesmo no Dia do Professor as notas são favoráveis aos profissionais. Em tempos de hiperinflação e arrocho salarial, no final dos anos 1980, ao destacar a negociação realizada com o sindicato devido a uma greve em Rondônia, o jornal apontava que seria a manutenção da paralisação a responsável por levar à repetência em massa:

O abono de 61 por cento que o Governo concedeu esta semana a todos os servidores não pôs fim à greve dos professores estaduais e municipais. As entidades que congregam o professorado têm uma justificativa para não ceder. O Abono dado agora pode ser tornado sem efeito a qualquer momento. A paralisação nas escolas do estado já avança para o segundo mês, ameaçando de repetência todos os alunos da Rede Oficial de Ensino (NOTAS..., 1988, p. 12).

Ou seja, a ausência de rotina escolar levaria à “inevitável” retenção do alunado. Para o jornal, mesmo diante da baixa remuneração docente, há uma condenação à mobilização promovida pelo professorado. O destaque aqui, além da contradição de valorizar a educação sem fazer o mesmo em relação aos seus profissionais, vai à falta de reflexão, pelo menos em um contexto de exceção, que permitisse não ter a reprovação como instrumento.

A defesa da ideia de reprovar não teve uma linearidade no jornal. Houve disputa entre os que defendiam o seu fim e a sua manutenção. Se no tópico anterior apontei ideias de promoção automática em meados dos 1960, nove anos depois, em texto extremamente crítico ao método global, intitulado “Ensino Carente” (1974), há loas à ideia de reter alunos. Ainda que implícito, o elogio a um ensino mais “rígido” subsidia uma crítica que aponta a necessidade de

um reexame do método de ensino, não há como negar. É comum verem-se crianças que, já sabendo ler algumas páginas de suas cartilhas, não conseguem escrever uma só palavra. Outras escrevem o nome com dificuldade e, ao final do ano letivo, enquanto uns se destacam por um excelente aprendizado, outros – a maioria – vão ficando marginalizados, obtendo uma educação bastante precária que virá a refletir-se, negativamente ao longo do currículo escolar (ENSINO..., 1974, p. 4).

Além disso, vez ou outra há um certo encantamento com lógicas autoritárias. Mesmo em contexto de redemocratização, essa perspectiva integrou o conteúdo do jornal. Em notícia intitulada “PM boa praça conquista escola e é reconhecido” (1989), há um elogio à presença de um policial militar defronte à escola. Segundo o texto, ao expulsar os “indesejáveis”, ele foi responsável por restaurar a ordem no colégio:

A presença de Dalberto [nome do policial] na entrada da escola, afirma a diretora, não só deu mais segurança à comunidade escolar como alterou o comportamento dos estudantes. “Essa escola era famosa, cheia de marginais. Há cinco anos ninguém queria ser diretor aqui. Hoje nós não temos nem mesmo o aluno fujão, que escapa das duas últimas aulas e provoca muita repetência” (PM..., 1989, p. 24).

Essa foi uma notícia simbólica de uma lógica que perseverou: expressiva de um processo de exclusão em nome da excelência escolar. Contudo, é importante ressaltar que o espaço de experiência não foi composto apenas de autoritarismo, influência de agentes externos e controle dos movimentos sociais dos profissionais de educação. Houve território

– ainda que diminuto – ao contraditório por meio da problematização do currículo. Nesse sentido, vale o destaque à divulgação do evento da Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (Secneb). O texto de Orlando Senna (1982, p. 28), que repercute fala de Abdias do Nascimento, traz reflexões que acrescentam porquês ao desinteresse na escola: “Os problemas do sistema, a evasão e a repetência, estão relacionados com a falta de adequação que as crianças encontram na escola em relação aos seus costumes, hábitos e valores”. Interessante observar o quanto essa colocação foi dissonante de praticamente todas as outras do jornal. A perspectiva assumida nas demais notícias, ao tratarem a educação como direito negado, foram no sentido de ressaltar as carências das redes e escolas, em busca de melhorar a instituição que se tinha. A fala de Abdias do Nascimento destoa por assumir a necessidade de transformação do que é a ideia de escola. O intelectual propunha repensar a estrutura a partir de seus fundamentos e não (apenas) dando destaque às insuficiências.

Considerações finais

Todo conceito, parece, é portador de muitas camadas temporais. Hoje, por exemplo, pode-se usar a expressão sociedade civil com alguns traços de seu significado aristotélico ainda presentes e ainda compreensíveis. Outros muitos significados do termo tal como usado na Antiguidade, na Idade Média, e no início do mundo moderno, no entanto, terão desaparecido. O conceito, em outras palavras, tem várias camadas temporais, e os seus significados têm diferentes *durées* (KOSELLECK, 2006, p. 10).

Assumindo os limites do olhar do pesquisador, logo, não tornando absolutas as considerações a seguir, é possível afirmar que – considerando o estudo realizado – há muitas questões presentes no passado do termo repetência. As diferentes camadas, com sentidos oriundos de temporalidades distintas, constituem um espaço de experiência que, por vezes, é elemento finalístico ou estado geral de negação de direitos. As relações estabelecidas trazem à tona um espaço de experiência em que as ausências – mais do que as presenças – dão a tônica.

Nas notícias, vislumbra-se um espaço marcado pela falta de políticas de assistência, de alimentação, de moradia – um diagnóstico desesperançado, como se a carência não fosse adjetivo, mas sujeito de cada oração. No horizonte de expectativa, os caminhos a se trilhar apontam para a necessidade de repensar a escola a partir da maior qualificação docente, de programas de alimentação escolar e melhor infraestrutura, de preferência com uso de tecnologias.

Em poucos momentos houve um questionamento da ideia da escola existente. As dificuldades observadas, em sua maioria, estavam na estrutura e no quadro de pessoal. Todavia, houve dissensos. Como alerta Tania de Luca (2021), ainda que sigam uma linha editorial, os jornais são diversos em sua composição – diferentes pessoas, com posições distintas. Com isto em perspectiva, destaco disputas tais como os primeiros passos de uma agenda globalmente estruturada à educação ou a histórica disputa do público com o privado pela educação pública.

Ao lado da defesa de diferentes atores sociais – agências multilaterais, fundações empresariais e até mesmo um policial militar – ainda que de forma episódica, está Abdias do Nascimento, um importante intelectual do movimento negro. Naquela que, possivelmente, foi a mais potente crítica que encontrei nas páginas do jornal, ficam postas perguntas fundamentais à ideia de escola na sociedade brasileira. Afinal, se a repetência é instrumento de exclusão em uma sociedade fortemente desigual – fica o desejo de que a problematização do intelectual paulista, que ganhou notoriedade nos últimos anos, seja fundante não de ausências, mas de muitos outros horizontes à diversidade que constitui a população brasileira.

Referências

A UNIVERSIDADE de Brasília nos últimos 10 anos. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 48, 21 de abr. de 1980.

AMENIZANDO os efeitos da seca. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 30, 29 de jun. de 1987.

ANÍSIO quer apurar denúncias de irregularidades no BNE. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 3, 10 de jun. de 1965.

AS EXIGÊNCIAS do 1º Grau. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 18, 30 de out. de 1984.

BRASIL. **Lei 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 01 de mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lei_2001/110172.htm. Acesso em 22 de jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em 22 de jan. 2023.

COUTTO, Pedro do. A infância e o futuro. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 2, 9 de mai. de 1985.

CRÉDITO educativo está aprovado, diz Ney Braga. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 5, 21 de nov. de 1975.

EDUCAÇÃO e planejamento são prioridades do GDF para 78. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 12, 13 de set. de 1977.

EDUCAÇÃO moderna: uma professora rompe as amarras e fala sobre o tema. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 39, 2 de out. de 1979.

ENCONTRO discute a escola pública e aponta falhas. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 13, 13 de dez. de 1988.

ENSINO carente. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 4, 6 de nov. de 1974.

ENSINO destaca a formação técnica. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 34, 17 de out. de 1972b.

ENSINO oficial do DF: muito verbo e pouca verba. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 3, 16 de out. de 1972a.

FOME causa repetência e evasão escolar. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 24, 26 de dez. de 1990.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018.

GOIÁS no campo da educação e da cultura. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 15, 24 de jun. de 1969.

INEP. **Sinopse Estatística**. Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas>. Acesso em 15 de jan. de 2023.

JEAN, Yvonne. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 7, 26 de mar. de 1964.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3ª ed.: 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. p. 111-153

MEC busca dólares para a educação do Nordeste. **Correio Braziliense**, Brasília, p.6, 14 de fev. de 1987.

MEC investe 30 milhões para evitar repetência. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 6, 19 de jan. de 1978.

MEC não aceita promoção à força. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 5, 30 de dez. de 1976.

MEC vai incentivar computador na escola. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 6, 20 de nov. de 1985.

MEDO da repetência assusta. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 18, 15 de mai. de 1987.

MELHORIA da rede de ensino vai a debate numa reunião nacional. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 10, 15 de set. de 1974.

MUNICÍPIOS sem escola na mira da SEC baiana. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 30 de mai. de 1975.

NISKIER, Arnaldo. Dívida Social. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 11, 25 de fev. de 1989.

NO AR, a escola aberta. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 22, 20 de abr. de 1980.

NO PIAUÍ quem governa é o povo. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 40, 10 de set. de 1986.

NOTAS curtas. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 12, 15 de out. de 1988.

O APARENTE conflito entre os capitais. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 9, 26 de ago. de 1979.

OS ALUNOS são débeis mentais? **Correio Braziliense**, Brasília, p.16, 3 de jan. de 1989.

PARA EDUCADORES, avaliação da OCDE mostra que taxa de reprovação alta e internet lenta são gargalo das escolas brasileiras. **Portal G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/30/para-educadores-avaliacao-da-ocde-mostra-que-taxa-de-reprovacao-alta-e-internet-lenta-sao-gargalo-das-escolas-brasileiras.ghtml>. Acesso em 22 de jan. 2023.

PM boa praça conquista escola e é reconhecido. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 24, 31 de mai. de 1989.

PRIMÁRIO, o maior problema. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 70, 26 de abr. de 1974.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 7-21, 1991

SARNEY: não existe democracia onde houver fome. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 7, 17 de jan. de 1985.

SENNA, Orlando. Festa negra no Circo da Bahia. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 28, 21 de jan. de 1982.

SOUZA, Talita. Unicef: 8 milhões de estudantes brasileiros têm fracasso escolar. **Correio Braziliense**. Portal do Jornal Correio Brasiliense. 2021. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/01/4903077-unicef-8-milhoes-de-estudantes-brasileiros-tem-fracasso-escolar.html>. Acesso em 22 de março de 2023.

ZONA rural com 5ª e 6ª séries no ano que vem. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 13, 7 de dez. de 1983.

Os autores

Carine Ivone Popiolek – Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2016), especialista em Gestão Educacional pela Anhanguera-Uniderp (2012) e especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI (2006). Possui graduação em Administração pela URI (2003). Atualmente é assistente em administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.

Luísa Grando – Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Foi bolsista de Iniciação Científica (BIC/UFRGS).

Maria Vitória Longo Viana – Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2023). Foi bolsista de Iniciação Científica (CNPq).

Mateus Saraiva – Doutor (2021) e Mestre (2015) em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Licenciado em História (2005) e Bacharel em Políticas Públicas (2016) pela UFRGS. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação desde 2013. Atualmente, realiza pós-doutorado em Políticas Educacionais na UFRGS (2021-2023).

Natália Gil – Professora e Pesquisadora na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Doutora (2007) e Mestre (2002) em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Licenciada em Pedagogia (1998) pela USP. Líder do Grupo de Pesquisa HISTEB – História da Escolarização no Brasil: políticas e discursos especializados (www.ufrgs.br/histeb).

Vitória Gabrielli da Silva - Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Foi bolsista de Iniciação Científica (CNPq).

Esta publicação é resultado do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa HISTEB – História da Escolarização no Brasil: políticas e discursos especializados, no âmbito do projeto “Exclusão escolar na história brasileira: persistências e resistências (1920-2020)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Durante 2021 e 2022, parte dos integrantes dedicou-se ao exame específico da grande imprensa. O trabalho realizado em conjunto e de forma contínua resultou na escrita deste livro: *Educação com repetência: análise do tema na pauta dos jornais*.

As análises apresentadas em cada capítulo se aproximaram em diversos pontos. O primeiro deles foi a recorrência do tema: o debate sobre a reprovação, a evasão e a repetência escolar esteve na pauta dos jornais em todo o período analisado (1971-1996). A escolha, neste livro, foi pela análise de seis importantes veículos de comunicação da grande imprensa brasileira: *O Globo* (Rio de Janeiro), *Folha de S.Paulo* (São Paulo), *Diário de Pernambuco* (Pernambuco), *Correio Braziliense* (Brasília), *O Estado de Minas* (Minas Gerais) e *Zero Hora* (Rio Grande do Sul). Neles, predominam notícias voltadas às elites, ao que elas compreendiam como problema e como soluções para o ensino. As soluções assumem, assim, uma perspectiva classista com ênfase em uma lógica privatista e homogeneizadora. No entanto, os jornais não ignoraram as classes populares e a escola pública, descritas, no entanto, compondo um quadro de falência geral. Nessa perspectiva, o problema da repetência escolar estaria na falta de estrutura das escolas, de formação dos professores e na pobreza em que se encontravam os alunos, com especial destaque à falta de alimentação e ao que se denominava de carência cultural. Daí o destaque dado, nos jornais analisados, à necessidade de políticas sociais compreendendo a educação como parte de um estado geral de negação de direitos.

Este livro contou com apoio e recursos de:



9 786586 625738

ISBN: 978-65-86625-73-8